Abrir portas onde se erguem muros Director: David Pontes **Quinta-feira, 27 de Junho de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.474 • Diário • Ed. Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • **1,50€**

Prémio Camões
Distinguida a densidade poética do quotidiano de Adélia Prado
Cultura, 32

Música no Verão
O que é isso de sustentabilidade quando falamos de festivais?
Cultura, 34/35

Exames
Escolas precisam de fazer muito mais pelo ensino da Matemática
Sociedade, 12 a 16

Há 17 câmaras que não começaram a rever PDM e arriscam penalizações

Depois de sucessivos adiamentos para actualizarem os seus Planos Directores Municipais (PDM), há 17 autarquias que ainda não o fizeram. Arriscam perder acesso a fundos nacionais e europeus Local, 20

MIGUEL A. LOPES/LUSA

Europeu 2024
Um Portugal B chumbou frente à Geórgia
Desporto, 42 a 47

Constitucional
Vice-presidente questiona legalidade da amnistia do Papa
Sociedade, 19

Entrevista
A União Nacional está "mais e mais abrangente"

Investigador Daniel Stockemer, ao enviado do PÚBLICO em Paris
Mundo, 23

Debate quinzenal
Montenegro alinha com o PS na reforma da Justiça
Política, 8/9 e Editorial

ISNN-0872-1548

Conselho Europeu de olhos postos em Meloni, embora o seu voto não mude nada

Giorgia Meloni é a grande incógnita deste Conselho Europeu

A primeira-ministra italiana ainda não disse se vota a favor ou contra o "pacote" para a distribuição dos cargos de topo da UE. Mas a maioria para a eleição de António Costa está garantida

Rita Siza, Bruxelas

A negociação foi fechada, e o "pacote" para a distribuição dos cargos de topo das instituições comunitárias pelas famílias políticas que formam a supercoligação pró-europeísta no Parlamento Europeu ficou arrumado muito antes dos chefes de Estado e de governo da União Europeia chegarem a Bruxelas, para uma cimeira onde a única decisão que têm mesmo que tomar é a relativa aos chamados *"top jobs"*.

Mas isso não significa que não possa haver drama (e se calhar ranger de dentes) quando o acordo de democratas-cristãos, socialistas e liberais, para nomear Ursula von Der Leyen para um segundo mandato na presidência da Comissão Europeia; António Costa, para dirigir o Conselho Europeu; e Kaja Kallas, como alta-representante para a Política Externa e de Segurança da EU, for posto à apreciação dos líderes do Conselho Europeu, e uma em particular: Giorgia Meloni.

"A primeira-ministra de Itália é a grande incógnita deste Conselho Europeu", estimava uma experiente fonte diplomática de Bruxelas. Meloni saiu ostensivamente furiosa do jantar informal que o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, promoveu há uma semana para que os 27 pudessem analisar, em conjunto, os resultados das eleições europeias de 9 de Junho.

A "incógnita" tem a ver com a forma como Meloni se vai comportar, hoje, quando a porta da sala de reuniões do Conselho Europeu se fechar para uma discussão que vai decorrer sem a habitual escuta dos embaixadores na UE, com vista à eleição do novo trio de líderes da UE. Exigirá negociar contrapartidas para se juntar à maioria? Tentará forçar uma votação? Quererá mais uma vez protelar, pedindo para começar o debate pela Agenda Estratégica para o próximo ciclo institucional, que tem de ser aprovada por unanimidade?

Na véspera da reunião, a primeira-ministra de Itália não esclareceu qual será a sua posição, mas foi contundente quanto à sua disposição. "Não me parece que até agora tenha surgido uma vontade de ter em conta o que os cidadãos disseram nas urnas", observou Meloni, numa intervenção no Parlamento onde foi mais uma vez patente a sua insatisfação com a forma como está a ser conduzido o processo.

Depois de arrecadar uma vitória política que foi inegavelmente pessoal – o *slogan* de campanha do seu partido Irmãos de Itália tinha apenas uma palavra: Giorgia –, a chefe do Governo italiano ficou incomodada por não ter sido envolvida nas discussões para a distribuição dos cargos de topo da UE, que, na sua opinião, não deviam ser "ditadas pela ideologia".

"As instituições da UE foram concebidas como entidades neutras, capazes de atender a todos os Estados-membros, independentemente da cor política dos seus governos", lembrou. Um recado com seis destinatários precisos: os seus colegas do Conselho Europeu que a marginalizaram quando decidiram conduzir as negociações dos cargos de topo entre si.

Uma desconsideração pessoal mas também do seu grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, "que é actualmente o terceiro maior no Parlamento Europeu, mas não é apreciado por aqueles que estão a decidir", criticou.

> **Não me parece que até agora tenha surgido uma vontade de ter em conta o que os cidadãos disseram nas urnas**
>
> **Giorgia Meloni**
> Primeira-ministra de Itália

Scholz espera decisão célere

O acordo para a reeleição de Ursula Von der Leyen e as nomeações de António Costa e Kaja Kallas foi fechado pelos primeiros-ministros da Polónia, Donald Tusk, e da Grécia, Kyriakos Mitsotakis, em nome do Partido Popular Europeu; o chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, e o presidente do Governo de Espanha, Pedro Sánchez, do Partido dos Socialistas Europeus; o Presidente de França, Emmanuel Macron, e o primeiro-ministro em funções dos Países Baixos, Mark Rutte (ontem oficialmente nomeado para o cargo de secretário-geral da NATO, que representam o grupo liberal Renovar a Europa.

Em conjunto, os três grupos detêm 399 votos no Parlamento Europeu. Para ser reeleita como presidente da Comissão, Ursula von der Leyen precisa de uma dupla maioria de pelo menos 15 dos 27 Estados-membros do Conselho Europeu, e de 361 "sins"

OLIVIER HOSLET/EPA

no plenário de Estrasburgo (50% mais um). Para a eleição de Costa e Kallas basta a maioria qualificada do Conselho Europeu, embora os eurodeputados também votem (posteriormente) o nome da alta-representante, que será por inerência uma das vice-presidentes da Comissão, quando se pronunciarem sobre o colégio de comissários.

"Esta é uma boa equipa e que claramente nos garante um bom futuro europeu", defendeu ontem Olaf Scholz, num debate no Bundestag. Antes de viajar para Bruxelas, o chanceler alemão disse que esperava uma decisão célere do Conselho Europeu para a aprovação deste "pacote". "Não nos podemos dar ao luxo de arrastar os pés nestes tempos difíceis. Os cidadãos não esperam uma disputa de lugares, mas sim um trabalho rápido por parte das instituições europeias", sublinhou.

Pelo seu lado, o presidente do Conselho Europeu parece não estar inclinado para despachar, hoje, a decisão sobre os *"top jobs"*. Aparentemente, a estratégia de Michel passa por garantir toda a latitude possível para que Meloni e os outros líderes que não participaram nas negociações partidárias possam sentir-se "envolvidos" na escolha do trio que vai dirigir as instituições da UE.

Situação fluida

A ordem dos trabalhos da reunião ficou em aberto, para se perceber a "atmosfera" entre os líderes e a melhor oportunidade de introduzir a discussão. "A situação é fluida", admitiu uma fonte europeia com conhecimento dos preparativos da reunião. A ideia é que as delegações tenham todo o tempo e espaço para desenvolver contactos bilaterais ou multilaterais, na esperança de "ter o maior número possível de pessoas satisfeitas com o acordo".

"Há um grupo, que tem uma maioria, que vai apresentar uma proposta [para a distribuição dos cargos de topo] que tem que ser validada pelo Conselho Europeu. É justo que venha à sala explicar a sua proposta, e ver qual é a reacção. Depois disso, terá de se fazer uma avaliação das razões para essas reacções, que já se sabe que serão muito variadas", explicou a mesma fonte, que não quis especular sobre a decisão que Michel tomará.

O presidente do Conselho Europeu poderá interromper os trabalhos, se os líderes preferirem conversar de forma mais informal e em grupos mais pequenos, ou até atirar a decisão para amanhã, o segundo dia de trabalhos. Certo é que a eleição vai acontecer neste Conselho Europeu. "O tratado é o tratado e as regras são as regras. Na questão dos *'top jobs'*, a aprovação é por maioria qualificada", vincou.

Numa publicação na rede social X (antigo Twitter), o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, confirmou o seu sentido de voto: contra. "Pela minha parte, e em nome da Hungria, não posso apoiar este acordo partidário que foi preparado para a distribuição dos cargos de topo", afirma o líder conservador iliberal, num vídeo em que aparece ao lado de Giorgia Meloni.

"O acordo que o PPE fez com os esquerdistas e os liberais vai contra tudo aquilo em que a UE se baseia. Em vez de inclusão, semeia a divisão. Os dirigentes da UE devem representar todos os Estados-membros, não apenas os esquerdistas e os liberais", escreveu.

O acordo representa 23 dos 27 Estados-membros cujos líderes pertencem ao PPE, ao S&D e ao Renovar a Europa — e tudo indica que dois dos desalinhados, o primeiro-ministro checo, Petr Fiala, e o Presidente da Eslováquia, Peter Pellegrini, farão parte da maioria. As atenções estão concentradas em Giorgia Meloni, que já fez saber o que pretende para não se opor ao "pacote": uma pasta económica, e uma vice-presidência para o próximo comissário italiano.

Discussão animada

Ainda não se sabe em que ponto da reunião vai decorrer a discussão sobre os *"top jobs"*, mas os líderes já foram aconselhados a poupar energia porque a ordem de trabalhos do Conselho Europeu é longa.

Os tópicos na agenda incluem a Ucrânia, o Médio Oriente e outros temas de política externa; a segurança e defesa; a competitividade; a questão das migrações; a reforma interna da UE e a Agenda Estratégica para a próxima legislatura e até ao fim da década — um anexo de oito páginas que faz parte do projecto de conclusões (cujo último rascunho a que o PÚBLICO teve acesso tinha 22 páginas).

Não se espera que os líderes queiram introduzir alterações no documento das conclusões, de onde foram retirados todos os parágrafos que poderiam gerar controvérsia, principalmente nos pontos relativos ao Médio Oriente e à segurança e defesa. Ainda assim, previa-se uma "discussão animada" (leia-se, um debate prolongado mas inconclusivo) entre os líderes sobre a necessidade de reforçar o investimento na indústria da defesa.

Vários Estados-membros esperavam que o debate pudesse ser enquadrado por um relatório com as diferentes opções para o financiamento do sector que a Comissão Europeia foi encarregada de preparar, mas ainda não apresentou. Uma dessas opções são as polémicas "obrigações de defesa", que exigiriam uma nova emissão de dívida europeia.

Entre os 27, há duas visões que, não sendo antagónicas, impedem que se progrida na discussão. Um bloco mais ambicioso, liderado pela França, Polónia e Itália, tem pressa em aprovar novas iniciativas de defesa europeia, como por exemplo um novo escudo antiaéreo. Um bloco mais cauteloso, que inclui a Alemanha e os Países Baixos, não têm interesse em analisar propostas com repercussões orçamentais.

Em relação à proposta da Agenda Estratégica, que tem de ser aprovada por unanimidade — ainda se admitiam alguns pequenos ajustes no texto, mais para afinar a linguagem do que para mexer no conteúdo.

361

Para ser reeleita como presidente da Comissão, Ursula von der Leyen precisa de 361 votos a favor no plenário do Parlamento Europeu

Zelensky assina Acordo de Segurança com a UE

Presidente ucraniano hoje em Bruxelas

Desde Fevereiro de 2022, o Presidente da Ucrânia intervém em todas as reuniões do Conselho Europeu, e hoje não será diferente. Mas desta vez, marcará presença em carne e osso, e não por videoconferência: Volodymyr Zelensky estará em Bruxelas para assinar o Acordo de Segurança entre a UE e a Ucrânia, um compromisso de longo prazo com o apoio dos 27 à defesa do país, até que se concretize a adesão ao bloco.

"A nossa reunião arrancará com uma troca de impressões com o Presidente Zelensky", anunciou Charles Michel. "Será uma oportunidade para debater a situação no terreno, mas também para dar conta de alguns resultados alcançados recentemente", acrescentou.

A ideia é passar em revista uma lista que tem várias "boas notícias" para a Ucrânia, explicou uma fonte europeia, referindo-se aos resultados da cimeira do G7 e da conferência de paz da Suíça, e ainda ao lançamento oficial das negociações de adesão à UE. "Trata-se de passos históricos", considerou o presidente do Conselho Europeu. Charles Michel quer aumentar a pressão sobre os Estados-membros para manter o fluxo de abastecimento das Forças Armadas ucranianas com o material militar, em particular sistemas de defesa aérea, mísseis e munições.

Espaço público

A lei-travão e a espera por Marcelo

Editorial

Marta Moitinho Oliveira

A aposta do Governo é que a lei que impede o Parlamento de danificar o Orçamento em curso funcione como uma tábua de salvação para o executivo, travando o ímpeto legislativo da Assembleia

Os primeiros dias do Governo que saiu das eleições de 10 de Março foram turbulentos. Ninguém acreditava que o executivo conseguisse aprovar o que quer que fosse e, ao mesmo tempo, Luís Montenegro e a sua equipa aproveitavam para arrumar a casa do Estado.

Depois o ambiente acalmou. O Governo acertou o passo, começou a dizer ao que vinha e anunciou pacotes de medidas para vários sectores. Até que chegou a desilusão para o executivo. O Parlamento começou a legislar à sua revelia.

Agora, o Governo acrescentou uma nova camada ao seu discurso. É preciso esperar para ver o que faz Marcelo com a medida que a Assembleia aprovou sobre a descida do IRS.

Ontem, no Parlamento, tanto o ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, como o primeiro-ministro, Luís Montenegro, apostaram nesse jogo. O que fará Marcelo quando lhe chegarem às mãos diplomas da Assembleia que, na opinião do Governo, podem violar a famosa lei-travão, e cujos impactos nas contas públicas, avisa o executivo, não estão acautelados? A aposta do Governo é que a lei que impede o Parlamento de danificar o Orçamento em curso funcione como uma tábua de salvação para o executivo, travando o ímpeto legislativo da Assembleia da República.

É difícil antecipar o que fará o Presidente da República, que nos últimos tempos já começou a falar da prioridade que é Portugal ter o Orçamento do Estado para 2025 aprovado para que se garanta a execução dos fundos europeus. É neste plano que Marcelo quererá ver sinais de convergência entre Governo e PS, tornando até o Chega dispensável.

No entanto, para já, a sintonia que se viu foi nos elogios a António Costa – escolhido para presidente do Conselho Europeu – e na justiça. Se no primeiro caso não é surpreendente ver os líderes dos dois maiores partidos alinhados, no segundo já não é tão comum. Mas ontem, para as actas, ficaram as declarações de Luís Montenegro a disponibilizar-se para "aprofundar as regras do direito penal e do direito processual penal" e a de Pedro Nuno Santos, que, não acreditando em coincidências nas fugas de informação, não exclui "a necessidade de fazer a reforma da justiça".

Mais de três meses depois das eleições, há divergências entre a Aliança Democrática e o PS, mas vão surgindo pontos que revelam algum alinhamento. Posições que não devem ignorar o facto de a cada sondagem, e com mais um acto eleitoral pelo meio, os resultados apontarem sempre no mesmo sentido: um empate técnico. Até quando?

CARTAS AO DIRECTOR

António Guterres

Há frases que pelo seu conteúdo, oportunidade e simbolismo, sendo portadoras da verdade dos factos, ficam esculpidas na história e repetidas até à exaustão acabam por se tornar intemporais.

Quando um dia, que desejamos seja o mais breve possível, a poeira assentar na martirizada Palestina, o fumo das bombas mortíferas e assassinas se dissipar para que o azul dos céus e a luz do sol volte a alumiar o pensamento e a justiça dos homens, a corajosa frase de António Guterres, igualzinha ao lamento de Galileu no tribunal da impiedosa Inquisição, voltará a aturdir os nossos ouvidos e arrepiar os corações. É que os bárbaros actos praticados em 7 de Outubro de 2023 " não aconteceram do nada" e um povo que há meio século se vê despojado de suas terras e casas, sufocado e humilhado por pressões que lhe destroem a esperança e o futuro, sem armas mas com raiva, pode desaguar na loucura incontrolável.

A rara coragem, fina inteligência e exemplar humildade com que Guterres tem desempenhado funções nas Nações Unidas ficarão na história, ainda que no calor e fúria dos combates haja gente a pedir a sua "imediata demissão". Portugal ficará honrado e o mundo ganhará um ícone.

José Manuel Pavão, Porto

A falta de medicamentos

País estranho este, Portugal. Enquanto os políticos nos dizem que é necessário o progresso, o desenvolvimento, o crescimento da economia, o bem-estar das famílias, blá, blá, blá, na área da saúde, por exemplo, vamos de mal a pior. A marcação de consultas piorou, o SNS vai-se deteriorando e afundando e a falta de medicamentos começa a ser preocupante.

Dirigi-me a uma farmácia (a várias) e o medicamento Ulcermin 1000 mg/5 ml, suspensão oral, já falta há meses no mercado. O mesmo sucede, agora, com os comprimidos Ulcermin Sulfacrato 1g. O que se passa? As farmácias não sabem a razão do porquê da falta deste medicamento (e de outros), nem dão explicações. Ninguém informa, ninguém sabe nada. Entretanto quem vai às compras verifica que os bens alimentares continuam a subir, paulatinamente, mês após mês. Como a gasolina e o gasóleo. Será a guerra da Ucrânia que está a provocar a falta de medicamentos, o aumento constante dos combustíveis líquidos e os aumentos constantes de variados bens de primeira necessidade? Os *experts*, os economistas, os políticos profissionais que nos expliquem.

António Cândido Miguéis, Vila Real

Acuso!

Leio, ouço e vejo o ridículo drama à volta das gémeas brasileiras. E ninguém condena o preço do medicamento? Como é possível custar tanto?! Até onde chega a inteligência satânica do capitalismo selvagem. Acuso o silêncio da nossa civilização ocidental, anestesiada perante este crime contra a Humanidade.

António do Carmo Reis Fajozes

Mais um

O concidadão Nuno Rebelo de Sousa, a viver no Brasil, concorda ou 'faz o favor' de 'ser ouvido' pela CPI – comissão parlamentar de inquérito – da Assembleia da República, mas avisou que vai 'remeter-se ao silêncio', como é apanágio dos mesmos 'faunos' que são 'semiapanhados' nas malhas da Justiça portuguesa. Como é possível alguém ser ouvido se não falar?

Este e outros caricatos procedimentos são uma ardilosa panaceia judicial, onde os que deviam falar não falam, e os que falam põem somente 'a boca na botija', que nada acrescenta, porque os advogados/juízes são uma espécie de detergente que tudo lava mais branco, outorgando-lhes sempre a bula da inocência, uma vez que os honorários são quase sempre uma 'pipa de massa' para o comum dos mortais.

José Amaral, Vila Nova de Gaia

As mães

Daniela Martins, a mãe das gémeas brasileiras, mentiu e omitiu na comissão parlamentar de inquérito. Quando se pede transparência e verdade na sociedade portuguesa, Daniela Martins foi glorificada por tudo ter feito para salvar a vida das suas filhas, mesmo que tenha pisado a vez de outros utentes. Salvar a vida dos filhos é dever de mãe. E as mães portuguesas que não têm cunhas para cuidar dos seus filhos não sobem ao pedestal da glória? Os seus nomes não são mencionados? É desonesto usar André Ventura para branquear o comportamento de Daniela Martins. Resumindo: a mãe sai em glória da situação, Nuno Rebelo de Sousa resguarda-se no silêncio e as mães sem cunhas vão continuar a sê-lo.

Ademar Costa, Póvoa de Varzim

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

É bom ter amigos na vida. Se queres ter amigos, tens que te lembrar de que ninguém é perfeito
Jonathan Franzen, escritor

O NÚMERO

435

O SNS reduziu em 2023 o défice para menos de metade do valor atingido em 2022, terminando o ano com um défice de 435,1 milhões de euros

Viva, António Costa!

Ainda ontem

Miguel Esteves Cardoso

Fico muito contente que António Costa tenha sido escolhido para presidente do Conselho Europeu.

Foi um excelente primeiro-ministro e um excelente presidente da Câmara de Lisboa. Se for o pior presidente do Conselho Europeu de sempre, já não faz mal. Em termos do jogo do Monopólio, Costa acumulou já vários cartões para sair da cadeia de graça.

Não o conheço, mas vou tentar fazer uma lista das qualidades dele. Parece-me, acima de tudo, que é uma pessoa inteligentíssima. Percebe tudo. Percebe todos. Mas, para além de perceber, compreende. Para compreender – não é por acaso que também quer dizer incluir – é preciso identificação, empatia, altruísmo até.

António Costa é a personificação do "O que tu queres, sei eu", quase sempre completado por um afectuoso e meio-solidário "meu malandro".

Isto, num político, é ouro. Os políticos são criadores de compromissos entre interesses que parecem inconciliáveis. Para criar esses compromissos, é preciso entender o que move os interessados. E para entender é preciso simpatizar um bocadinho de nada com eles.

Essa simpatia – que pode, de facto, ser mínima – não se consegue fingir, nem aprender, nem substituir. Dessa inteligência empática, tão rara e preciosa, António Costa poderia ter partido para santo. Mas, graças a Deus, usou-a para ser mais humano ainda.

Sente-se que as coisas que resolveu foram resolvidas porque ele já não podia ouvir falar mais delas. A falta de paciência de António Costa – aquela expressão que ele tem que diz "já te ouvi, agora não abuses" – acabou por ser uma força do bem e da paz.

A moderação dele, o sentido de *fair play*, a boa educação com que ouve as perguntas mais estúpidas nascem da mesma mistura de inteligência, bondade e pressa de quem tem mais que fazer.

Acho que é isto que os portugueses querem dizer quando dizem que teve sorte. Mas a única sorte de António Costa foi ter nascido como nasceu, na família com que cresceu. De resto, a sorte não foi dele: foi nossa.

ZOOM ROMA

GUGLIELMO MANGIAPANE/REUTERS

Uma activista do movimento "*Bruciamo Tutto*" (Vamos queimar tudo) é retirada pela polícia depois de ter derramado tinta vermelha na Escadaria de Espanha para protestar contra os feminicídios, em Roma

publico.pt

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Maio **18.733 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

Ora agora proíbes tu, ora agora proíbo eu. Virou?

Em Público

Nuno Pacheco

Muito bom dia, senhores ouvintes. Vamos agora transmitir, em resposta a numerosos pedidos, o tema musical mais aguardado deste Verão. Um alegre vira, precisamente. "Ora agora proíbes tu, ora agora proíbo eu, ora agora proíbes tu, proíbes tu mais eu." E virou! Ou seria melhor "Corta"?

Pode parecer brincadeira de crianças ("se não posso brincar com os teus carrinhos, também não te deixo brincar com os meus"), mas esconde algo mais grave. Se bem se lembram, quando as forças de Putin resolveram invadir a Ucrânia chamando eufemisticamente a tal invasão uma "operação militar especial", a União Europeia incluiu nas suas retaliações o silenciamento de vários meios de comunicação russos a pretexto de que só veiculavam mentiras sobre a guerra. Continuámos, naturalmente, a ouvir Putin, Lavrov, Peskov, Medvedev e outros que tais, mas sempre através dos "canais certos", ou seja, dos nossos. Não disseram menos falsidades do que diriam nos canais russos, mas silenciá-los seria próprio de ditaduras, não de democracias.

Eis que a Rússia resolveu agora retaliar, anunciando que iria proibir o acesso por Internet em todo o país a 81 meios de comunicação social de quase todos os países da UE. Segundo a agência Lusa, que difundiu a notícia, a proibição abrange órgãos da Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia e Suécia (ficam de fora a Croácia e o Luxemburgo), atingindo agências, jornais ou canais televisivos como os franceses AFP, TF1, *Le Monde*, *Libération* e *L'Express*, os espanhóis EFE, RTVE, *El Mundo* e *El País*, os alemães *Der Spiegel*, *Die Zeit* e *Frankfurter Allgemeine* ou os portugueses PÚBLICO, RTP Internacional, *Expresso* e *Observador*. Isto porque, na sua decisão de há dois anos, a União Europeia decidira calar os russos RIA Novosti, *Izvestia*, *Rossiyskaya Gazeta* e Voice of Europe. É o que diz o ministério de Lavrov.

Faz isto qualquer sentido? Sim, se quisermos caminhar alegremente para um paraíso censório. Não, se quisermos prezar acima de tudo a liberdade. As ditaduras adoram proibições, gostam muito de verdades únicas, temem dar-se ao trabalho de lidar com opiniões adversas, sejam elas brandas ou ferozes. As democracias preferem, ou deviam preferir, combater falsidades com informação séria, exposição de factos, denúncia pública das mentiras postas a circular. Calar os órgãos de comunicação russos foi o contrário disso, e de nada serve agora esbracejar contra as ordens de silenciamento russas a pretexto de defender "a liberdade de expressão"; porque liberdade de expressão é isso mesmo: liberdade. E inclui, mesmo que desagrade, mentiras.

Informação e contra-informação sempre existiram a par, de forma aberta ou disfarçada, como armas de guerra fria ou "quente", e para discernir verdade e mentira nada melhor do que órgãos de comunicação sérios e opiniões públicas interventivas e esclarecidas. O silenciamento ou a censura não devem ser tolerados como armas de fazer valer "a verdade" em informação.

Lembram-se do "a mim ninguém me cala", frase atribuída a Manuel Alegre? Ou do "ninguém há-de calar a voz da classe operária" feito *slogan* pelo MRPP? Pode parecer caricato, mas a verdade é que por cada tentativa de silenciamento há sempre vozes a fazerem-se ouvir, seja de que maneira for. A este propósito, há dois livros recentes que nos dão interessantes testemunhos do peso da censura doméstica no quotidiano português dos anos da ditadura. Um, de 2020, tem por título *Censura, A Construção de Uma Arma Política do Estado Novo*, é assinado por Júlia Leitão de Barros e editado pela Tinta da China a partir da Biblioteca e Arquivo Ephemera, de José Pacheco Pereira; outro, de 2023, é *Censura, o Lápis Azul do Silêncio*, com organização de Ana Aranha e edição da Guerra & Paz com a Sociedade Portuguesa de Autores. E se no primeiro ficamos a saber como a ditadura transformava o país real num outro à sua medida, cortando ou censurando notícias, proibindo a circulação de telexes ou jornais e revistas estrangeiras, no segundo vemos como, mesmo sob censura, jornalistas, escritores, músicos, encenadores e outras figuras ligadas à comunicação e às artes iam fazendo circular, nas entrelinhas, aquilo que lhes era, por força da ditadura, impedido dizer, cantar ou representar.

Nenhuma proibição é defensável se quisermos falar de liberdade ou verdade. A história mostra-nos isso mesmo

Voltando ao vira das proibições, o melhor remédio seria desligá-lo. Porque nenhuma proibição é defensável se quisermos mesmo falar de liberdade ou verdade. A história já nos mostrou isso mesmo, vezes sem conta.

Jornalista. Escreve à quinta-feira

Jusqu'ici tout va bien?

Luísa Semedo

O próprio da queda ou do mergulho no abismo é a sideração. O tempo fica suspenso e parece infinito e, enquanto caímos, só pensamos em quando e como é que isto vai parar e, em seguida, em que estado ficaremos depois da aterragem. Como será bater no fundo? O que me espera? Este estado de apneia emocional e intelectual dificulta, talvez impossibilite até, a nossa capacidade de respirar para refletir, para produzir um discurso inteligível e agir. Estamos num estado de alerta maximal e de sensação de extrema impotência, é um caso de "vida ou de morte".

Ao escrever estas linhas, vem-me à memória uma das cenas mais marcantes do cinema francês: a cena da queda no filme *La Haine* (1995), realizado por Mathieu Kassovitz, um filme que é ainda hoje uma referência sobre a condição de vida da juventude nos bairros suburbanos vítima do racismo e da repressão do Estado através, por exemplo, da violência policial. Desde a cena inicial, ouvimos em *voz-off*: "É a história de um homem que cai de um prédio de 50 andares. À medida que ele cai, repete constantemente para se tranquilizar: até aqui está tudo bem, até aqui está tudo bem, até aqui está tudo bem. Mas o importante não é a queda, é a aterragem."

No fim do filme, a frase volta, mas a palavra "homem" é substituída pela palavra "sociedade". Pequeno aparte, a cena da queda em si não existe, não foi filmada, mas a descrição e a repetição da expressão "*jusqu'ici tout va bien*" são tão marcantes que ficamos com a memória visual de uma cena inexistente. Tendo falado com várias pessoas que viram o filme, foi surpreendente constatar que sofremos de uma espécie de alucinação coletiva que dura há quase 30 anos para quem só viu o filme quando se estreou.

Esta é uma história dramática, de quase negação da inevitabilidade do pior, de autoconsolo. Como estar bem no presente quando se sabe que no futuro quase imediato tudo estará mal. Ninguém sobrevive a uma queda de 50 andares. Enquanto pensamos que "até aqui está tudo bem", que o pior ainda não chegou, enquanto acreditamos numa calma ilusória, numa paz podre, não podemos (re)agir. Mas como proceder face ao inevitável? Vale a pena? Não será melhor ficar neste estado de otimismo consolador e aproveitar os últimos instantes?

A realizadora Alice Diop descreve também um estado de sideração numa grande entrevista sobre a situação em França, as eleições legislativas e a extrema-direita às portas do poder, dada ontem ao jornal *Libération*. O diário escolheu-a para ser capa do jornal e acompanha a sua foto com o seguinte excerto da entrevista: "Para as pessoas como eu, é a vida ou a morte." O "como eu" é ser uma mulher negra francesa, nascida em França, filha de mãe e pai senegaleses, que vive num bairro suburbano, que é artista e luta no seu trabalho e no seu ativismo contra o racismo. Alice Diop fala do seu estado de tetania após o resultado das eleições europeias em França e descreve até um momento de vertigem no dia anterior em que se sentiu mal no metro e relata que, nas urgências, o médico reconfortou-a, dizendo que não tem nenhum problema físico, mas que o seu corpo parece ter reagido a uma ameaça iminente. Alice Diop conta que o médico lhe perguntou depois se andava preocupada com alguma coisa e ela diz que esteve quase para responder: "E para si, está tudo bem? Não há nada que o inquiete?"

Apesar da queda e da sensação de quase inevitabilidade de uma má aterragem, a realizadora diz ter conseguido sair do estado de tetania graças à sua participação num coletivo, "Nous On Vote", para convencer a população dos bairros suburbanos a votar. Alice Diop é só um dos exemplos de pessoas que não têm o privilégio de cair no desespero, ou numa espécie de autoconsolo ilusório, encontrando a força no combate coletivo. Até aqui não está tudo bem e não estará depois, mas só poderá melhorar através da resistência, da ação conjunta, tal como fez quem nos precedeu. Esta é uma queda da qual só nos poderemos levantar, não temos outra via. Estamos presentes em luta pelo futuro.

Professora de Filosofia do ensino secundário

A “reforma” do Estado, uma peça do surrealismo

Memória futura

Manuel Carvalho

Sem instâncias político--administrativas regionais, o país permanecerá um Estado monolítico e incapaz de acudir à sua diversidade

1. Não se sabe bem a razão pela qual o célebre quadro “A Persistência da Memória” (aquele em que aparece um relógio a derreter-se numa mesa em primeiro plano), de Salvador Dalí, aparece no pomposo plano de “reforma” da Administração Pública que o Governo apresentou esta semana. Pouco importa. Porque, no caso, o cenário surrealista da pintura bate bem com a promessa: “Uma reforma que não podia esperar mais.” Após tanta persistência da memória de um Estado centralista, labiríntico e medieval, a “reforma” não passa de uma promessa banal sem qualquer ímpeto reformista.

Longe vão os tempos em que a “reforma” do Estado se fazia com letras grossas para encher 120 páginas e garantir a sensação de que havia por ali estudo e vontade de mudar, como nos tempos de Paulo Portas. Toda a gente já se deve também ter esquecido do igualmente célebre Relatório Cravinho, que, sob os auspícios da Assembleia da República, apontava para uma mudança radical a partir da Regionalização Administrativa. Ou da ambição por um modelo de Estado próximo da Europa, que António Costa proclamou com a transferência de competências de ministérios para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais (CCDR). Eis que chega Luís Montenegro com mais um *PowerPoint*.

Como princípio, é de elogiar que este Governo não queira reverter as parcas mudanças da descentralização socialista para as CCDR (na área da cultura e da agricultura, principalmente). Percebe-se que os *lobbies* da agricultura exijam essa reversão, porque é sempre mais fácil influenciar a cabeça de um ministério gigante e cheio de salas obscuras do que cinco pólos de decisão espalhados pelo território. Para sorte de Luís Montenegro, quem está no Ministério da Coesão é um homem de uma escola de descentralizadores com provas dadas desde que Luís Valente de Oliveira a fundou nos anos de 1980: Manuel Castro Almeida, um discípulo da CCDR do Norte. Será difícil fazê-lo acreditar que uma direcção regional que aprova projectos ou distribui pagamentos de acordo com regras nacionais funciona melhor se precisar do aval do ministro para passar um cheque.

Luís Montenegro tinha que mostrar serviço nesta área. O espectro de um Estado obeso e macrocéfalo perturba. Como nada tinha na manga, como prefere o conforto do imobilismo centralista à ambição de um Estado moderno, optou pelo espalhafato. A meias com o seu ministro da Presidência, António Leitão Amaro, burilou uma ideia, organizou um conclave e produziu um *PowerPoint* onde não faltou a majestade da arte contemporânea. Mas onde está a “reforma”? Uma série de ministros muda de residência; como estão todos juntos, não precisam de tantas secretarias; como vai haver menos secretarias, há quadros para reforçar o corpo técnico do Estado. Tudo junto e somado, Portugal garantirá uma espantosa poupança de 21 milhões de euros por ano.

FILIPE AMORIM/LUSA

A meias com o ministro da Presidência, Montenegro burilou uma ideia sobre a ‘reforma’ do Estado e produziu um *PowerPoint*. Mas onde está a ‘reforma’?

Haverá quem se apresse a dizer que este embrulho se enquadra na tendência geral do Governo para fazer muito fumo com pouco fogo. Não é verdade. Se até agora as cinco maiores reformas apresentadas deram lugar a pouca matéria legislativa para as concretizar, em todas, da política de juventude à imigração, dos impostos à habitação, há matéria de facto para se poder falar em mudança. Ou em estratégia de governo. Depois de oito anos de medo de existir, este Governo merece elogio por querer fazer coisas. Ou, para usar a célebre expressão de Pedro Nuno Santos, por não querer “arrastar os pés”.

O problema é quando pretende fazer anúncios como quem faz prova de vida. Para mostrar serviço. A dita “reforma do Estado” é um desses casos. Soa a falsete. O melhor seria mudar os ministérios, como aliás estava previsto pelo anterior Governo e era uma exigência europeia para libertar fundos do PRR, reduzir as secretarias, apostar nas competências do Estado e deixar o espalhafato das reformas para quando elas estiverem pensadas e prontas a concretizar. Mas não. Pressionado pela frágil base de apoio parlamentar, o Governo anda ansioso. Desse estado de alma extrai-se energia e vontade. Ou, como é o caso, voluntarismo e decepção.

Uma reforma do Estado é uma questão solene e indispensável para o país. Se as desigualdades territoriais se acentuam, se a igualdade de oportunidades falha, se a máquina administrativa para responder às exigências da execução dos fundos europeus patina, se persiste a sensação de que há bloqueios no Estado para dar respostas concretas na saúde ou na educação a problemas específicos no Algarve ou no Centro, é porque Portugal continua a apostar num modelo de governação da era das válvulas. Sem instâncias de decisão política e administrativa à escala regional, o país permanecerá atado aos labirintos de um Estado monolítico e incapaz de acudir à maravilhosa diversidade que separa Braga de Beja, Trás-os-Montes da Beira. Todas as operações cosméticas, por muito espalhafato que tenham, ruirão com a persistência dessa memória.

2. O ministro das Finanças foi à Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública garantir que o IMI sobre as barragens é para cobrar. E, para que acabem de vez as dúvidas sobre a legitimidade dessa cobrança, vai nomear uma comissão independente para se saber se o imposto aplicado ao valor patrimonial das barragens inclui ou não as máquinas que produzem energia ou garantem a sua segurança. Joaquim Miranda Sarmento esteve bem. Há quem suspeite, como o Bloco e o PCP, que essa comissão servirá de expediente para a EDP reforçar os seus argumentos contra a cobrança do imposto. Mas mais importante é haver uma clarificação no Código do IMI que acabe de vez com o indecoroso espectáculo que o Estado tem promovido neste processo.

O que não pode haver é um mesmo governo, como o de António Costa, em que um secretário de Estado, Mendonça Mendes, perdoou impostos e outro, Nuno Félix, exigiu a sua cobrança. Até porque, na dúvida, há em todo este diferendo uma ética que se sobrepõe às alíneas de códigos ou de decretos: uma empresa que explora um recurso natural em Miranda do Douro ou em Boticas tem o dever de pagar impostos que beneficiem não apenas o Estado mas as comunidades onde essa exploração ocorre. As comunidades que ficaram sem os seus rios naturais e têm condicionantes de acesso às suas margens por causa das barragens têm de ser compensadas. Um Estado que desiste desta evidência é uma banana e uma empresa que recusa assumir as suas responsabilidades perante a comunidade uma folha de couve.

Jornalista

Montenegro esquiva-se ao IRS e alinha com o PS na Justiça

Primeiro-ministro admite experimentar semana de quatro dias na administração pública e anuncia avaliação à gestão de todas as administrações hospitalares

Liliana Borges, Maria Lopes

O seu último debate quinzenal foi em meados de Outubro de 2023, mas António Costa voltou, ontem, a ser o protagonista no plenário da Assembleia da República (AR), com um outro primeiro-ministro, de cor política diferente, a defendê-lo quase à exaustão para o cargo de presidente do Conselho Europeu. E acabou por ser também o actor secundário quando o líder da bancada do PSD, Hugo Soares, e o secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, levaram para o debate a reforma da justiça (a reboque da divulgação de escutas em que Costa foi um alvo acidental), e Montenegro deixou a porta aberta para alguns acertos sobre escutas e violação do segredo de justiça.

Outros temas que marcaram o debate foram a semana de quatro dias, com o primeiro-ministro a admitir testá-la na administração pública (AP), e o anúncio de que o Governo vai fazer uma avaliação ao regime da administração hospitalar. Além das cada vez mais habituais picardias entre Ventura e Montenegro.

Comecemos pela reforma da justiça: esse foi um dos três temas do guião que Hugo Soares trazia para Luís Montenegro (a par da saúde e do défice orçamental) e o primeiro-ministro procurou matar logo o assunto que tem marcado a actualidade afirmando-se disponível para, com a AR, ponderar alterações ao código penal e ao de processo penal em questões como o combate à violação do segredo de justiça e o uso de escutas telefónicas, mas também sobre os megaprocessos, que permitem "manobras dilatórias indutoras de injustiças".

Sem referência directa à *Operação Influencer*, Montenegro admitiu haver "questões que preocupam a todos" e recordou que em 2007 acompanhou o pacto da justiça como deputado, mas que essas alterações não resolveram matérias problemáticas.

O primeiro-ministro parecia antever a intervenção do líder do PS, que se focou na necessidade dessa reforma da justiça, desafiando o Governo e o PSD para um "trabalho conjunto".

Pedro Nuno Santos lembrou que os deputados são os "responsáveis pelo bom funcionamento do sistema judicial" e que as regras "existem também para proteger os cidadãos dos erros, falhas e omissões do sistema de justiça". Defendeu ser necessário rever as regras para os prazos dos inquéritos e de detenção para evitar que os primeiros "se arrastem por anos" e os segundos vão a situações extremas como os 21 dias dos detidos do caso da Madeira, assim como a regulação das escutas.

O socialista criticou também os casos que surgem em vésperas eleitorais, os crimes de "cedência de escutas e sua publicação", e, pelo caminho, o silêncio de Lucília Gago: "Ninguém está acima da crítica e do escrutínio", disse, reclamando a "prestação de contas" pelo Ministério Público e pela procuradora-geral da República.

Pedro Nuno rematou com o desafio a Montenegro para "trabalharem juntos", pedindo que a "reforma da justiça não se transforme num megaprocesso que não dá em nada". O líder do Governo concordou na necessidade de um "equilíbrio entre vários direitos que se intercalam", como o do bom-nome, o da investigação e do direito a informar.

A porta-voz do PAN, Inês de Sousa Real, desafiou o Governo a submeter a nomeação e do novo procurador-geral da República à AR, incluindo uma audição prévia, mas levou "nega": para Montenegro a questão é "extemporânea" e seguirá o que está previsto na Constituição.

O "melhor socialista" para o cargo

Montenegro reiterou o apoio a António Costa

Na véspera de o nome de António Costa ser votado pelo Conselho Europeu, Luís Montenegro defendeu o seu antecessor como o "melhor socialista" entre os que estão na corrida ao cargo. Ainda antes de chegar ao ponto do debate preparatório, o primeiro-ministro reiterou o apoio do Governo à nomeação de Costa para o cargo de presidente do Conselho Europeu, garantindo que estará ao seu lado "até ao último minuto". "E não é por ser português", atirou.

Embora tenha as suas opiniões sobre o desempenho de Costa enquanto primeiro-ministro, Montenegro elogiou a experiência parlamentar e governamental do antecessor, não esquecendo a sua condução da "maior autarquia do país". Elogiou ainda o conhecimento de Costa sobre dossiers de política externa e europeia que diz ter testemunhado pelo exercício das suas funções.

O apoio a Costa valeu-lhe críticas da bancada do Chega, mas o primeiro-ministro não se melindrou, respondendo que fez oposição aos governos do PS "do primeiro ao último dia", enquanto líder parlamentar do PSD, entre 2015 e 2017, e mais recentemente como presidente do PSD. Também por isso, considera ter condições para reconhecer ao ex-líder socialista "características enquanto político" e "capacidades para estar à altura de uma função que é de conciliação, de agregação de famílias políticas diferentes". E desafiou o PS a apoiar a recandidatura de Von der Leyen à Comissão.

L.B./M.L.

Desacordos

Enquanto na Justiça parecem existir sinais para um alinhamento entre PS e PSD, a questão do IRS não deixou esquecer que entre Montenegro e Pedro Nuno ainda há um passado e futuro de desacordos.

O terreno começou a ser preparado pelo primeiro-ministro em resposta ao PSD, quando assinalou que a AR "decidiu promover uma alteração de IRS que não corresponde ao espírito, sentido e conteúdo" da proposta do Governo. Montenegro avisou que o "efeito financeiro vai ser superior ao estimado" pela AD, para 2024 e 2025, desafiando o PS e o Chega a "assumir a sua responsabilidade" caso as contas do Governo derrapem.

Ao PCP, que questionou a disponibilidade do executivo para aumentar o salário mínimo para 1000 euros, optou pela ironia: "Eu disponível estava... mas quase lhe perguntava: quanto é que me empresta para isso?"

E entre as contas certas de Montenegro não é garantido que esteja a redução de IRS que o PS aprovou com os votos da esquerda e do Chega. Depois de durante a manhã o ministro das Finanças não se ter comprometido com a alteração das tabelas

ANTÓNIO COTRIM/LUSA

O anterior debate quinzenal com o primeiro-ministro tinha sido no dia 15 de Maio

de retenção do imposto, Pedro Nuno Santos mostrou-se expectante com a aprovação da proposta da sua bancada, mas de Montenegro apenas recebeu uma provocação: "Se calhar [o PS] cometeu um erro".

Se Joaquim Miranda Sarmento explicou que o Governo irá esperar pela decisão do Presidente da República relativamente ao diploma para avaliar se a regra-travão das finanças públicas está em risco de ser violada, o primeiro-ministro foi mais ardiloso, lembrando o PS que o decreto que foi aprovado e seguiu para promulgação não teve por base qualquer proposta de lei, mas decorreu de um diploma da exclusiva responsabilidade dos partidos políticos, dando a entender que o documento poderá ser declarado inconstitucional.

Para já, a única garantia na redução da carga fiscal é mesmo a redução de IRC. A medida, disse Montenegro ao CDS, estará para breve.

Com o anúncio ritmado de medidas, esta foi a primeira vez do Governo na AR desde o pacote da imigração, que o BE aproveitou para criticar e lembrar que grandes obras como a Expo '98 e a Ponte Vasco da Gama não se teriam feito sem imigrantes, questionando como se farão as do Metro do Porto e do novo aeroporto.

Só a IL quis saber sobre as urgências abertas para as grávidas e qual o plano da ministra para as administrações hospitalares. O primeiro-ministro anunciou que será feita uma "avaliação da capacidade de gestão de todo o edifício das administrações hospitalares e proceder a algumas substituições, que são naturais, para reforço de capacidades multidisciplinares". O que incluirá nomeações, naturalmente, de profissionais do PSD, do PS e até da IL.

O repto foi lançado pelo Livre e Montenegro não fechou a porta: Isabel Mendes Lopes desafiou o primeiro-ministro a pronunciar-se sobre os resultados do projecto-piloto da semana de quatro dias e a dizer se está disponível para um teste alargado, entre 2026 e 2028.

Montenegro prometeu aprofundar o seu "pensamento" e "avaliação", avisou que há dois caminhos para implementar esse regime ou o aumento da carga de horário nos restantes dias ou fazer corresponder uma diminuição do horário laboral a uma diminuição salarial, mas admitiu testar o modelo na AP, até porque, sublinhou, existe uma "dificuldade de recrutamento" e esse pode ser um factor de atracção.

Montenegro procurou mostrar que continua a querer manter a porta fechada ao Chega, tentando descredibilizar André Ventura. Classificou-o de "bazófias", lembrou que o líder do Chega critica o Governo, mas a sua ambição é a de se sentar ao seu lado na bancada do executivo e lembrou que Ventura falhou os seus objectivos eleitorais: não venceu eleições, nem aniquilou o PSD.

Hugo Soares levou o guião para as intervenções de Luís Montenegro: justiça, saúde e défice orçamental

Na justiça parece haver sinais para um alinhamento entre PS e PSD, ao contrário do que acontece no IRS

Parlamento

Chega adia audição de Lucília Gago e quer "consenso" com PSD e PS

Ana Bacelar Begonha

A votação dos pedidos para a audição da procuradora-geral da República, Lucília Gago, apresentados pelo Bloco de Esquerda (BE) e pelo PAN, foi ontem adiada potestativamente, isto é, de forma obrigatória, pelo Chega, na primeira comissão.

Horas depois, o líder do Chega justificou a decisão argumentando que "não ficou claro" se a intenção do BE e do PAN era "chamar o Ministério Público ou a Polícia Judiciária [ao Parlamento] por razões meramente políticas e para fazer uma perseguição política" a estes órgãos, tendo ainda defendido que o Chega quer "um amplo consenso sobre a matéria".

André Ventura sustentou que o seu partido "não tem nada contra a audição de Lucília Gago", mas defendeu que se a procuradora-geral da República for ouvida no Parlamento deverá ser para "falar em termos genéricos da política criminal" e não "por causa de António Costa ou da *Operação Influencer*".

Por agora, o Chega não se pronuncia sobre como pretende votar os requerimentos, indicando apenas que vai "avaliar" e falar com PSD e o PS, para que, se a audição avançar, "seja num momento de consenso e não de fractura política".

O PAN tinha proposto na segunda-feira a audição de Lucília Gago para fazer um balanço da aplicação da lei da organização de investigação criminal e do cumprimento das garantias constitucionais e legais de protecção do segredo de justiça. Já o BE chamou anteontem a procuradora-geral, com carácter de urgência, para que apresente o relatório anual de actividade da Procuradoria-Geral da República e preste "os esclarecimentos que se revelem necessários".

Bloco e PAN apresentaram pedidos separados para ouvir Lucília Gago no Parlamento

O PCP e o Livre deram sinais de acompanhar as propostas, mas os restantes partidos evitaram tomar uma posição. O Chega já se tinha mostrado crítico da ideia, tendo André Ventura insinuado que chamar ao Parlamento a procuradora-geral se trata de uma "perseguição política aos órgãos de justiça".

Os pedidos de audição — que serão votados na próxima reunião da comissão — chegaram depois da divulgação de escutas que envolvem o ex-primeiro-ministro, António Costa, no âmbito da *Operação Influencer*, pela comunicação social, o que levou a Procuradoria-Geral da República a abrir um inquérito para investigar fugas de informação.

Leitão Amaro: "SEF foi condenado a morte lenta durante três anos"

Joana Mesquita

Ministro da Presidência salienta que a estrutura para recuperar processos pendentes contará com 300 funcionários

António Leitão Amaro deu ontem conta das medidas do plano de acção para as migrações do Governo já em "plena execução", durante uma audição na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. O ministro da Presidência considerou ainda que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) "foi condenado a uma morte lenta" e que o resultado do regime da manifestação de interesse "foi mau".

"Há um desafio muito grande relativamente ao tema da imigração em Portugal", defendeu Leitão Amaro. "O processo de extinção do SEF correu mal e foi um erro", referiu, acrescentando que o serviço "foi condenado a uma morte lenta durante três anos".

O ministro da Presidência destacou como problemas em matéria de migrações o mecanismo da manifestação de interesse, o sistema de controlo de fronteiras, o "crescimento muito significativo do número de imigrantes", o processo de extinção do SEF e a sobrecarga da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), em que 410 mil pessoas com processos pendentes estão em "situação de grande indignidade".

Reforçando que "Portugal precisa de imigrantes" e que "não há uma associação entre o aumento do número de migrantes e criminalidade", o ministro argumentou que o Governo não quer o país "nem de portas fechadas nem escancaradas".

À esquerda, todos os partidos consideraram que a revogação da manifestação de interesse é um erro e que o seu fim não vai impedir a entrada de migrantes em Portugal, vai apenas aumentar a imigração ilegal.

"Senhores deputados, já se perguntaram porque é que outros países não têm manifestação de interesse? Se a manifestações de interesse são boas e geram imigração regular, porque é que mais ninguém tem?", atirou Leitão Amaro, sustentando que o resultado do mecanismo "foi mau".

O ministro afirmou que das 41 medidas incluídas no plano de acção para as migrações, apresentado pelo Governo a 3 de Junho, "há várias já em plena execução", nomeadamente a revogação do mecanismo da manifestação de interesse, promulgada pelo Presidente da República, após o anúncio da iniciativa.

A somar a essa revogação, no Conselho de Ministros da véspera, o Governo aprovou um decreto-lei que inclui a prorrogação por um ano dos documentos e vistos para imigrantes em Portugal, a "revisão de algumas competências da AIMA" e o reforço do papel do Observatório de Migrações. Também os postos consulares vão ser complementados com 50 trabalhadores adicionais.

ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

Ministro da Presidência foi ouvido ontem no Parlamento

A estas iniciativas, junta-se a criação de uma Estrutura de Missão para a Recuperação de Processos Pendentes na AIMA, com a duração máxima de um ano e com 300 funcionários, uma resolução também aprovada no Conselho de Ministros.

O governante assumiu que "o trabalho" herdado do Governo PS "ajudou bastante, mas estava incompleto". "Não duvido da boa intenção do PS", sustentou. No entanto, a concretização das políticas e a criação da AIMA "foram um desastre".

Questionado sobre se o presidente do conselho directivo da AIMA tem condições para se manter no cargo, o ministro da Presidência assumiu que o Governo não vai "fazer de ninguém que está na AIMA o bode expiatório" e que o culpado é o executivo anterior.

Leitão Amaro sublinhou que "ninguém neste Parlamento" discorda da ideia de haver um "regime diferenciado" para os países da CPLP, mas criticou os vistos do Governo PS, já que não permitiam a livre circulação.

Por isso mesmo, a AD defende um plano de recolha de dados biométricos para os cidadãos da CPLP e a "criação de um modelo uniforme" que permita a livre circulação.

Ana Catarina Mendes e Cotrim de Figueiredo eleitos vice-presidentes das bancadas no PE

Ana Bacelar Begonha

A ex-ministra do PS vai ser uma das vices da bancada europeia dos socialistas e o ex-líder da IL um dos vices do grupo dos liberais

A eurodeputada do PS Ana Catarina Mendes foi ontem eleita uma das nove vice-presidentes do grupo dos socialistas no Parlamento Europeu (PE) e João Cotrim de Figueiredo, eurodeputado da Iniciativa Liberal (IL), é agora um dos oito vices da bancada liberal europeia.

Numa publicação no X (antigo Twitter), o grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, a segunda maior bancada do Parlamento Europeu, divulgou que, além de ter reeleito Iraxte Garper como líder, nomeou a ex-ministra adjunta e dos Assuntos Parlamentares como vice-presidente. Ana Catarina Mendes junta-se a uma lista de nove outros vice-presidentes e um tesoureiro que assumem a direcção do grupo.

"Com Iraxte Garper, estamos prontos para trabalhar para uma Europa mais democrática, justa, mais social. Uma em que ninguém fica para trás", escreveu a família europeia, que elegeu 136 eurodeputados nas eleições europeias.

Ana Catarina Mendes assumiu a eleição "com muita alegria e sentido de responsabilidade", numa publicação nas redes sociais. E garantiu que irá "trabalhar, todos os dias, por uma Europa que luta contra as desigualdades e que se declina na construção de sociedades decentes".

Também no X, a Iniciativa Liberal anunciou que "João Cotrim de Figueiredo foi hoje eleito vice-presidente do grupo parlamentar dos liberais europeus", com 48 votos em 71.

A informação foi confirmada à agência Lusa por fonte dos liberais europeus, que indicou que Cotrim é um dos oito vice-presidentes eleitos, com o irlandês Billy Kelleherum a assumir o primeiro lugar na hierarquia das vice-presidências.

Os portugueses terão lugares de destaque nas famílias políticas que os seus partidos integram

Em comunicado entretanto divulgado, o Renovar a Europa indica que o grupo "ficou hoje mais forte" com a nova constituição, contando agora com 75 membros, dois dos quais da IL, "esperando-se que continue a aumentar nos próximos dias".

João Cotrim de Figueiredo chegou a apresentar a sua candidatura à presidência do grupo Renovar a Europa, mas quatro horas depois retirou-se, após "discussões francas e frutíferas" com a presidente do grupo político, a eurodeputada francesa Valérie Hayer (actual presidente). **com Lusa**

Ex-ministra diz ter condições para ser primeira-ministra

Alexandra Leitão abre a porta a voos mais altos

Ana Bacelar Begonha

Depois de ter admitido poder vir a liderar o PS, Alexandra Leitão não exclui voos mais altos e diz ser uma das mulheres no PS que poderão ser primeira-ministra no futuro. "Acho que sou uma das algumas mulheres dentro do partido que têm essas condições", afirmou.

Questionada no programa Dona da Casa da Antena 3, anteontem, sobre se gostaria de ser a primeira mulher líder de um Governo em Portugal, Alexandra Leitão defendeu "que as mulheres, em regra, são mais recatadas em afirmar essas ambições do que os homens", sendo "uma das razões pelas quais os homens chegam mais aos cargos" precisamente o facto de se chegarem "mais à frente". A contrariar a tendência, assumiu que "gostava muito que houvesse uma primeira-ministra mulher em Portugal", do seu partido, e admitiu que é uma das socialistas que "têm essas condições".

Antes de ser líder da bancada do PS, a então autora da moção de Pedro Nuno Santos à liderança do partido já tinha admitido, numa entrevista ao PÚBLICO, que "é uma hipótese" vir a ser líder do PS.

A Antena 3, Alexandra Leitão fala mais a fundo sobre as barreiras das mulheres na política e defende que "até há um tempo atrás havia tão poucas mulheres na vida política que era normal que não emergisse nenhuma mulher que pudesse ser candidata a secretária-geral do PS". Mas defende que "as coisas mudaram muito por força das quotas [de género] e da lei da paridade", vendo agora um "grupo razoável de mulheres que podem começar a emergir".

Aqui cuida-se de quem vive com doenças avançadas

É um "oásis" de conforto e apoio integrado no ambiente hospitalar. O novo Espaço Fundação "la Caixa", no IPO Porto, reforça a humanização nos cuidados a pessoas com doenças avançadas e suas famílias

Um espaço acolhedor, de bem-estar, que possa ser quase como uma casa para quem sofre de doença oncológica avançada, mas também para familiares e cuidadores. Este é o propósito do Espaço Fundação "la Caixa", inaugurado em Abril no Instituto Português de Oncologia do Porto (IPO Porto).

Neste reduto cuidar pode assumir várias formas. Cada paciente crónico encontra aqui apoio emocional, social e espiritual – numa perspectiva integrada –, complementar aos cuidados de saúde clínicos. Humanizar e aproximar para cuidar melhor, com mais dignidade e bem-estar, em situação de fim de vida.

O recurso, à disposição dos doentes e acompanhantes no IPO Porto, triplica-se em usos e valências à medida das necessidades de cada pessoa. É, simultaneamente:

- Um espaço de introspecção, onde doentes e familiares beneficiam de um ambiente sereno, com menor stress;
- Um espaço de comunicação entre doentes e familiares, num ambiente mais privado e discreto do que os ambientes hospitalares tradicionais proporcionam;

Mais de 56.400 pessoas já foram acompanhadas, em Portugal, ao abrigo do Programa Humaniza, incluindo doentes e cuidadores

- Um espaço de distracção, numa necessária pausa da situação complexa de hospitalização, com acesso facilitado a actividades lúdicas, como pintura, música e escrita, que podem contar com a participação de voluntários.

Um programa ibérico inovador e focado em quem vive com doenças crónicas avançadas

O espaço no IPO Porto é uma das iniciativas mais recentes do Programa para o Apoio Integral a Pessoas com Doenças Avançadas – Humaniza, da Fundação "la Caixa" com a colaboração do BPI. Além desta unidade, pioneira em Portugal, o Programa já implementou seis espaços em Espanha, também focados no apoio integral ao doente e famílias.

O Programa Humaniza foi fundado em Espanha, em 2008, e chegou a Portugal em 2018. Afirma-se como um modelo de apoio e organização, com respostas inovadoras, às pessoas com doenças crónicas em fase avançada. Nas suas várias dimensões, o Programa abrange o apoio a doentes e famílias (incluindo na fase de luto), mas também aos profissionais que trabalham nestes contextos desafiantes.

Em Portugal, o Programa está a ser implementado por 11 equipas de apoio psicossocial (EAPS) nas sete regiões do país. Entre os mais de 50 profissionais, encontram-se psicólogos, assistentes sociais e voluntários. A sua intervenção beneficia já 19 hospitais em território nacional, 17 equipas de apoio domiciliário e 25 estruturas residenciais para pessoas idosas.

Desde a sua chegada a Portugal, há mais de cinco anos, que o Programa já acompanhou mais de 25 mil doentes e 31 mil familiares nesta que é uma fase extremamente difícil para quem vive com doença crónica avançada.

Para saber mais sobre esta unidade, consulte a página do IPO Porto, em https://ipoporto.pt/.

Inauguração com presença presidencial

O primeiro Espaço Fundação "la Caixa" para o Apoio Integral em Portugal foi inaugurado a 8 de Abril de 2024.

A cerimónia, no IPO Porto, contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, assim como do presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, do curador da Fundação "la Caixa" e presidente honorário do BPI, Artur Santos Silva, do director-geral da Fundação "la Caixa", Antonio Vila Bertrán, e o presidente do IPO Porto Júlio Oliveira.

Matemática O dia em que os alunos prestaram provas

No dia em que mais de 32 mil alunos fizeram o exame de Matemática A, o PÚBLICO enviou questões a Joaquim Pinto, da Associação de Professores de Matemática, e a José Carlos Santos, da Sociedade Portuguesa de Matemática, sobre as mudanças em curso no ensino da disciplina e sobre as medidas que consideram prioritárias para a Educação. *Por Cristiana Faria Moreira*

Escolas têm de fazer mais para despertar gosto pela Matemática

Quatro perguntas: 1. Que balanço faz da vigência das Aprendizagens Essenciais de Matemática e que expectativa tem para a sua aplicação no secundário? 2. A Matemática continua a ser uma das disciplinas em que os alunos apresentam mais dificuldades e piores resultados. Além dos exames, o PISA de 2022 mostrou que a média dos alunos portugueses caiu 20 pontos face a 2018. Como se explica esta queda e como pode ser revertida? 3. O que tem falhado no ensino da Matemática para que os alunos sintam a necessidade de recorrer a explicações fora do horário lectivo? 4. Quais são as medidas prioritárias em matéria de Educação que este Governo deve tomar?

Ligar a Matemática a outras áreas, como a álgebra, o pensamento computacional ou a educação para a cidadania, nomeadamente a literacia financeira, em particular no ensino básico. Reforçar no secundário o pensamento computacional e a utilização de programação em linguagem Python em todos os cursos, assim como os conteúdos relacionados com a estatística e a chamada "Matemática para a Cidadania", onde se incluiu a análise de processos eleitorais.

Em linhas gerais, estes são alguns dos temas introduzidos nas Aprendizagens Essenciais (AE) da Matemática – documentos de referência para o ensino desta disciplina nos vários anos de escolaridade que foram introduzidos pelo anterior Governo –, onde se incluem ainda outras formas de avaliar os alunos, como apresentações em vídeo, relatórios ou cartazes e não apenas os tradicionais testes. Até se chegar aqui, vários grupos de trabalho analisaram o insucesso dos alunos à disciplina e desenharam um novo currículo.

Depois dos respectivos períodos de consulta pública, e de testadas em turmas-piloto, as AE de Matemática começaram a ser aplicadas, no ensino básico, no ano lectivo 2022/2023, aos 1.º, 3.º, 5.º e 7.º anos de escolaridade, sendo depois alargadas aos restantes anos nos dois anos lectivos seguintes. No secundário, foram homologadas em 2023 e serão implementadas de forma faseada no próximo ano lectivo para o 10.º ano, em 2025/2026 para o 11.º ano e no ano seguinte para o 12.º ano.

"Deveria haver um maior apoio nas escolas e à generalidade dos alunos para garantir a equidade perante o exame, o que não conseguimos fazer

Para o presidente da Associação de Professores de Matemática (APM), Joaquim Pinto, as novas AE de Matemática melhoraram o ensino da disciplina em vários aspectos, a começar pela menor extensão do currículo, que o torna "um programa exequível". A reacção dos professores, diz ainda, tem sido "muito positiva" e os alunos têm-se "envolvido, activamente, na sua aprendizagem".

A Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM) tem um entendimento diferente. O seu presidente, José Carlos Santos, considera que foram "um retrocesso" relativamente às Metas Curriculares anteriormente em vigor, que estavam "organizadas de uma maneira lógica e clara", o que permitia "avaliar com um grande grau de rigor o sucesso da aprendizagem". O facto de a Matemática "ser quase universalmente considerada uma matéria muito difícil" faz com que os alunos fiquem "desencorajados desde o início de investir esforço mental nesta disciplina", considera José Carlos Santos. Para aproximar os alunos da disciplina, defende que devem ser promovidas acções de divulgação da Matemática nas escolas e que os manuais contenham exemplos reais da sua aplicação prática no dia-a-dia. Nesta linha, o presidente da APM sugere que devem ser criadas "estruturas de apoio nas escolas aos alunos com dificuldades na Matemática", desde o 1.º ciclo, o que considera essencial para "debelar dificuldades o mais cedo possível".

Joaquim Pinto APM

Devem ser criadas "estruturas de apoio aos alunos com dificuldades" desde o 1.º ciclo

1) As novas Aprendizagens Essenciais (AE), aprovadas para o Ensino Básico em 2021 e para o Ensino Secundário em 2023, começaram a ser aplicadas há pouco tempo, mas iniciaram-se em turmas-piloto, em todo o país. A sua aplicação tem sido muito apoiada com a formação de professores e com a publicação de tarefas desenvolvidas nas turmas-piloto, devidamente comentadas com os dados da sua primeira aplicação nas referidas turmas. A reacção dos professores tem sido muito positiva, considerando que as AE são exequíveis, e os alunos, reconhecendo a relevância do que é ensinado, têm-se envolvido, activamente, na sua aprendizagem. As AE introduziram melhorias em vários aspectos, como a menor extensão do programa, o que o torna um programa exequível, a existência sistemática de sugestões de abordagem na sala de aula, uma grande profusão de referências bibliográficas em língua portuguesa com um carácter pedagógico marcado, a clarificação detalhada dos usos da tecnologia no ensino da matemática em cada tema e da articulação com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, oportunidades frequentes de uso de exemplos concretos da matemática da vida real na linha das competências do PISA, entre outras.

2) A queda da Matemática no PISA não pode ser separada do contexto internacional, em que a média da OCDE também desceu substancialmente. No relatório do PISA 2022 é referido que foi registada

"uma queda sem precedentes no desempenho em toda a OCDE [...]. O declínio no desempenho em Matemática foi três vezes maior do que qualquer alteração consecutiva anterior". O que existe de comum à generalidade dos países com esta descida? O impacto incontornável da pandemia!

Por um lado, esse cenário mostra-nos como a escola presencial é essencial para a aprendizagem dos alunos. Por outro lado, leva-nos a pensar no que se poderá fazer de melhor. O relatório do PISA 2022 tem uma resposta para isso, em função dos países: na "Austrália, Japão, Coreia, Singapura e Suíça ", os resultados mantiveram-se ou melhoraram. Nestes países, houve "[...] encerramentos de escolas mais curtos, menos obstáculos à aprendizagem à distância e apoio contínuo dos professores e dos pais ". Claramente, as estruturas informáticas de apoio e o apoio do sistema educativo não funcionaram, suficientemente. O programa "Estudo em casa" foi meritório, mas insuficiente na mitigação dos efeitos da interrupção das actividades presenciais. Este deveria ser um assunto sério para reflexão.

3) A Matemática é uma das disciplinas onde mais exames nacionais são realizados, pois são necessários para o acesso a uma variedade enorme de cursos altamente competitivos — desde a Medicina à Aeronáutica e à Engenharia Informática, passando pela Economia, pelo Desporto e pela Farmácia... O ingresso no Ensino Superior é um processo altamente competitivo, decidido por uma décima ou menos, o que provoca grande preocupação à generalidade dos candidatos, tal como acontece na maior parte dos países. Por exemplo, na Coreia do Sul, dada a importância do ingresso no ensino superior, no dia de exame até fecham as instituições administrativas, os aviões diminuem a sua actividade e a polícia leva os alunos atrasados aos locais de exame para chegarem a tempo! Entre nós, deveria haver um maior apoio nas escolas e à generalidade dos alunos, até para garantir a equidade perante o exame, o que não conseguimos fazer, tal como a pandemia mostrou.

4) A prioridade máxima deverá ser a da resolução do problema da formação de mais professores de Matemática, pois estes estão longe das necessidades! É essencial a formação de professores com qualidade, para a eficácia e a eficiência do sistema de educação. Há que investir na atracção e na fixação de professores, concedendo bolsas de estudo aos candidatos a mestrados de Ensino da Matemática e promovendo a formação contínua, incutindo atitudes de reflexão, análise crítica, inovação e investigação pedagógica. Seria importante criar condições para o funcionamento do ano de indução (há muito legislado, mas nunca regulamentado). A segunda prioridade deveria ser a criação de estruturas de apoio nas escolas aos alunos com dificuldades na Matemática, desde o primeiro ciclo; debelar dificuldades o mais cedo possível é uma condição para o sucesso sustentado dos alunos. A terceira prioridade deve ser a criação de estruturas informáticas de apoio, em todas as escolas, que permita um uso eficaz da tecnologia e da Internet no apoio às actividades da disciplina de Matemática, nas aulas e fora delas.

> **A Matemática é universalmente considerada uma matéria difícil. Esta percepção desencoraja os alunos de investir esforço mental nesta disciplina**

José Carlos Santos SPM

Aprendizagens Essenciais foram "um retrocesso" em relação a programas anteriores

1) As AE de Matemática foram um retrocesso relativamente aos programas anteriormente em vigor (as chamadas Metas Curriculares), em múltiplos aspectos. As Metas Curriculares estavam organizadas de uma maneira lógica e clara, com objectivos bem identificados, o que permitia avaliar com um grande grau de rigor o sucesso da aprendizagem dos alunos. Não é o caso das AE de Matemática. Com efeito, podem ser vistas nelas algumas opções pedagógicas que já tinham sido amplamente criticadas desde o princípio deste século por se terem revelado nefastas no ensino da Matemática. Entre muitos exemplos possíveis, menciono a subalternização dos conteúdos curriculares face ao protagonismo conferido às chamadas "competências" (vagas e, consequentemente, impossíveis de avaliar com um mínimo de objectividade) e a introdução de forma inadequada das calculadoras, sem que nunca se chame a atenção para as limitações e os perigos da sua utilização nos diversos níveis de ensino. A aplicação das Aprendizagens Essenciais no Ensino Secundário será negativa para a competência matemática dos nossos alunos.

2) É preciso ter em conta que, após uma melhoria sistemática dos resultados em todas as edições do PISA até 2015, e de estagnação em 2018, os alunos portugueses obtiveram agora uma pontuação próxima da obtida em 2006, revelando um cenário de um enorme retrocesso. Isto explica-se pela abolição sistemática de provas de avaliação, para além de, a partir de 2017, ter havido uma reforma que promovia a flexibilidade curricular, que assentou em documentos vagos e confusos. Além disso, no pós-pandemia (2020 e 2021), a tutela não recolheu dados fiáveis sobre o estado da aprendizagem nem disponibilizou meios para a sua recuperação. Antes, procurou dar a sensação de que tudo estava bem, sem dados objectivos que apoiassem isto. Por exemplo, em 2020, a prova final de 9.º ano foi interrompida e em 2021 foi considerada prova de aferição.

3) Existe um factor cultural muito importante para isto que raramente é levado em conta: o facto de, em Portugal (e não só), a Matemática ser quase universalmente considerada uma matéria muito difícil, comparada com outras disciplinas escolares. Esta percepção faz com que os alunos fiquem desencorajados desde o início de investir esforço mental nesta disciplina. Para melhorar esta situação, devem ser promovidas acções de divulgação da Matemática nas escolas. Além disso, é desejável que os manuais escolares contenham exemplos (reais e não obviamente artificiais) de aplicações da Matemática, para que os alunos tomem consciência de como é um ramo do conhecimento com muitas e variadas consequências nas nossas vidas.

4) A medida prioritária em matéria de Educação deveria ser a reintrodução de exames no fim de todos os ciclos de ensino. Além disso, esses exames devem ser estáveis, ou seja, sem grandes variações de ano para ano, para que se possam fazer comparações objectivas. Estes exames devem abranger de maneira equilibrada a matéria leccionada em todos os anos do ciclo em questão e não, como no mais recente exame do nono ano, que sobrevalorize os conteúdos até ao penúltimo ano do ciclo. Finalmente, deverão conter questões de todos os níveis de complexidade, de modo que os melhores alunos encontrem itens que valorizem o seu nível de desempenho e que seja possível avaliar em que medida o sistema de ensino está a cumprir os objectivos relativos aos desempenhos de nível superior. Estou moderadamente optimista quanto à possibilidade de isto ser implementado. Além disso, é desejável recentrar os currículos no conhecimento. Isto representa modernizar o ensino e seguir o que os dados e a ciência moderna nos indicam. Esta aponta-nos claramente para a importância de programas claros, bem estruturados, sequenciais e ambiciosos na Educação.

Matemática O dia em que os alunos prestaram provas

Exame de Matemática A (635), 12.º ano

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE CLASSIFICAÇÃO

1. ... **12 pontos**

(C)

2.1. ... **14 pontos**

Este item pode ser resolvido por, pelo menos, dois processos.

Designemos por A o acontecimento «o candidato é violinista» e por B o acontecimento «o candidato é português».

1.º Processo

Apresentar uma tabela de dupla entrada cujas entradas sejam: A e $\overline{A}$; B e $\overline{B}$ ... 1 ponto

Identificar o valor pedido com $P(B|A)$ ... 1 ponto

Reconhecer que $P(B|A)=\frac{P(A\cap B)}{P(A)}$ ... 1 ponto

Preencher a célula da tabela relativa a $P(A)$ $\left(\frac{3}{5}\right)$ ... 1 ponto

Preencher a célula da tabela relativa a $P(B)$ $\left(\frac{1}{2}\right)$ ... 1 ponto

Preencher a célula da tabela relativa a $P(\overline{B})$ $\left(\frac{1}{2}\right)$ ... 1 ponto

Reconhecer que $P(\overline{A}|B)=\frac{3}{10}$ ... 1 ponto

Preencher a célula da tabela relativa a $P(\overline{A}\cap B)$ $\left(\frac{3}{20}\right)$ ... 2 pontos

Preencher a célula da tabela relativa a $P(A\cap B)$ $\left(\frac{1}{4}\right)$ ... 3 pontos

Obter o valor pedido $\left(\frac{5}{12}\right)$ ... 2 pontos

2.º Processo

Escrever $P(A)=\frac{3}{5}$ ... 1 ponto

Reconhecer que $P(\overline{B})=P(B)$ ... 1 ponto

Escrever $P(B)=\frac{1}{2}$ ... 1 ponto

Escrever $P(\overline{A}|B)=\frac{3}{10}$ ... 1 ponto

Identificar o valor pedido com $P(B|A)$ ... 1 ponto

Reconhecer que $P(B|A)=\frac{P(A\cap B)}{P(A)}$ ... 1 ponto

Obter $P(\overline{A}\cap B)=\frac{3}{20}$ ... 2 pontos

Reconhecer que $P(\overline{A}\cap \overline{B})=P(\overline{A\cup B})$ ... 1 ponto

Obter $P(A\cup B)=\frac{17}{20}$ ... 1 ponto

Obter $P(A\cap B)=\frac{1}{4}$ ... 2 pontos

Obter o valor pedido $\left(\frac{5}{12}\right)$ ... 2 pontos

2.2. ... **12 pontos**

(B)

2.3. ... **14 pontos**

Reconhecer que os tempos de prática, em minutos, da Constança, em cada um dos dias, são termos consecutivos de uma progressão aritmética, (u_n), de razão 10 ... 2 pontos

Reconhecer que $u_4=u_1+30$ ... 2 pontos

Obter $u_1=30$ ... 1 ponto

Escrever $u_m=20+10m$ (ou equivalente) ... 3 pontos

Reconhecer que 2970 é a soma de m termos consecutivos de (u_n) ... 2 pontos

Escrever $2970=\frac{10m+50}{2}\times m$ (ou equivalente) ... 2 pontos

Obter o valor pedido (22) ... 2 pontos

3.1. ... **12 pontos**

(A)

3.2. ... **14 pontos**

Reconhecer que as coordenadas do ponto B são da forma $(a, 2a, b)$ ... 1 ponto

Determinar as coordenadas do ponto B $((1, 2, -5))$ ... 2 pontos

Escrever as coordenadas do vetor $\overrightarrow{OA}$ ... 1 ponto

Escrever as coordenadas do vetor $\overrightarrow{OB}$ ... 1 ponto

Calcular $\overrightarrow{OA}\cdot\overrightarrow{OB}$ (11) ... 2 pontos

Determinar a norma do vetor $\overrightarrow{OA}$ $(\sqrt{41})$ ... 1 ponto

Determinar a norma do vetor $\overrightarrow{OB}$ $(\sqrt{30})$ ... 1 ponto

Escrever $11=\sqrt{41}\times\sqrt{30}\times\cos(A\hat{O}B)$ (ou equivalente) ... 3 pontos

Obter o valor pedido $(72°)$ ... 2 pontos

3.3. ... **14 pontos**

Este item pode ser resolvido por, pelo menos, dois processos.

1.º Processo

Apresentar o número de casos possíveis $({}^4C_2\times{}^4C_2)$ ... 6 pontos

Apresentar o número de casos favoráveis $(4\times({}^4C_2-1)+2\times{}^4C_2)$ ...(3 + 3)... 6 pontos

Obter o valor pedido $\left(\frac{8}{9}\right)$ **(ver nota)** ... 2 pontos

2.º Processo

Reconhecer que a probabilidade pedida é a probabilidade do acontecimento contrário ao acontecimento «os quatro vértices selecionados pertencem a uma mesma face lateral do prisma» ... 2 pontos

Calcular a probabilidade de os quatro vértices pertencerem a uma mesma face lateral do prisma ... 10 pontos

- Apresentar o número de casos possíveis $({}^4C_2\times{}^4C_2)$ ... 4 pontos
- Apresentar o número de casos favoráveis (4) ... 4 pontos
- Obter a probabilidade $\left(\frac{1}{9}\right)$ **(ver nota)** ... 2 pontos

Obter o valor pedido $\left(\frac{8}{9}\right)$ **(ver nota)** ... 2 pontos

Nota – Se a etapa relativa ao número de casos possíveis e a etapa relativa ao número de casos favoráveis tiverem sido pontuadas com 0 pontos, a pontuação a atribuir a esta etapa é 0 pontos. A mesma pontuação de 0 pontos deve ser atribuída caso o valor obtido não pertença ao intervalo $[0, 1]$.

4. ... **14 pontos**

Reconhecer que o domínio de resolução da condição é $]0, +\infty[$ ... 1 ponto

Obter $\ln x>-1 \wedge \ln x<2$ ... 9 pontos

- Escrever $\ln^2 x-\ln x-2=0$ (ou equivalente) ... 2 pontos
- Obter $\ln x=-1 \vee \ln x=2$ ... 3 pontos
- Concluir que $\ln x\in\,]-1, 2[$ (ou equivalente) ... 4 pontos

Obter $x>e^{-1} \wedge x<e^2$ ... 2 pontos

Apresentar o conjunto pedido $\left(\left]\frac{1}{e}, e^2\right[\text{, ou equivalente}\right)$ ... 2 pontos

5.1. ... **14 pontos**

Determinar $g'(x)$ em $]1, +\infty[$ **(ver nota 1)** ... 3 pontos

Escrever $g'(x)=0$ ... 1 ponto

Determinar o zero de g' em $]1, +\infty[$ ... 2 pontos

Apresentar um quadro de sinal de g' e de monotonia de g no intervalo $]1, +\infty[$ (ou equivalente) ... 4 pontos

Apresentar os intervalos de monotonia de g em $]1, +\infty[$ **(ver nota 2)** ... 2 pontos

Reconhecer que $g(2)$ é um extremo relativo ... 1 ponto

Determinar $g(2)$ $(-2-2\ln 2$, ou equivalente$)$ ... 1 ponto

Notas:

1. Se for evidente a intenção de determinar a derivada da função, a pontuação mínima a atribuir a esta etapa é 1 ponto.
2. Se for referido que a função g é decrescente em $]1, 2[$, em vez de $]1, 2]$, e crescente em $]2, +\infty[$, em vez de $[2, +\infty[$, esta etapa deve ser considerada cumprida.

5.2. ... **14 pontos**

Reconhecer que $\lim\limits_{x\to1^+} g(x)=\lim\limits_{x\to1^-} g(x)$ $\left(\text{ou } \lim\limits_{x\to1} g(x)=g(1)\right)$ ... 1 ponto

Determinar $\lim\limits_{x\to1^+} g(x)$ $(\text{ou } g(1))$ ... 2 pontos

- Reconhecer que $\lim\limits_{x\to1^+} g(x)=\lim\limits_{x\to1^+}(x^2-3x-2\ln x)$ (ou substituir x por 1 na expressão $x^2-3x-2\ln x$) ... 1 ponto
- Obter $\lim\limits_{x\to1^+} g(x)=-2$ $(\text{ou } g(1)=-2)$ ... 1 ponto

Determinar $\lim\limits_{x\to1^-} g(x)$ ... 9 pontos

- Reconhecer que $\lim\limits_{x\to1^-} g(x)=\lim\limits_{x\to1^-}\left(\frac{1-x}{e^{x-1}-1}-e^{k-1}\right)$ ... 1 ponto
- Escrever $\lim\limits_{x\to1^-}\left(\frac{1-x}{e^{x-1}-1}-e^{k-1}\right)=\lim\limits_{x\to1^-}\frac{1-x}{e^{x-1}-1}-\lim\limits_{x\to1^-} e^{k-1}$ ... 1 ponto
- Escrever $\lim\limits_{x\to1^-}\frac{1-x}{e^{x-1}-1}-\lim\limits_{x\to1^-} e^{k-1} \underset{y=x-1}{=} \lim\limits_{y\to0^-}\frac{-y}{e^y-1}-e^{k-1}$ ... 3 pontos
- Escrever $\lim\limits_{y\to0^-}\frac{-y}{e^y-1}-e^{k-1}=-\frac{1}{\lim\limits_{y\to0^-}\frac{e^y-1}{y}}-e^{k-1}$ ... 2 pontos
- Obter $\lim\limits_{x\to1^-} g(x)=-1-e^{k-1}$ ... 2 pontos

Escrever $-1-e^{k-1}=-2$ ... 1 ponto

Obter o valor de k (1) ... 1 ponto

6. ... **12 pontos**

I → b)   II → c)   III → b)   IV → a)

Este item deve ser classificado de acordo com os níveis de desempenho seguintes.

Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
3	Completa o texto com as 4 opções corretas.	12
2	Completa o texto com 3 opções corretas.	8
1	Completa o texto com 2 opções corretas.	4

7. ... **14 pontos**

Justificar que apenas a reta de equação $x=0$ pode ser assíntota vertical ao gráfico da função f ... 1 ponto

Determinar $\lim\limits_{x\to0} f(x)$ ... 11 pontos

- Escrever $\lim\limits_{x\to0}\frac{1-\cos x}{x^4}$ ... 1 ponto
- Escrever $\lim\limits_{x\to0}\frac{1-\cos x}{x^4}=\lim\limits_{x\to0}\frac{(1-\cos x)(1+\cos x)}{x^4(1+\cos x)}$ ... 3 pontos
- Escrever $\lim\limits_{x\to0}\frac{(1-\cos x)(1+\cos x)}{x^4(1+\cos x)}=\lim\limits_{x\to0}\frac{1-\cos^2 x}{x^4(1+\cos x)}$ ... 1 ponto
- Escrever $\lim\limits_{x\to0}\frac{1-\cos^2 x}{x^4(1+\cos x)}=\lim\limits_{x\to0}\frac{\text{sen}^2 x}{x^4(1+\cos x)}$ ... 1 ponto
- Escrever $\lim\limits_{x\to0}\frac{\text{sen}^2 x}{x^4(1+\cos x)}=\lim\limits_{x\to0}\frac{\text{sen}^2 x}{x^2}\times\lim\limits_{x\to0}\frac{1}{x^2(1+\cos x)}$ ... 1 ponto
- Escrever $\lim\limits_{x\to0}\frac{\text{sen}^2 x}{x^2}=\left(\lim\limits_{x\to0}\frac{\text{sen}\, x}{x}\right)^2$ ... 1 ponto
- Obter $\lim\limits_{x\to0}\frac{\text{sen}^2 x}{x^2}=1$ ... 1 ponto
- Obter $\lim\limits_{x\to0}\frac{1}{x^2(1+\cos x)}=+\infty$ ... 1 ponto
- Concluir que $\lim\limits_{x\to0} f(x)=+\infty$ ... 1 ponto

Concluir que a reta de equação $x=0$ é assíntota vertical ao gráfico de f ... 2 pontos

8. ... **14 pontos**

Tópicos de resposta

- Justificação da falsidade da proposição I.
  Exemplo: A função f não é contínua no intervalo $[1, 3]$, pois $\lim\limits_{x\to2} f(x)$ não existe (ou a função f não é contínua em $x=2$). Portanto, não é possível concluir que a função f tem, pelo menos, um zero no intervalo $[1, 3]$ por aplicação do teorema de Bolzano-Cauchy.
- Justificação da falsidade da proposição II.
  Exemplo: Como $\lim\limits_{x\to2^-}\frac{1}{f(x)}=\frac{1}{f(2)}$ e $\frac{1}{f(2)}$ é um número real, e como $\lim\limits_{x\to2^+}\frac{1}{f(x)}=0$, a reta de equação $x=2$ não é assíntota ao gráfico da função $\frac{1}{f}$.

Parâmetro	Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
A Conteúdos	4	Apresenta, de forma completa, as duas justificações solicitadas.	12
	3	Apresenta, de forma completa, uma das justificações solicitadas e, de forma incompleta, a outra justificação.	9
	2	Apresenta, de forma completa, apenas uma das justificações solicitadas. OU Apresenta, de forma incompleta, as duas justificações solicitadas.	6
	1	Apresenta, de forma incompleta, apenas uma das justificações solicitadas.	3
B Linguagem Científica	2	Utiliza adequadamente o vocabulário específico da Matemática.	2
	1	Utiliza, embora com uma ou mais falhas, o vocabulário específico da Matemática.	1

9. ... **14 pontos**

Reconhecer que a área do trapézio $[OBCD]$ é dada por $\frac{\overline{BC}+\overline{DO}}{2}\times\overline{CD}$ ... 1 ponto

Reconhecer que a abcissa do ponto B é $2\cos\alpha$ ... 1 ponto

Reconhecer que a ordenada do ponto B é $2\,\text{sen}\,\alpha$ ... 1 ponto

Reconhecer que a abcissa do ponto C é $-2\cos\alpha$ ... 1 ponto

Reconhecer que a abcissa do ponto D é $-2\cos\alpha$ ... 1 ponto

Obter $\overline{BC}$ em função de α ... 2 pontos

Escrever $\overline{DO}$ em função de α ... 1 ponto

Reconhecer que a altura do trapézio é igual a $2\,\text{sen}\,\alpha$ ... 1 ponto

Escrever uma expressão para a área do trapézio em função de α ... 1 ponto

Escrever uma expressão para a área do sector circular em função de α ... 1 ponto

Obter a expressão pretendida ... 3 pontos

10. ... **14 pontos**

Reconhecer que $2\theta_1$ é a amplitude do maior dos dois valores distintos de θ ... 2 pontos

Apresentar a equação $F(\theta)=F(2\theta)$ (ou uma equação equivalente) **(ver nota 1)** ... 3 pontos

Representar o(s) gráfico(s) da(s) função(ões) visualizado(s) na calculadora que permite(m) resolver a equação **(ver nota 2)** ... 5 pontos

Assinalar o ponto relevante ... 2 pontos

Apresentar o valor pedido $(0{,}26 \text{ rad})$ ... 2 pontos

Notas:

1. Se não for apresentada qualquer equação, a pontuação a atribuir a esta etapa é 0 pontos. As restantes etapas são pontuadas de acordo com o desempenho, desde que seja inequívoco que correspondem à resolução de uma equação que traduz corretamente o problema.
2. Se não for apresentado o referencial, a pontuação a atribuir a esta etapa é desvalorizada em 1 ponto.

11. ... **12 pontos**

(C)

12. ... **14 pontos**

Este item pode ser resolvido por, pelo menos, dois processos.

1.º Processo

Identificar i^7 com $-i$ ... 1 ponto

Obter $z=2-4i$ ... 3 pontos

Escrever $z\times w=5\sqrt{2}e^{i\frac{5\pi}{4}}$ ... 3 pontos

Obter $z\times w=-5-5i$ ... 3 pontos

Escrever $w=\frac{-5-5i}{2-4i}$ ... 1 ponto

Obter $w=\frac{1}{2}-\frac{3}{2}i$ ... 3 pontos

2.º Processo

Seja $w=a+bi$.

Identificar i^7 com $-i$ ... 1 ponto

Obter $z=2-4i$ ... 3 pontos

Obter $z\times w=2a+4b+i(2b-4a)$ ... 1 ponto

Escrever $2a+4b=2b-4a$ ... 1 ponto

Obter $b=-3a$ (ou equivalente) ... 1 ponto

Obter $z\times w$, com a parte real e com a parte imaginária em função de a (ou em função de b) ... 2 pontos

Obter $|z\times w|$ em função de a (ou em função de b) ... 2 pontos

Obter o valor de a e o valor de b ... 2 pontos

Escrever o número complexo w $\left(\frac{1}{2}-\frac{3}{2}i\right)$ ... 1 ponto

13. ... **14 pontos**

Este item pode ser resolvido por, pelo menos, dois processos.

1.º Processo

Seja a a abcissa do ponto de tangência.

Obter $f'(x)$ **(ver nota)** ... 2 pontos

Reconhecer que $m=f'(a)$ ... 2 pontos

Obter $f'(a)=4a+b$ ... 1 ponto

Escrever $2a^2+ba+5=(4a+b)a+1$ (ou equivalente) ... 4 pontos

Resolver a equação anterior ... 3 pontos

Apresentar o valor pedido $(\sqrt{2})$ ... 2 pontos

Nota – Se for evidente a intenção de determinar a derivada da função, a pontuação mínima a atribuir a esta etapa é 1 ponto.

2.º Processo

Reconhecer que a reta é tangente ao gráfico de f se a equação $2x^2+bx+5=mx+1$ tiver apenas uma solução ... 3 pontos

Obter $2x^2+(b-m)x+4=0$ (ou equivalente) ... 2 pontos

Escrever $(b-m)^2-32=0$ ... 3 pontos

Obter $b-m=-\sqrt{32} \vee b-m=\sqrt{32}$ ... 2 pontos

Obter $x=-\sqrt{2} \vee x=\sqrt{2}$ (ou equivalente) ... 2 pontos

Apresentar o valor pedido $(\sqrt{2}$, ou equivalente$)$ ... 2 pontos

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 12 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	1.	2.1.	2.2.	3.1.	3.2.	5.1.	5.2.	6.	8.	10.	11.	13.	Subtotal
Cotação (em pontos)	12	14	12	12	14	14	14	12	14	14	12	14	158

Destes 6 itens, contribuem para a classificação final da prova os 3 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	2.3.	3.3.	4.	7.	9.	12.	Subtotal
Cotação (em pontos)	3 × 14 pontos						42
TOTAL							200

Matemática O dia em que os alunos prestaram provas

Pareceres

Professores dizem que exame foi "equilibrado" e mais fácil

Cristiana Faria Moreira

Foi "uma prova equilibrada", cujo grau de exigência foi "inferior ao da 1.ª fase de 2023", prevendo-se, por isso, uma subida da média nacional relativamente ao ano passado, no qual os alunos se ficaram pelos 11 valores. É esta a primeira leitura da Associação de Professores de Matemática (APM) sobre o exame de Matemática A do 12.º ano, realizado ontem por 32.023 alunos.

Para a Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM), a prova foi também "acessível e equilibrada", com "uma boa adequação em termos da avaliação dos conhecimentos que se devem adquirir nesta disciplina", ao longo do ensino secundário. No entanto, destaca "um menor grau de dificuldade do que a do ano anterior que resulta da estrutura e da inexistência de questões mais desafiantes", cuja existência considera fundamental numa prova de avaliação externa.

A APM destaca, por outro lado, o facto de a prova não ter "itens diferenciadores entre os bons alunos e os alunos médios", considerando ainda que foi ao encontro das Aprendizagens Essenciais (AE) e do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Ambas as instituições destacam a inclusão, "pela primeira vez", de um item obrigatório de Estatística, "facilmente executado na calculadora". "Este item substituiu o item obrigatório sobre sucessões", refere a APM no parecer enviado ao PÚBLICO.

Sobre este item, a SPM considera que "seria de esperar uma questão mais adequada a este nível de ensino", considerando que "qualquer aluno do ensino básico saberia responder às três primeiras questões". "Com a introdução dos dados na calculadora gráfica, a obtenção da solução é imediata", refere no parecer partilhado com o PÚBLICO.

A prova contém itens que saem normalmente em exames, nomeadamente um com composição sobre funções, que a APM considerou "bastante acessível". Incluiu ainda outros de geometria analítica, de funções, de probabilidade condicionada e cálculo combinatório, assim como um item de complexos sobre raízes, que a associação considerou também "simples". No item que prevê o recurso à calculadora, a APM considerou que a expressão a inserir na máquina foi "bastante mais "simpática" do que a de anos anteriores, o que tornou a questão "bastante acessível".

Associação de Professores de Matemática (APM) está optimista e admite que média suba

À semelhança de anos anteriores, o exame de Matemática A teve também itens facultativos, isto é, além dos obrigatórios, há mais seis itens dos quais só contam para a classificação final da prova os três em que os alunos obtenham melhor pontuação. Este lote incluiu, por exemplo, um exercício de progressões aritméticas "acessível" e um item de probabilidades com cálculo combinatório que, "após uma leitura bem feita não oferece grandes dificuldades", considerou a APM.

Sobre este assunto, a SPM considera que a decisão de excluir da classificação final alguns dos itens "continua a provocar insuficiências quanto à diferenciação dos desempenhos dos alunos, sobretudo porque eleva artificialmente desempenhos e também compromete a seriação no acesso ao ensino superior com critérios equitativos".

A APM congratula-se ainda com o facto de o exame não contar para a classificação da disciplina, mas apenas como prova de ingresso no ensino superior. Foi uma regra instituída na pandemia, que terminará agora com o novo modelo de exames, já em vigor, e que será gradualmente alargado aos três níveis do secundário nos próximos anos.

A SPM salienta que há pontos das provas que merecem uma reflexão, como o número de questões (que diminuiu desde 2020) e as opções de resposta múltipla, cuja cotação aumentou. "Parece-nos que seria de repensar estes aspectos da estrutura, de forma a voltar a níveis de exigência e rigor mais adequados a uma prova deste tipo", considera. "Atendendo ao papel da avaliação externa na melhoria da aprendizagem, salientamos a importância vital da consistência das provas ano após ano. Será, pois, importante não reduzir a eficácia de cada item e da prova no seu todo na sua função de avaliar os alunos, respeitando os vários níveis de desempenho" e de seriação no acesso ao ensino superior.

SNS reduziu o défice para menos de metade mas a espera para primeiras consultas subiu

Daniela Carmo

Actividade hospitalar aumentou, porém o número de utentes em lista de espera para primeira consulta subiu 46%

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) conseguiu, em 2023, reduzir o défice para menos de metade do valor atingido no ano anterior. Contas feitas, o ano terminou com um défice de 435,1 milhões de euros, o que traduziu uma melhoria na ordem dos 631,5 milhões de euros face a 2022. Apesar disso, de acordo com um relatório do Conselho das Finanças Públicas (CFP) publicado ontem, o peso do SNS na despesa pública total subiu para 12,5%, o valor máximo desde sempre, sendo que "desde 2014 que o peso da despesa do SNS na despesa pública total tem vindo a aumentar".

A evolução do défice "é explicada por um aumento da receita (+1524 milhões de euros face a 2022) superior ao aumento da despesa (+892 milhões)", descreve o relatório *Evolução do Desempenho do Serviço Nacional de Saúde em 2023*. Segundo este documento, nos últimos anos, a despesa do SNS tem, sistematicamente, superado as receitas. No caso de 2023, o défice obtido ficou abaixo do inicialmente implícito no Orçamento do Estado para esse ano em 62,4 milhões de euros.

Segundo a entidade independente que fiscaliza o cumprimento das regras orçamentais em Portugal e a sustentabilidade das finanças públicas, ainda no que toca às contas da saúde, há a ressalvar que a receita total do SNS atingiu os 13.626 milhões de euros, um valor que representa uma subida de 12,6% face a 2022. "Dada a baixa diversificação das fontes de receita, destaca-se, entre outras medidas, a importância de melhorar o processo de facturação de prestação de serviços, nomeadamente às entidades seguradoras, e a países terceiros, no âmbito das prestações de saúde realizadas a cidadãos estrangeiros", sublinha o relatório.

Por outro lado, a despesa do SNS também subiu, na ordem dos 6,8% em relação ao ano anterior, ascendendo, em 2023, a 14.061 milhões de euros (mais 892,3 milhões de euros que em 2022). Este aumento deve-se, de acordo com o relatório, ao crescimento da despesa corrente em 761,8 milhões de euros face a 2022.

"A despesa corrente tem um peso predominante na despesa do SNS, representando 97,4% do total e concentrando-se, essencialmente, em três rubricas: despesas com pessoal, fornecimentos e serviços externos e compras de inventários", explica o documento, que distingue também a despesa de capital, que entre 2014 a 2023 representou, em média, 1,7% da despesa total do SNS. O documento elucida que a reduzida despesa de capital em 2023 (2,3% da despesa total do SNS) deve-se, em parte, ao "facto de se não terem efectivado os pagamentos associados ao plano de investimento com financiamento do PRR", relativos à transição digital na saúde, aos cuidados de saúde primários e a equipamentos hospitalares.

Mais listas de espera

O CFP aponta ainda a diminuição pelo segundo ano consecutivo do volume total de consultas médicas realizadas nos cuidados primários, apesar do aumento do número de utentes do SNS.

"A diminuição da actividade assistencial nos cuidados primários, concretamente uma redução de 2,5% (-868 mil) nas consultas médicas, ficou a dever-se ao menor volume de consultas não-presenciais (-6,3%), tendo-se registado um ligeiro aumento das consultas presenciais (+0,8%)", precisa o relatório, para concluir: "Continuou a observar-se nos cuidados primários um desvio significativo entre a actividade realizada e a que seria necessária para a satisfazer as necessidades da população."

E, apesar de a actividade hospitalar ter aumentado, tendo-se realizado maior número de consultas médicas hospitalares e de cirurgias realizadas face a 2022, verificou-se "o aumento expressivo do número de utentes em lista de espera para a primeira consulta em 2023 (+46% face a 2022)", assim como de utentes inscritos para uma cirurgia (uma subida de 13%).

Em 2023, o número de utentes do SNS aumentou para 10,6 milhões de inscritos, dos quais 1,7 milhões de utentes (16%) não tinham médico de família atribuído. Comparativamente ao ano anterior, estes valores significam um aumento de 230 mil utentes nesta situação. Importa, contudo, notar que este número sofreu entretanto actualizações: em Abril último, eram 1,5 milhões de utentes sem médicos de família (1.565.880, segundo o Portal da Transparência do SNS), numa melhoria face aos 1,7 milhões a que o relatório ainda se reporta. Um dos compromissos assumidos pelo Governo passa, precisamente, por resolver os problemas no acesso aos cuidados de saúde primários, com prioridade para as populações sem médicos e/ou enfermeiros de família.

Numa leitura temporalmente mais abrangente, o CFP nota que "o número de utentes sem médico de família tem crescido anualmente em média 20%", nos últimos cinco anos. "Após a diminuição verificada em 2015 e a estabilização em torno de 700 mil utentes entre 2016-2019, o número de utentes sem médico de família tem vindo a aumentar de modo substancial desde então", lê-se no documento, cujos autores consideram que esta evolução torna "menos exequível a cobertura plena da população por médico de família".

Nos serviços de urgência e de internamento continuaram a registar-se "diversos constrangimentos". O CFP esclarece que, nos episódios de urgência, o cumprimento dos tempos de triagem apenas aconteceu em 60% dos casos (61% em 2022). "No internamento, observou-se uma taxa média de ocupação de 91%, superior à taxa de 86% registada em 2022 e a maior dos últimos dez anos - salientando-se, no entanto, que esta taxa de ocupação engloba situações bastante discrepantes nas várias regiões do país", lê-se ainda no documento.

Continuados: menos camas

Já no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, "o maior número de utentes assistidos em 2023 não foi suficiente para responder ao aumento do número de utentes referenciados". Foram assistidos mais 1585 utentes do que em 2022, mas o número de utentes em lista de espera no final de 2023 era superior ao registado no ano precedente: 1804. Além disso, houve um aumento de 317 lugares na rede, que resulta do aumento das respostas domiciliárias, "uma vez que as respostas que visam a institucionalização dos utentes diminuíram neste ano, existindo menos 17 camas de internamento face a 2022".

O organismo assinala também que o "SNS enfrenta riscos e incertezas que condicionam o seu desempenho de curto e médio prazo, assim como a sua sustentabilidade futura", no que respeita tanto ao plano assistencial como à execução orçamental. Neste último caso destaca-se o Plano de Emergência e Transformação na Saúde, recentemente apresentado pelo Governo.

Entre os riscos apontados estão, por exemplo: os constrangimentos da actividade dos cuidados primários, "nomeadamente a maior proporção de utentes não-inscritos em unidades de saúde familiar e o crescente número de utentes sem médico de família"; "a saturação do acesso à resposta pública de saúde"; a baixa diversificação das fontes de financiamento do SNS, que se pauta pela "dependência quase exclusiva de verbas do OE", algo que "pode limitar a sua capacidade de resposta a crises emergentes ou a necessidades imprevistas".

No tocante ao Plano de Emergência e Transformação na Saúde, o CFP alerta que se incluem medidas de aumento de contratações e de requalificação e expansão da infra-estrutura que "podem colocar alguma pressão orçamental adicional". "Neste contexto, é crucial encontrar um equilíbrio entre a melhoria dos serviços de saúde e a sustentabilidade das finanças públicas, garantindo que os investimentos necessários não comprometem a estabilidade orçamental a longo prazo", sublinha o relatório, que adianta não dispor de detalhes sobre o custo das medidas anunciadas.

Utentes inscritos sem médico de família atribuído
Em % do total de utentes do SNS

Fonte: CGE e ACSS · PÚBLICO

DANIEL ROCHA

Tempos de triagem nas urgências cumpridos só em 60% dos casos

18,3 milhões de horas

As unidades do SNS gastaram quase 475 milhões de euros com o pagamento de 18,2 milhões de horas suplementares em 2023. Trata-se de um valor que aumentou 12,7% em relação a 2022. Isto apesar de se terem contratado menos horas extraordinárias de trabalho, numa redução de quase 10% face a 2022. Do total de horas de trabalho suplementar, 39% referiam-se a trabalho prestado por médicos (incluindo internos), totalizando 7,1 milhões de horas, enquanto os enfermeiros foram responsáveis por 5,3 milhões de horas extraordinárias.

AGIF propõe "gestão ibérica" dos C-130 para combate a fogos e um "tecto" na despesa

Hora da Verdade

Helena Pereira e Susana Madureira Martins (Renascença) Texto
Nuno Ferreira Santos Fotografia

Tiago Oliveira Lidera há sete anos a AGIF e pressiona Luís Montenegro a investir mais na prevenção e a rever incentivos para os privados.

O presidente da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), Tiago Oliveira, que acabou de entregar ao Parlamento o relatório anual da agência, chama a atenção do actual Governo para a necessidade de fazer mais pela recuperação das áreas ardidas e propõe que os proprietários que façam gestão florestal sejam pagos por isso. Em entrevista ao PÚBLICO-Renascença, manifesta-se disponível para continuar no cargo e critica o autarca de Lisboa, Carlos Moedas.

Uma das conclusões do relatório de actividades da AGIF é que em 2023 diminuiu o investimento na prevenção face ao combate. O país voltou a cair na "armadilha do combate", para usar uma máxima sua?
Pela primeira vez, ao fim de cinco anos, há uma redução (de 62 milhões de euros) no investimento e há um aumento do combate. A nossa perspectiva é que, ao sinalizarmos esta perda de investimento, o decisor político reajuste os orçamentos, reduza o que se está a gastar em combate e aumente o que se está a gastar em prevenção. À medida que a memória de 2017 se esbate no tempo, vai haver sempre mais agendas a puxar pela solução fácil em vez do longo prazo. O país tem 60 dias por ano em que o risco de incêndio é muito elevado, mas tem 305 dias por ano em que podemos fazer muita prevenção, gerir a florestação, educar as pessoas.

O Presidente da República dizia que não podemos voltar a ver o que aconteceu em Pedrógão e o Tiago Oliveira dizia que há possibilidade de voltar a acontecer. Há aqui um paradoxo entre estas duas posições?
Há o paradoxo do fogo. É um elemento que não existe na natureza por si: resulta de relâmpagos, de uma reacção provocada, de um contexto. Se esse contexto está carregado de vegetação, tem uma população não educada, vamos ter muitos fogos. Se se reduz o número de incêndios, como nós reduzimos, e não se reduz a quantidade de vegetação, com melhor silvicultura, mais silvopastorícia, mais fogo controlado, vamos ter no futuro um território muito extenso e grandes incêndios. Não é "se vamos ter", é "quando".

A cada ano que passa tem sido mais difícil convencer o poder político que tem de investir mais na prevenção?
É um clássico das tragédias. Sempre que há uma crise, há uma oportunidade. Em 2017, o país não olhou para o problema como um problema de bombeiros, de protecção civil, de combate. Reconheceu que o contexto tinha que ser alterado e investiu muito, multiplicou por nove aquilo que se gastava em prevenção e duplicou o que se gastava em combate. Com a pandemia, a atenção política deixou de estar tão preocupada com o tema e também reduzimos em 60% o número de incêndios. Reduzimos a probabilidade da situação, mas estamos a atrasar-nos e é necessário acelerar a gestão da florestação, a silvopastorícia, a silvicultura e o fogo controlado. Mais: perdemos a oportunidade, no pós-2017, de atacar o tema da recuperação das áreas ardidas, de dizer ao seu proprietário "isto aqui vai ser objecto de uma intervenção pública com 500 hectares".

Gostava de continuar na AGIF?
Foram sete anos muito difíceis e muito entusiasmantes. Estamos sempre abertos a novos desafios, como também estamos abertos a continuar para consolidar o trabalho que está feito.

Chegou a dizer no Parlamento que os "corpos de bombeiros recebem em função da área ardida", considerando este um "objectivo perverso". O Estado potencia a infracção?
A lei que existe, e atribui o financiamento [aos bombeiros] em função de um conjunto de critérios e de variáveis, tem que ser revista, assim como a lei do financiamento das autarquias, para que estas se envolvam a gerir a florestação, a apoiar o associativismo, a mobilizar os proprietários e a beneficiar quando a área não ardida começa a aparecer e os resultados a existirem. Não só os corpos de bombeiros, como também as organizações florestais e todos os agentes económicos que gravitam em torno destes 476 milhões de euros que o país dedica aos incêndios têm que ser objecto de acompanhamento, de monitorização, de reporte.

Propusemos, e está no programa do Governo, que haja contratos de programa que transformem a relação entre o Estado e as entidades privadas numa lógica de transparência e de resultados, que haja um *fee* em função da área não ardida ou das pessoas sensibilizadas. É importante rever os incentivos e pôr em marcha uma ideia que o Henrique Pereira Santos está sempre a recuperar que é dar 100 euros por hectare/ano para os proprietários que fazem gestão florestal.

Está mais pessimista ou optimista de que seja este o Governo que vai fazer uma mudança nos tais contratos de programa por resultados, nomeadamente com os corpos de bombeiros?
Estou optimista. Só conseguiremos sair desta tragédia dos incêndios se houver um tecto de dinheiro que se gasta no combate e se aumentar a escala de intervenção no território.

> **A lei que atribui o financiamento [aos bombeiros] em função de um conjunto de critérios tem que ser revista**

Choveu muito, deve haver muita vegetação que irá secar e ficará pronta para arder. Como estamos este ano em termos de acumulação de biomassa?
Este ano, há mais vegetação porque ardeu menos, houve menos queimas controladas do que gostaríamos. Houve um esforço de fazer áreas de intervenção, vê-se mais aceiros, estradas e auto-estradas com as faixas limpas, mas também se vê em Monsanto, por exemplo, uma carência extrema de intervenção e de gestão de combustíveis. Acho que isto é uma evangelização permanente em prol da prevenção.

É preciso limpar Monsanto?
É o terceiro ano consecutivo em que insistimos por escrito. Há cerca de 200 hectares, em sítios críticos, numa mata de 1000 hectares, que têm que ser tratados para evitar aquilo que no ano passado quase ia acontecendo. Limpar, desbastar, tornar toda a área de Monsanto mais segura. Aquilo tem que ser gerido, é necessário intervir, retirar o arvoredo seco, pôr máquinas, recuperar os borregos e as cabras em Monsanto, porque não? Silvicultura pura e dura, sem prejudicar a biodiversidade.

A Câmara de Lisboa não faz nada?
É uma pergunta que tem que colocar à Câmara de Lisboa. A situação não está melhor.

Há pouco, falou da necessidade de usar mais os meios da Força Aérea para combate aos fogos. Como?
Desde 2018, a Força Aérea tem a capacidade de comando e controlo dos meios aéreos, de fazer aluguer e preparar a sua frota para dar apoio aos incêndios, entre 20 a 40% do dispositivo. Comprou dois Canadair, que devem chegar até 2029, e nove helicópteros médios, Black Hawks. Pode depois alugar outras frotas, mantendo os meios aéreos no número de 50. Estão agora em 72, que é um número em excesso, não é necessário tantos meios aéreos. A Força Aérea está a gastar 88 milhões de euros. Nós acreditamos que o Orçamento do Estado pode ser menos mobilizado para os meios aéreos. Há um grupo de trabalho que foi criado, com a Força Aérea e a Protecção Civil, para equacionar que futuro dar aos C130. Acreditamos que com uma gestão ibérica, em que os espanhóis podiam usar os nossos C130 e nós os Canadair deles, poupavam os dois países muito dinheiro.

Vice-presidente do Constitucional questiona legalidade da amnistia

Ana Henriques

Juízes validaram limite etário do perdão, mas um votou vencido. Juíza que amnistiou condutor de 32 anos vai ter de o condenar

NELSON GARRIDO

Pela vinda do Papa, o Estado concedeu amnistia a menores de 30 anos em relação a alguns crimes

O vice-presidente do Tribunal Constitucional considera ilegítima a amnistia decretada por ocasião da vinda do Papa a Portugal, em Agosto passado, por entender que ela viola o princípio da igualdade entre os cidadãos inscrito na lei fundamental.

Numa declaração de voto que fez a propósito do caso de um serralheiro da Marinha Grande apanhado ao volante embriagado e sem carta de condução, e amnistiado por uma juíza, o vice-presidente do Palácio Ratton, Gonçalo Almeida Ribeiro, escreve que esta e outras amnistias de cariz comemorativo não têm razão de ser, suscitando "um sério problema constitucional, sobretudo no plano da igualdade", agravado pelo facto de a medida de clemência ter sido aplicada por um Estado laico.

"Ao cooptar o ideário das Jornadas Mundiais da Juventude para justificar uma medida amnistiante, o legislador democrático sacrificou um valor partilhado – a igualdade penal – em nome ou por conta de um valor particular – uma mensagem confessional –, o que não pode deixar de se ter por ilegítimo", escreve o conselheiro, para quem os crimes podem ser perdoados desta forma quando as circunstâncias o exigem.

"Uma amnistia pode ser uma medida de reconciliação nacional após um período revolucionário, uma transição política ou uma guerra civil, em que o interesse público na paz social e na construção de um futuro comum justifica que se esqueçam os despeitos e os ódios", exemplifica, para defender em seguida que "não são admissíveis as amnistias comemorativas".

O argumento de Gonçalo Almeida Ribeiro é que este tipo de clemência funciona como uma lotaria: quem cometeu determinados crimes em determinada altura tem de pagar por eles, mas se o fez noutra ocasião abrangida por uma amnistia consegue escapar impune. Daí a desigualdade.

"Não vejo como um fim comemorativo possa justificar a gravidade das consequências de uma amnistia penal", escreve o vice-presidente, para quem existem formas tão ou mais eficazes de celebrar acontecimentos de relevância pública como a Jornada Mundial da Juventude, seja decretando feriados, emitindo selos ou patrocinando publicações alusivas ao evento. As razões para aplicar um instrumento que considera "uma tradição sem miolo" não podem "ser tão vagas e aéreas que se limitem a cobrir a nudez crua do poder sob o manto diáfano da justiça", considera também o juiz. O facto de ser professor na Universidade Católica não o inibe de declarar que os motivos invocados no diploma da amnistia "não constituem, num regime constitucional de liberdade religiosa e não-confessionalidade, razões propriamente públicas" que justifiquem este tipo de clemência.

Juiz alega que legislador sacrificou a igualdade penal em nome de um valor confessional

Existem bastantes processos idênticos ao da Marinha Grande à espera de decisão no Constitucional

É a primeira vez que os juízes do Tribunal Constitucional se debruçam sobre esta amnistia, e fazem-no depois de uma juíza da Marinha Grande ter resolvido aplicá-la a um serralheiro que ia ao volante com 2,21 gramas de álcool no sangue e se despistou contra um muro. Para desculpar o arguido, que já tinha 32 anos, mais dois do que o limite estabelecido na lei para o perdão, a magistrada argumentou que esta restrição etária era inconstitucional, por violar o direito à igualdade. Não esteve sozinha nesta posição: no Verão passado foram vários os juristas a insurgir-se contra a lei pelo mesmo motivo. E existem bastantes processos idênticos ao da Marinha Grande no Palácio Ratton à espera de decisão.

No passado dia 19 de Junho, quatro conselheiros, incluindo o presidente do tribunal, validaram a limitação etária da amnistia, que não é aplicável aos crimes mais graves, e mandaram a juíza de primeira instância refazer a sentença, o que significará multar o serralheiro, que quando teve o acidente andava a tirar a carta.

Um quinto juiz do Constitucional, Rui Guerra da Fonseca, votou porém vencido, por considerar a medida discriminatória, "caprichosa e inaceitável num Estado de direito democrático". E deixa algumas interrogações: se se resolveu dar uma nova oportunidade aos jovens que cometeram crimes, por que razão se recusa essa oportunidade aos restantes delinquentes? E se alguém se lembrasse de amnistiar apenas os funcionários públicos do sexo masculino? Umas Jornadas Mundiais dos Pobres justificariam um perdão em função do património e do rendimento de cada um?

Ignora-se a posição dos restantes oito conselheiros do Palácio Ratton sobre o assunto, uma vez que nunca foram até aqui chamados a pronunciar-se. No limite, pode suceder que a balança penda para o lado da inconstitucionalidade se chegar a ser analisada no plenário do tribunal, onde têm assento todos os seus 13 juízes.

Ao PÚBLICO, o advogado do serralheiro, Nuno Margarido, admite que este cenário provocaria uma autêntica hecatombe na justiça, uma vez que implicaria aplicar perdões aos milhares de reclusos de todas as idades que se encontram presos e sejam amnistiáveis à luz das condições estabelecidas na lei.

A lei tem duas vertentes distintas: por um lado, é perdoado um ano de prisão a todas as penas até oito anos; por outro, são amnistiados os crimes cuja pena não seja superior a um ano de prisão ou a 120 dias de multa. "Foi uma decisão que custou a tomar aos juízes do Constitucional", refere ainda Nuno Margarido, recordando que alguns acórdãos dos tribunais da Relação de Coimbra e de Évora também já tinham tido um entendimento semelhante da questão.

Direcção Executiva do SNS já está completa

A equipa do novo director executivo do Serviço Nacional de Saúde, Gandra D'Almeida, está completa com a nomeação aprovada em Conselho de Ministros dos cinco elementos que compõem o conselho de gestão. Em comunicado, o Governo adiantou que foi aprovada na terça-feira a resolução que designa o conselho de gestão da Direcção Executiva do Serviço Nacional de Saúde (DE-SNS), sob proposta de António Gandra D'Almeida, por um período de três anos.

Esta resolução nomeia para este órgão Ana Margarida Ribeiro Correia de Oliveira, Ana João Vieira Rangel, Carla Alexandra de Menezes Moutinho Henriques Gonçalo Catarino, Hélder Teixeira de Sousa e Maria Helena Alves Farinha Martins.

Segundo os Estatutos da DE-SNS de Outubro de 2023, o director executivo do Serviço Nacional de Saúde é coadjuvado no exercício das suas funções pelo conselho de gestão.

A nomeação dos novos cinco elementos acontece cerca de duas semanas depois de Gandra D'Almeida ter entrado em funções, substituindo no cargo o médico Fernando Araújo, que apresentou a sua demissão no final de Abril, depois de liderar a DE-SNS durante mais de 15 meses.

Os cinco elementos são nomeados cerca de duas semanas depois de Gandra D'Almeida entrar em funções

António Gandra D'Almeida, 44 anos, é tenente-coronel médico dos quadros permanentes do Exército português e licenciou-se na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

O plano de emergência e transformação para a Saúde, apresentado pelo Governo no final de Maio, prevê a criação do Departamento de Urgência e Emergência Médica na DE-SNS, que será dedicado à gestão centralizada e ao acompanhamento da Rede de Urgência e Emergência em Portugal.

"Assim que for nomeada a nova equipa executiva da DE-SNS, esta medida deverá ser uma das prioridades a serem logo implementadas", refere o plano, ao adiantar que essa medida se destina a "todos os profissionais dos serviços de urgência, que neste momento não têm à sua disposição um canal único para os acompanhar, de forma central e dedicada, na resolução dos desafios". **Lusa**

Local Prazo tem sido adiado mas Governo não prevê prolongá-lo mais

Há 17 câmaras que ainda não começaram a rever PDM e arriscam penalização

Autarquias tiveram nove anos para adaptar planos directores, o que significava acabar com solos urbanizáveis. Lei prevê corte de acesso a fundos nacionais e europeus em áreas não essenciais

Camilo Soldado

Depois de sucessivos adiamentos ao prazo para actualizarem os seus Planos Directores Municipais (PDM), as autarquias que não o fizeram devem começar a ser penalizadas. Há 17 câmaras municipais que poderão ficar sem acesso a fundos nacionais e comunitários (excepto em áreas essenciais como saúde, educação, habitação ou apoio social), uma vez que ainda nem sequer deram início ao processo de revisão do seu principal documento de planeamento.

Em vez dos cinco anos inicialmente previstos para adaptarem os planos ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), que está em vigor desde 2015, os anteriores governos foram prolongando os prazos, a pedido da Associação Nacional de Municípios Portugueses. No total, foram quatro os adiamentos, o último dos quais foi decidido em Dezembro de 2023.

Neste mais recente ajuste de calendário, eram estabelecidas duas datas: as câmaras que ainda não tinham dado início ao processo, teriam até 31 de Maio deste ano para o fazer. A tutela dava ainda até 31 de Dezembro de 2024 para que os processos de revisão sejam concluídos.

Ou seja, deveriam integrar nos PDM o que está previsto no RJIGT de 2015, que termina com a figura dos solos urbanizáveis, fazendo com que os terrenos com essa classificação passem definitivamente a rústicos.

Questionado pelo PÚBLICO, o Ministério da Coesão Territorial refere que há 17 municípios que "não realizaram, nem têm agendado a primeira reunião da comissão consultiva ou a conferência procedimental para a revisão do PDM".

Sete destas câmaras estão na região Centro (Almeida, Castro Daire, Fornos de Algodres, Idanha-a-Nova, Santa Comba Dão, Sertã, Vouzela), cinco no Algarve (Albufeira, Aljezur, Castro Marim, Portimão, São Brás de Alportel), quatro no Norte (Freixo de Espada à Cinta, Moimenta da Beira, Peso da Régua, Tabuaço) e uma no Alentejo (Gavião).

Mas estas autarquias só perdem o acesso à candidatura a fundos se se comprovar que o processo não arrancou "por facto imputável ao município", estabelece o decreto que foi aprovado em conselho de ministros ainda pelo governo do PS, em 21 de Dezembro de 2023.

NUNO FERREIRA SANTOS

Albufeira é uma das 17 autarquias que ainda não actualizaram o PDM

> **Os municípios deveriam integrar nos PDM o fim da figura dos solos urbanizáveis, fazendo com que os terrenos com essa classificação passem a rústicos**

Audiência para decidir

Não haverá novo adiamento. Pelo menos é o que refere o gabinete do ministro da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, por *email*, ao PÚBLICO: "Neste momento", o Governo não prevê novo prolongamento do prazo, uma vez que "estes municípios conhecem a norma legal que prevê a perda de acesso a determinados apoios financeiros nacionais e europeus".

Falta ainda cumprir outro passo antes que avancem as penalizações: haverá lugar a um "procedimento de audiência prévia" para "apurar a fundamentação dos motivos do incumprimento". O ministério ainda não deu um prazo para que decorram essas audiências aos 17 municípios.

Já no início dos anos 1990, na primeira geração de elaboração de PDM, a ameaça de exclusão de acesso a fundos comunitários fez com que muitas autarquias começassem a trabalhar nos planos.

Potencialmente, a meta estabelecida para o final de 2024 afectará mais municípios. As actualizações dos PDM são processos pesados, burocráticos e demorados, tanto que, até Dezembro de 2024, só 64 dos 278 municípios do continente os tinham concluído. 214 municípios estavam em processo de revisão.

A demora em acabar com a figura dos "solos urbanizáveis" tem levado a críticas de urbanistas, que consideram que esta ferramenta agrava os problemas da dispersão territorial (que vão desde a protecção civil à dificuldade em servir de transportes públicos, passando pelo custo da extensão de infra-estruturas).

Mesmo que a aplicação da lei de 2015 signifique o fim dos terrenos urbanizáveis, o actual Governo já prometeu rever a Lei dos Solos, para "criar condições legais que permitam aos municípios alargar, em condições a determinar, a oferta de solos aptos para construção com fins habitacionais".

Questionado pelo PÚBLICO, o Governo não esclarece, para já, como vai acautelar os riscos que têm vindo a ser apontados. Refere apenas que o principal objectivo é promover "habitação a custos controlados ou arrendamento acessível".

O MCT ainda não avança detalhes de como será desenhada esta política, referindo apenas que está a preparar as alterações legislativas para depois as discutir com os "organismos pertinentes". No dia 12 de Junho, o Governo disse que levaria 30 dias para apresentar a revisão da Lei dos Solos.

Imolação, senilidade e baixa expectativa: o primeiro debate Biden-Trump de 2024

A CNN organiza o primeiro debate entre os candidatos à presidência dos EUA, os mesmos de 2020, mas com papéis trocados. Nunca na história do país tinha acontecido um debate presidencial tão cedo

António Rodrigues

A única hipótese de Donald Trump perder o primeiro debate da corrida presidencial com Joe Biden, na noite de hoje nos Estados Unidos, madrugada de amanhã em Portugal, é se literalmente se imolar. Hillary Clinton, a única que debateu com os dois candidatos presidenciais de 2024 nos EUA, escreveu no *New York Times* que "é quase impossível centrar as coisas na substância quando Trump está envolvido". E, "no entanto, as expectativas em relação a ele são tão baixas que, se não se imolar literalmente na quinta-feira à noite [hoje à noite], alguns dirão que foi absolutamente presidencial".

Não é que os debates presidenciais nos EUA (ou noutro lugar) sejam profundamente esclarecedores. De tão controlados pelo marketing político, deixam pouco à espontaneidade. Tudo parece ensaiado (e é) e pouco parece genuíno (e mesmo esse ínfimo provavelmente não é). Mas com Trump, os debates perderam razão de ser, transformando-se em jornadas de insultos, interrupções, ideias inacabadas entre um candidato que é impermeável a críticas e usa como principal arma irritar o adversário, fazê-lo ficar mal.

Um estudo da Open to Debate Foundation e do Centro para o Estudo da Política Democrática da Universidade de Princeton, citado pelo *Washington Post*, demonstra que os debates se tornaram mais conflituosos. Se em 2004, no conjunto dos três debates, se registaram apenas três momentos em que os candidatos se interromperam, em 2020, só no primeiro debate, foram 76 interrupções. Juntando os nove debates de 2004, 2008 e 2012, os investigadores contabilizaram cinco ataques pessoais; os de 2016 e 2020, ambos com Donald Trump na corrida, multiplicaram esse género de ataques para mais de 60.

Como se lia ontem no editorial do *Washington Post*, Trump "merece grande parte da culpa pela degradação do debate nacional". Debater com Trump é debater com alguém que passa o tempo a dizer "tu é que és" ou "quem o diz é quem o é" e, chamado a atenção por estar a ser mal-educado, garante a pés juntos que não disse o que toda a gente o ouviu dizer: como no princípio deste mês, em entrevista à Fox News, quando negou ter dito sobre Hillary "prendam-na!", uma frase que repetiu em muitos comícios da campanha de 2016.

JIM LO SCALZO/LUSA

Confronto entre Trump e Biden em 2020 e anúncio deste primeiro debate no edifício da CNN em Atlanta

MEGAN VARNER/REUTERS

"Em 2016, preparei-me intensamente para os debates porque sabia que tinha de encontrar uma forma de ultrapassar as palhaçadas de Trump e ajudar o povo americano a compreender o que estava realmente em jogo", explica Hillary Clinton. A antiga primeira-dama e secretária de Estado confessa, no entanto, que falhou, não conseguindo manter a compostura, mesmo nos debates simulados de 90 minutos em que quem fazia de Trump era um conselheiro político de longa data.

Biden é um político veterano de Washington que já passou por muitos debates, incluindo com Trump na campanha de 2020, mas aos 81 anos não está na melhor forma. Os episódios catatónicos em público preocupam o eleitorado e os seus conselheiros: e se, de repente, durante o debate, o Presidente dos EUA ficar parado em silêncio a olhar para o vazio?

É isso que Trump e os republicanos têm andado a fazer há meses, centrando as atenções nas debilidades físicas e mentais do Presidente por causa da idade. E há quem ache "insana" essa estratégia política de acusar Biden de senil. Ao chamar-lhe *Sleepy* Joe, o "dorminhoco", Trump permite ao eleitorado considerar positivo o desempenho do candidato democrata se este se mantiver acordado até ao final do debate. E, tendo em atenção que o debate de quinta-feira no CNN Center, em Atlanta, Georgia, começa às 21h (duas da manhã de sexta-feira em Portugal continental) e se prolonga por 90 minutos, isso pode ser visto como um grande feito por alguns eleitores que costumam adormecer assim que se sentam no sofá à noite.

Talvez por isso, a estratégia do ex-Presidente tenha mudado nos últimos dias, dá conta a Associated Press. Numa entrevista ao *podcast* The All In, na semana passada, Trump sublinhou não "subestimar" Biden: "Presumo que será alguém com quem vale a pena debater."

Numa volta de 180 graus, Trump elogiou a capacidade de debate de Biden, lembrando o confronto com Paul Ryan, candidato a vice-presidente de Mitt Romney, que perdeu para Barack Obama em 2012: "Eu vi-o com o Paul Ryan e ele destruiu o Paul Ryan." Na Truth Social, depois de aceitar a proposta de debate da candidatura democrata, Trump tinha escrito: "O corrupto Joe Biden é o PIOR debatente que já enfrentei – não consegue juntar duas frases!"

Na CNN, Ronald Brownstein escreveu que os debates servem mais para mostrar o carácter e a competência dos candidatos e menos para perceber diferenças políticas. E, neste caso, o debate pode "atenuar ou intensificar" as preocupações do eleitorado em relação a Biden ser "demasiado velho ou frágil para o cargo" ou de Trump poder trazer "o caos e conflito permanente" para a Casa Branca.

Numa altura em que as sondagens colocam os dois candidatos em empate técnico com ligeira vantagem para Trump, Biden tem oportunidade de começar a convencer a parte descontente do seu eleitorado de 2020 de que o futuro da democracia dos EUA continua em perigo.

A máquina política da direita encarregar-se-á de garantir que Trump ganhou o debate, mas o Partido Republicano sabe que não consegue vencer a corrida só com os indefectíveis, precisa do voto dos moderados, aqueles que decidem eleições nos *swing states*, os estados que podem tender para um lado ou para o outro.

"Mudei de ideias: o debate presidencial desta semana é importante", escreveu Jonah Goldberg no *site* The Dispatch, porque "numa eleição de 'vibrações', um debate de vibrações pode ser importante". Com cerca de 20% de eleitores nem-nem, que não querem nem Biden, nem Trump, o tom, a vibração, da campanha poderá ficar marcado a partir daqui.

"Essa é uma das razões para a campanha de Biden querer um debate em Junho", o mais cedo que acontece na história dos debates presidenciais nos EUA e "por três meses", sublinha o analista. Precisam de acordar o quanto antes os eleitores que podem voltar a ser convencidos a votar Biden, para que "parem de se afundar na cretinice da negação, aceitem que esta é a escolha e voltem para casa".

"Tendencialmente, o que se retira dos debates presidenciais não é uma posição política ou um plano, mas o nível de conforto com a ideia de que aquela pessoa possa liderar-nos durante mais quatro anos", diz Goldberg. "É um critério bastante estúpido para escolher um Presidente, mas estes são tempos estúpidos. E quando o maior desafio para os candidatos é convencer os eleitores com muitas dúvidas da sua capacidade mental e do seu carácter, o nível de conforto pode ser tudo o que realmente importa."

Presidente queniano recua na lei das finanças depois de 22 mortos

António Rodrigues

Primeiro enviou militares para ajudar a polícia a reprimir, depois William Ruto dirigiu-se à nação para reconhecer a derrota

William Ruto falhou no teste. Em menos de 24 horas, a sua entrada de falcão transformou-se numa humilhante saída de pomba, num episódio que lhe custará popularidade (já se pede a sua demissão) e 22 mortos a pesar na consciência. Depois de ter dito que os protestos "legítimos" tinham sido "sequestrados por um grupo de criminosos organizados", garantindo que o Governo usaria todos os meios para impedir a violência, incluindo enviar militares para ajudar a polícia a repor a ordem, o Presidente do Quénia recuou.

"O país assistiu a uma manifestação generalizada de insatisfação com o projecto de lei tal como foi aprovado, o que lamentavelmente resultou na perda de vidas, na destruição de bens e na profanação das instituições constitucionais", reconheceu ontem Ruto, numa comunicação ao país difundida pela televisão. "Vou ceder e, por conseguinte, não assinarei o projecto de lei das finanças para 2024 e este será posteriormente retirado."

Para um Presidente que havia afirmado, na terça-feira, que os acontecimentos do dia "marcavam um ponto crítico" na forma como o Governo seria capaz de lidar com o que chamou "ameaças à nossa paz", o seu passo atrás amplifica o significado político.

É uma vitória para os manifestantes, que tinham convocado nova jornada de protesto para hoje, desafiando a sangrenta repressão policial – "Não podem matar-nos a todos", escreveu na rede social X Hanifa Adan, jornalista e activista que chegou a ser presa durante os protestos. "Vestiremos de branco por todos aqueles que caíram. Não serão esquecidos."

Segundo o correspondente da Al Jazeera em Nairobi, é provável que haja hoje manifestantes nas ruas porque as palavras de Ruto foram recebidas por muitos com "cepticismo" e os pedidos de demissão do chefe de Estado multiplicam-se.

"Acabámos de falar com um dos principais advogados do Quénia, que representa a oposição política, e que explicou que o discurso de Ruto comunica a sua posição sobre o projecto de lei, mas, constitucionalmente, não tem qualquer valor", disse Malcolm Webb.

Os protestos, com milhares de pessoas, sobretudo gente jovem, começaram pacificamente na semana passada contra uma lei que, originalmente, previa uma subida de impostos generalizada que levaria à subida dos preços do pão e das fraldas.

Na terça-feira, depois de a lei ter sido aprovada no Parlamento, uma parte dos manifestantes invadiu a assembleia e deitou-lhe fogo, tendo a polícia carregado em peso com canhões de água, balas de borracha e gás lacrimogéneo, bem como munições reais, tendo resultado na morte de pelo menos 22 pessoas e em centenas de feridos.

A mensagem de Ruto, diz a BBC, é uma tentativa de recuperar as rédeas do país feita por um Presidente que chegou ao poder em 2022 com a promessa de lutar contra a corrupção, inverter a tendência de declínio económico e ajudar os mais pobres e que defendia esta lei das finanças como parte essencial dessa promessa. Por isso, Ruto recomendou cortes imediatos no orçamento operacional da presidência e de todo o executivo e conversações com os representantes dos jovens para incluir as suas preocupações na legislação.

"Proponho igualmente que, nos próximos 14 dias, se realize um encontro multissectorial e multilateral com vista a definir o caminho a seguir em questões relacionadas com o conteúdo do projecto de lei, bem como questões adjacentes levantadas nos últimos dias sobre a necessidade de medidas de austeridade e de reforço da nossa luta contra a corrupção", afirmou o Presidente na sua mensagem à nação.

JOHN MUCHUCHA/REUTERS

Manifestantes prometem continuar a luta e pedem demissão de Ruto

Julian Assange regressou à Austrália. "Precisa de tempo para recuperar"

Miguel Dantas

Fundador da *WikiLeaks* volta ao país de que é cidadão, quase 15 anos após a divulgação de informação confidencial

Depois de ver confirmado, em Saipan, nas ilhas Marianas do Norte, o acordo judicial que permitiu a sua libertação, Julian Assange já está na Austrália, onde chegou ontem após um voo de sete horas num avião privado. O fundador da *WikiLeaks* está assim de volta ao país natal, quase 15 anos após revelar informação confidencial que apontava para crimes cometidos pelo Exército norte-americano no Iraque e no Afeganistão.

Horas antes da aterragem em Canberra, dezenas de jornalistas esperavam já no local, na esperança de que o denunciante falasse à comunicação social. Tal não aconteceu, com Stella Assange, advogada e mulher do denunciante, a dizer que o marido precisa de tempo para assimilar os acontecimentos das últimas semanas.

"Foi preciso que milhões de pessoas protestassem nas ruas durante dias, meses, anos. Mas conseguimos! O Julian queria que vos agradecesse, gostaria de estar aqui, mas têm de perceber aquilo que ele passou. Precisa de tempo para recuperar, isto é um processo. Peço que nos dêem espaço e privacidade para encontrarmos o nosso lugar, deixar a nossa família ser uma família, antes que ele escolha falar novamente quando quiser", pediu.

O primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, mostrou-se satisfeito com o feito do Governo, relembrando que foi a intervenção deste que permitiu pôr fim a um imbróglio judicial que se alargou a vários países. "Quero agradecer aos EUA e ao Reino Unido pelos seus esforços em tornar isto possível. Enquanto primeiro-ministro, fui muito claro: independentemente do que acharem das actividades dele, o caso de Assange arrastou-se durante demasiado tempo. Defendi repetidamente a conclusão do caso, estou feliz que esta saga tenha chegado ao fim", afirmou Albanese.

O reencontro de Julian Assange com a mulher, Stella, à chegada ao aeroporto de Canberra, capital da Austrália

Barry Pollack, conselheiro jurídico de Assange, disse que ninguém deve ser detido por dar informação verdadeira e fidedigna ao público sobre crimes: "O Julian sacrificou, pela liberdade de expressão e de imprensa, a sua própria liberdade. Hoje essa situação trágica terminou. Estamos todos gratos que esteja de volta à Austrália, que é o lugar dele, e reunido com a sua família. Não há precedentes nos EUA de se usar a Lei de Espionagem para agir criminalmente contra um jornalista. Esperemos que não volte a acontecer."

Reconhecer Israel para ser cidadão da Alemanha

André Certã

Governo de Berlim reformula os critérios de obtenção de nacionalidade para incluir a adesão aos valores do país

O reconhecimento do Estado de Israel é um dos requisitos para a obtenção da cidadania alemã que consta na nova Lei da Nacionalidade, que entra hoje em vigor. O requisito foi confirmado pela ministra do Interior alemã, Nancy Faeser, que afirma que a lei, que abriu a possibilidade de haver pessoas com dupla nacionalidade, é muito mais estrita na atribuição da nacionalidade a quem "partilhe os valores" da Alemanha.

"Qualquer pessoa que partilhe os nossos valores e faça um esforço pode agora obter um passaporte alemão mais rapidamente e já não tem de abdicar de parte da sua identidade ao renunciar à sua antiga nacionalidade", afirmou a ministra, citada pelo jornal britânico *Financial Times*. "Deixamos igualmente claro: quem não partilhar os nossos valores não pode obter um passaporte alemão. Traçámos aqui uma 'linha vermelha' muito clara e tornámos a lei muito mais rigorosa do que antes", disse Faeser.

A ministra confirmou que nos testes de nacionalidade "foram acrescentadas novas perguntas sobre temas como o anti-semitismo, o direito do Estado de Israel a existir e a vida judaica na Alemanha".

É a confirmação oficial de algo que já tinha sido avançado pela ministra do Interior do estado de Saxónia-Anhalt, que tinha emitido uma nota às autoridades que lidam com os processos de naturalização a dizer que era necessária confirmação escrita do reconhecimento do Estado de Israel e a condenação de quaisquer esforços dirigidos contra a existência de Israel.

No *site* do Ministério do Interior lê-se que esta medida surge "em resposta ao aumento do anti-semitismo na Alemanha". Segundo o observatório federal alemão RIAS, os casos de anti-semitismo na Alemanha dispararam 83% em 2023, incluindo ataques a sinagogas. No entanto, segundo a Reuters, o Governo alemão tem sido criticado, incluindo por intelectuais alemães judeus, por confluir críticas ao Governo, ao Estado de Israel e manifestações de movimentos pró-palestinianos com manifestações de anti-semitismo.

"A União Nacional parece ter-se tornado um partido de todos"

Entrevista

Amílcar Correia, em Paris

Daniel Stockemer A extrema-direita francesa transformou-se numa força política cada vez mais abrangente, diz investigador

Daniel Stockemer é professor na Escola de Estudos Políticos da Universidade de Ottawa, no Canadá, na qual exerce a cátedra de investigação Konrad Adenauer em Estudos Empíricos da Democracia, e editor, desde 2019, da *International Political Science Review*. É natural, portanto, que dois dos seus principais temas de estudo sejam o populismo e a ascensão da extrema-direita europeia.

Daniel dedicou o seu estudo e a publicação de obras a cada um deles, com intersecções com as questões relacionadas com as migrações. *Populism Around the World: A Comparative Perspective* e *Anti-Immigrant Attitudes: The Effect of Grievances Personal Interactions and Entrenched Beliefs* são disso exemplo.

Para o caso que nos interessa, pretexto para esta entrevista, há uma outra obra do politólogo canadiano muito pertinente nestes dias: *The Front National in France: Continuity and Change Under Jean-Marie Le Pen and Marine Le Pen*, no qual Daniel Stockemer descreve a evolução do partido da família Le Pen.

O autor fala-nos da transição entre a velha e a nova extrema-direita francesa, de como este começou por ser um partido da pequena burguesia, se expandiu a seguir às classes trabalhadoras e se transformou numa força política cada vez mais abrangente. Afinal, pai e filha não são Dupond e Dupont.

De que modo é que o crescimento do número de militantes e o sucesso eleitoral da Frente Nacional se devem às diferenças de atitude entre pai e filha? Depois da hecatombe da sua lista eleitoral nas últimas eleições europeias, o Presidente francês tomou a iniciativa de convocar novas eleições legislativas, cuja primeira volta se realiza já no próximo domingo.

Decisão certa, decisão errada? "Penso que a convocação de eleições antecipadas foi um péssimo cálculo de Emmanuel Macron." O politólogo deixa, também, um recado à direita republicana, em risco de desaparecimento com o crescimento da União Nacional de Marine Le Pen: "Há um ditado que diz que os eleitores preferem sempre o original à cópia. Mover-se para a direita e adoptar elementos da União Nacional prejudica-os em vez de os ajudar."

GONZALO FUENTES/REUTERS

Marine Le Pen e Jordan Bardella na apresentação do programa eleitoral da União Nacional

O que distingue a velha Frente Nacional da nova União Nacional?
O tom é mais subtil, o partido apresenta-se como um partido como todos os outros. A União Nacional tenta suprimir o racismo puro e simples, mesmo que este ainda exista no seio do partido. A nova União Nacional quer aceder ao poder e governar. O objectivo de Jean Marie Le Pen nunca foi governar. Também o anti-semitismo foi substituído por sentimentos e por propaganda anti-islâmica.

E o que a distingue de outros partidos da extrema-direita na Europa?
A União Nacional é o protótipo do partido de extrema-direita.

O discurso anti-imigração é o principal argumento eleitoral da extrema-direita e é isso que é transversal a todas as classes sociais? Afinal, porque é os franceses estão mais inclinados a votar na extrema-direita e como é que as elites se relacionam com a Frente Nacional?
Recentemente, parece que a mensagem da União Nacional é transversal à maior parte da população. A Frente Nacional começou por ser um partido da pequena burguesia, abriu-se depois aos trabalhadores e, agora, a União Nacional parece ter-se tornado um partido de todos. Está a tornar-se mais e mais abrangente.

> **A União Nacional tenta suprimir o racismo puro e simples, mesmo que este ainda exista no seio do partido**

O surgimento do partido Reconquista, de Éric Zemmour, contribuiu para a normalização da extrema-direita, por ser ainda mais radical do que a União Nacional?
É difícil dizer, mas penso que a normalização já estava em pleno andamento quando o Zemmour surgiu.

Os republicanos, ao adoptarem algumas das reivindicações da extrema-direita, favoreceram a ascensão de Marine Le Pen? O que é que a direita republicana pode fazer para evitar o desaparecimento?
A direita republicana tem de deixar de se destruir a si própria e construir o seu próprio programa. Há um ditado que diz que os eleitores preferem sempre o original à cópia. Mover-se para a direita e adoptar elementos da União Nacional prejudica-os em vez de os ajudar.

A antecipação das eleições vai favorecer Le Pen? Faz sentido pensar que, em caso de vitória, a extrema-direita seria penalizada nas presidenciais por erosão dos meses de governação até à sua realização?
Pergunta difícil. Eu penso que é possível que a União Nacional obtenha uma maioria nas eleições legislativas. Mas também penso que a convocação de eleições antecipadas foi um péssimo cálculo de Emmanuel Macron. Não é claro quem será penalizado nas eleições presidenciais, se houver uma vitória da União Nacional. Também pode acontecer que as forças moderadas sejam penalizadas, porque, se houver uma estagnação, Le Pen pode culpar Macron por isso.

Uma vitória nas legislativas em França e, mais tarde, a conquista da presidência, significam uma ameaça directa ao parlamentarismo, à democracia, ou Marine Le Pen poderá moderar-se caso atinja o poder?
Há demasiados "ses" nesta pergunta. Não tenho a certeza de uma vitória nas eleições legislativas e ainda menos de uma vitória nas eleições presidenciais. E só o futuro dirá como Marine Le Pen governará, se chegar ao poder.

Acha que Marine Le Pen se aproximaria da Rússia, se afastaria dos EUA e contribuiria para a autodestruição da União Europeia?
Penso que o seu papel será semelhante ao de Viktor Orbán.

Sondagem coloca UN abaixo da maioria

A poucos dias da primeira volta das eleições legislativas antecipadas em França, a sondagem realizada pela empresa de pesquisas Ifop e publicada ontem pelo jornal *Le Figaro* atribui ao partido de direita radical União Nacional 36% das intenções de voto, seguido da coligação das esquerdas da Nova Frente Popular, com 28,5%, e da coligação centrista Juntos, que apoia o Presidente francês, Emmanuel Macron, com 21%. Apesar da distância de quase oito pontos percentuais para a Nova Frente Popular, estes resultados não dariam uma maioria absoluta à União Nacional, que obteria 220 a 260 deputados, abaixo dos 289 necessários para essa maioria.

Em segundo, assim, ficaria a Nova Frente Popular, com previsão de ganhar 180 a 210 deputados, um aumento significativo face aos 131 lugares obtidos pela coligação de esquerda antecessora, a NUPES. Em terceiro, ficaria a lista macronista, com 75 a 110 deputados.

Ela não ouve a voz dos filhos há dois anos mas não vai descansar até lhes deixar um Irão livre

“Eu gosto do caminho que decidimos seguir, lutar pela liberdade”, diz o marido de Narges Mohammadi. “Espero que os meus filhos deixem a fase de nos perdoarem e nos venham ajudar”

Sofia Lorena

Os iranianos Narges Mohammadi e Taghi Rahmani conheceram-se há 30 anos, mas desde que se casaram, em 1999, apenas conseguiram viver quatro anos seguidos sem estarem afastados. “Só entre 2004 e 2008 estivemos juntos, fora desse período ou ela ou eu estivemos na prisão”, conta Rahmani. A meio dessa dádiva, nesse intervalo da normalidade a que a ditadura iraniana os condenou, nasceram os filhos, os gémeos Ali e Kiana.

Em 2012, Rahmani saiu do Irão, três anos depois os filhos foram ao seu encontro. Ali e Kiana não vêem a mãe desde 2015 e a última vez que falaram com ela foi a 31 de Março de 2022, “na véspera de ela ser presa, no dia do seu aniversário”, recorda ele. A Prémio Nobel da Paz de 2023 entrou pela última vez na prisão a 1 de Abril de 2022, no dia em que celebrava 50 anos, no fim de uma libertação temporária por ter tido um ataque cardíaco (na prisão) e precisar de ser operada ao coração.

“Escrevo este prefácio nas últimas horas da minha autorização para voltar a casa. Muito em breve terei de regressar à prisão”, assim começa o texto com que Mohammadi introduz o seu livro *Tortura Branca - Testemunhos de Prisioneiras Políticas Iranianas*. “No dia 16 de Novembro de 2021, fui presa pela décima segunda vez e condenada ao confinamento solitário pela quarta vez na minha vida. [...] Desta vez, o motivo da minha detenção foi o livro que o leitor tem neste momento entre as mãos”, continua.

“No entanto, nada me impedirá de continuar a minha luta contra o confinamento solitário [...], uma punição cruel e desumana” – a tortura branca de que fala o livro, que reúne o testemunho de 12 mulheres que foram sujeitas a longos períodos de confinamento solitário – “Não tenciono parar até que seja abolida”, acrescenta. “Vão voltar a pôr-me atrás das grades, mas ainda assim não vou deixar de lutar para que os direitos humanos e a justiça prevaleçam no meu país.”

Conhecer o percurso de Mohammadi chega para perceber até que ponto estas palavras são genuínas - conversar com o marido só reforça essa convicção.

O livro, editado em Abril pela Casa das Letras, foi esta semana apresentado em Lisboa por Rahmani. “Da mesma forma que enquanto eu estive na prisão ela era a minha voz, eu procuro agora ser a voz dela”, disse ao PÚBLICO, numa conversa na Livraria Buchholz.

Apesar da distância, a de agora, entre o exílio dele, em Paris e a cidade de Zanjan, onde ela está entre idas e vindas da prisão, e a de antes, quando ambos viviam no Irão, ele fala muitas vezes dos “acordos a que chegámos”. O fundamental é este: “A Narges é a voz dos outros prisioneiros e isso é muito importante. Isto é um acordo entre nós, sermos a voz dos outros, e isso deixa o regime furioso”.

Rahmani e Mohammadi conheceram-se tinha ele acabado de sair da cadeia, em 1994. “Foi no Noroeste do Irão, na cidade de Qazvin, Narges tinha vindo de Zanjan para estudar na universidade [Internacional Imã Khomeini, onde se licenciou em Física]”, recorda. “Era uma mulher muito activista, muito ligada ao desporto, montanhismo, escalada, e também tinha uma voz lindíssima e cantava muitas músicas iranianas.”

Tortura Branca
Autoria: Narges Mohammadi
Editora: Casa das Letras
256 páginas, 16,90 €

Ele, activista, jornalista, escritor, começou a dar aulas clandestinas. “Eram uma espécie de *workshops*, numa livraria não tão grande como esta, um sobre temas sociais, outro sobre a liberdade e democracia e um ainda sobre história do Irão”, diz. Ela “participava nos três e trazia os amigos, e esse foi o início do nosso encontro”. Passados dois anos, “eu pedi-a em casamento e ela aceitou”. Casaram e um ano depois ele foi preso.

“Era um casamento muito difícil”, conta. “Porque a família da Narges não aceitava. Diziam-me, ‘tu és político e não vais trazer felicidade para a nossa filha’. E tinham toda razão para terem medo, todos os primos da Narges já tinham sido executados”.

Nas poucas páginas de *Tortura Branca* que ela dedica a si própria, recorda: “Quando tinha apenas nove anos ouvi a minha mãe chorar e lamentar a execução do sobrinho, um estudante ainda muito jovem. Ouvi a minha avó chorar a tortura do filho. Na altura, ainda não fazia ideia do que significavam a execução e a tortura, as minhas ilusões de criança foram implacavelmente desfeitas.”

“Sempre vivemos juntos, nas prisões, fora das prisões, como activistas, assim tem sido a nossa vida”, diz Rahmani, entre a comoção contida que é uma quase vergonha. “É muito difícil falar sobre isso, nós, orientais não somos muito de expor a nossa vida pessoal”, explica. “Quando nos casamos com alguém, gostamos de viver com essa pessoa, de passear, de viajar, é a lei natural da vida. Mas negaram-nos esse direito”, afirma. Depois, talvez sem dar conta, faz uma enorme declaração de amor. “A distância tem-se repetido muitas vezes, mas nunca se tornou um hábito para mim.”

A tristeza só se impõe verdadeiramente à discrição quando recorda a despedida: “Estavam -21º C e uma tempestade de neve em Zanjan,

FOTOS: NUNO FERREIRA SANTOS

nunca me esqueço desse momento. Fui beijar os nossos filhos. Despedi-me de Narges em frente da porta de casa, pela meia-noite, e nunca mais voltei a vê-la". Foi a 12 de Fevereiro de 2012.

"Sempre vivemos juntos, nas prisões, fora das prisões, como activistas, assim tem sido a nossa vida", diz Rahmani

O Nobel e os outros

"Mulher, vida, liberdade", o *slogan* que se tornou nome do movimento de revolta desencadeado em 2022 pela morte de Jina Mahsa Amini, uma jovem de 22 anos detida pela "polícia da moralidade" por uso "incorrecto" do *hijab* (o lenço islâmico que cobre o cabelo e que as iranianas são obrigadas a usar), foram as primeiras palavras da presidente do Comité Nobel Norueguês, Berit Reiss-Andersen, ao anunciar o prémio de Mohammadi, em Outubro. "O lema adoptado pelos manifestantes – "Mulher - Vida - Liberdade" – expressa adequadamente o trabalho e a dedicação de Narges Mohammadi", referiu o Comité. Poucas palavras descreveriam melhor a luta da sua vida.

Para tentar explicar porque é que o regime se empenhou tanto em castigá-los, Rahmani lembra que quando estavam em liberdade passavam o tempo a viajar de Norte a Sul pelo país. "O Irão é um país muito grande e tem muitos povos de todas as etnias, curdos, árabes, baluches... Não é só Teerão, é um país imenso com muita gente que vive com menos direitos e com a sua liberdade limitada", descreve. Eles escolherem ser "a voz dessas pessoas". Porque, "para ser duradoura, a liberdade deve ser uma condição universal".

"Nós tínhamos muitas actividades importantes, fortes, e sempre em conjunto. E muita visibilidade mediática", diz, sugerindo que essa visibilidade também se devia a ser um casal. Mas acima de tudo, "Narges é uma mulher energética e normalmente nunca fica calada".

Mohammadi, lembra Rahmani "foi sempre condenada por ter feito algo pelos outros, por ter reclamado pela sua liberdade e dignidade". Quando Rahmani decidiu sair do país, por estar perto de ser condenado a mais sete anos de prisão, pensou que poderiam fugir os dois, com os filhos. "Mas ela respondeu que não tinha a certeza se iria ter alguma utilidade fora do país e eu respeitei a sua vontade e a sua decisão."

"O Irão é um país que merece e deve chegar à democracia e à liberdade e nós temo-nos esforçado para isso", diz. "Essa é a história da nossa vida que se pode escrever num livro de muitos capítulos, sobre separações, dias de prisão, dificuldades, alegrias e tristezas."

Como escreve a também Nobel da Paz Shirin Ebadi (que recebeu o Prémio 20 anos antes de Mohammadi, em 2003), no preâmbulo de *Tortura Branca*, "Nenhum muro de prisão conseguiu até hoje impedir que a voz de Narges Mohammadi chegasse às pessoas".

Um exemplo: "Quando Narges descobriu que na prisão de Evin as mulheres, ao contrário dos homens, não tinham o direito de telefonar aos filhos, iniciou uma campanha especial para 'apoiar as mães na prisão'", recorda Ebadi. "Esta campanha atraiu as atenções dos iranianos em todo o mundo e forçou o governo a recuar, e hoje as mulheres também podem fazer telefonemas aos filhos. Isso permitiu que Narges falasse com os dois filhos (embora apenas vinte e quatro minutos por semana), que vivem no exílio com o pai."

As outras prisioneiras continuam a poder falar com os filhos, mas "quando o governo se apercebeu da tenacidade de Narges no combate à injustiça e no apoio a outras vítimas como ela própria, esse direito foi-lhe retirado", explica Ebadi.

Muitas torturas

Para Mohammadi, não falar com os filhos é mais uma forma de tortura, como já era não os poder ver. "Ela tem uma proximidade muito grande com os filhos e eu sei que a distância é outra tortura para ela. Ela dizia que toda a sua alegria eram as visitas de domingo, quando ela podia ter visitas e os filhos podiam ir vê-la, mas com a vinda deles para Paris até essa hipótese também deixou de existir. E talvez a vida aqui seja melhor para eles", diz Rahmani. Foi o que ambos decidiram

Há quase 25 meses que Mohammadi não ouve a voz de Kiana e de Ali e há sete meses que não fala com ninguém a não ser o seu advogado. Em 2021, antes de voltar a ser presa, "pediu um visto para poder visitar os filhos, mas lhe deram". "Nada disto é justiça ou lei. São castigos."

É continuando a lutar Mohammadi tem resistido a tudo. E assim chegamos a *Tortura Branca*, um livro que é uma denúncia, com detalhes das consequências físicas e emocionais provocadas pelo confinamento solitário. "Este livro não é o contar de uma história. É uma forma de dizer, 'enquanto nós estamos a ler, isto está a acontecer'", explica Rahmani. O objectivo, diz, é conseguir "que não haja celas solitárias no Irão".

A Narges é a voz dos outros prisioneiros. Isto é um acordo entre nós, sermos a voz dos outros, e isso deixa o regime furioso

Taghi Rahmani
Activista, jornalista e escritor

Uma cela de três metros por um metro e setenta que Rahmani descreve como uma sepultura. "É como se colocassem a pessoa num túmulo com uma porta pela frente. E essa pessoa explode e acaba por confessar coisas sobre seus amigos e sobre si própria", afirma. Mesmo que isso não valha de nada, mesmo que isso leve a uma pena de morte. Porque quando se está ali dentro tudo o que se quer é sair dali.

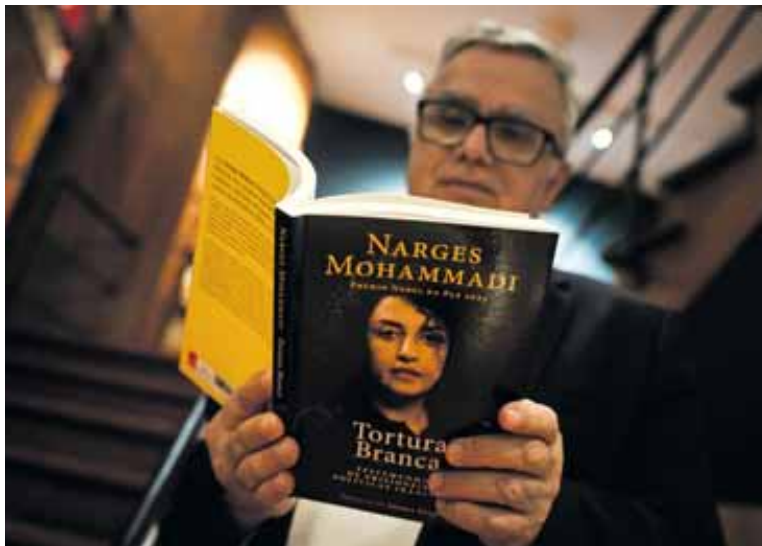
Ali e Kiana

Em 2010, os Repórteres Sem Fronteiras descreveram Rahmani como "o jornalista mais frequentemente preso no Irão" – na altura, já somava 16 anos na cadeia. Quando conheceu a jovem Narges, nunca imaginou que a sua futura mulher o poderia vir a ultrapassar em acusações, condenações e anos de cadeia. Em Dezembro, quando recebeu o Nobel, Mohammadi já tinha sido detida 13 vezes e condenada a um total de 31 anos de prisão e 154 chicotadas. A semana passada, foi condenada a mais um ano de prisão.

Nada que os faça desistir, nada que os faça querer voltar atrás. Mesmo se ao decidirem o seu caminho decidiram também o de Ali e Kiana. "Até aos nove anos, os nossos filhos assistiram constantemente a invasões à nossa casa e às nossas detenções", recorda Rahmani. "Quando eles vieram ter comigo a Paris eu vivia num estúdio muito pequeno, a Kiana dormia no sofá e eu e o Ali dormíamos no chão. Eu tinha de ficar junto ao sofá, no meio, e eles seguravam as minhas mãos com muita força porque pensavam que eu também ia desaparecer", descreve.

"Ter filhos pequenos assim, com um futuro sempre obscuro, é muito difícil. Mas nós já tínhamos traçado o nosso caminho e tínhamos de o seguir", diz. "A Narges explicou isso muito bem numa carta que enviou aos filhos. Disse-lhes 'a minha luta é uma luta por milhões de crianças como vocês, na nossa terra natal, e gostava muito que me perdoassem e que compreendessem porque é que eu escolhi este caminho de vida'. Isto para uma mãe são palavras muito dolorosas".

Explicando que nunca esconderam aos filhos o que faziam, Rahmani recorda as perguntas de Kiana. "A minha filha perguntava, 'mas então porque é que os políticos casam?', e eu não tinha uma resposta... Dizia 'olha, nós também somos seres vivos, também queríamos casar'. E então ela perguntava, 'mas se casaste porque é que nunca estás connosco?'". Aos poucos, os gémeos foram crescendo. Agora, "o Ali tem uma visão mais política e a Khiana está num processo de aceitação."

"Eu gostava muito que os meus filhos seguissem o mesmo caminho, gosto do caminho que decidimos seguir. Eu gosto do que faço, não conheço nada melhor para fazer no mundo do que lutar pela liberdade", diz. "Espero que os meus filhos deixem a fase de nos perdoarem e nos venham auxiliar."

Governo prepara terreno para novo acordo com alterações à lei laboral

Ministra do Trabalho diz que vai cumprir acordo de rendimentos em vigor, mas também deixou claro que há "abertura total" para negociar com os parceiros em sede de concertação social

Raquel Martins

O Governo garante que vai cumprir o acordo de rendimentos assinado pelo anterior executivo, mas já começou a preparar o terreno para a negociação de um novo acordo, onde admite incluir a revisão de alguns aspectos da lei laboral.

"O compromisso do Governo é cumprir aquilo que está em vigor, disso não há dúvida desde o primeiro dia. Mas, como disse, [a concertação social] é uma instância de negociação contínua e, portanto, se o Governo, juntamente com os parceiros sociais, chegar à conclusão de que algumas medidas lá previstas não fazem hoje sentido ou que se deve encaminhar esta nossa negociação constante de uma outra forma, não hesitaremos em fazê-lo", destacou a ministra do Trabalho, Maria do Rosário Palma Ramalho, no final da reunião da Comissão Permanente de Concertação Social de ontem.

Questionada sobre se a revisão da legislação laboral é um dos temas em cima da mesa, Maria do Rosário Palma Ramalho respondeu afirmativamente, notando que há "abertura total" e que as matérias a discutir serão "as que os parceiros sociais e o Governo entenderem adequadas".

"Todas as matérias podem vir a estar em cima da mesa", garantiu.

Questionada sobre o momento em que o Governo vai desencadear este processo, a ministra remeteu para o diálogo em curso na concertação e nos grupos de trabalho que estão a acompanhar a aplicação do acordo de rendimentos e do acordo de formação profissional.

"Conforme já disse, isto é uma estrutura de negociação contínua e, portanto, esse momento vai ser mais decorrente dos trabalhos que vamos adiantar aqui do que propriamente de uma imposição do Governo de mudar isto ou aquilo", afirmou.

Do lado dos patrões, a expectativa é que o executivo feche "o mais rapidamente possível" o anterior acordo, para que se inicie a negociação de um novo, onde seja possível revisitar a legislação laboral e as regras que entraram em vigor em Maio de 2023. E já têm uma lista de alterações que consideram prioritárias.

A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), liderada por João Vieira Lopes, tem como prioridades a reposição do banco de horas individual, a revisão do regime da autodeclaração de doença e a reformulação do conceito de emprego conveniente, para facilitar a aceitação de emprego por parte dos desempregados.

Do lado da Confederação do Turismo de Portugal (CTP), Francisco Calheiros pede atenção aos contratos intermitentes e aos contratos de curta duração, considerados essenciais para o sector.

A Confederação Empresarial de Portugal (CIP) garante que também tem propostas para a área laboral, mas remeteu a sua apresentação para 10 de Julho. Óscar Gaspar, membro da comissão executiva, lembra que a CIP não assinou o acordo de Outubro de 2023 por ficar "aquém do necessário" e defende que é preciso aproveitar "a oportunidade" para negociar um "verdadeiro acordo" que permita aumentar a competitividade do país.

Governo não fechou a porta a rever as metas para o salário mínimo previstas no acordo em vigor

Metas do salário mínimo

Na reunião de ontem, o Governo identificou três dezenas de medidas previstas no acordo que estão por cumprir e que agora serão analisadas no grupo de trabalho constituído por representantes dos parceiros sociais.

Embora o conteúdo dessa lista não tenha sido divulgado publicamente, a CTP e a CCP identificaram algumas medidas ainda por cumprir, como os incentivos ao abate de automóveis, o plano de competitividade do comércio e o apoio de 25 milhões à promoção do turismo.

O secretário-geral da CGTP, Tiago Oliveira, estranhou que na lista não figurem medidas relacionadas com os rendimentos dos trabalhadores e que "estão por cumprir". Na sua perspectiva, é necessário rever o acordo de rendimentos para incluir medidas que respondam às dificuldades dos trabalhadores.

A UGT mostrou-se disponível para negociações e para revisitar os acordos, "desde que as medidas não introduzam desequilíbrios entre empresas e trabalhadores".

A central sindical pede uma análise "o mais breve possível" dos indicadores económicos para se discutir o reforço dos valores do salário mínimo nacional (SMN) e do referencial para a negociação colectiva previstos no acordo. Mário Mourão, líder da UGT, defende que em 2025 há condições para se fixar a remuneração mínima acima do patamar de 855 euros acordado em 2022.

O Governo não fechou a porta a rever as metas para o salário mínimo previstas no acordo em vigor, mas sempre tendo como referência aquilo que está previsto no seu programa e que aponta para 1000 euros no final da legislatura. Questionada sobre se faz sentido revisitar as metas para o salário mínimo e para a negociação dos salários na negociação colectiva, a ministra começou por responder que sim. "Com certeza. O Governo tem um programa de actualização do salário mínimo para a legislatura e para chegarmos a essa meta poderá haver avanços intermédios", disse.

Mas acima do que está previsto no acordo? Será "de acordo com o programa do Governo", respondeu, considerando "prematuro" avançar com valores concretos.

Hoje, o SMN é de 820 euros brutos mensais. O acordo de rendimentos em vigor previa que, em 2025, subisse para 855 euros e, em 2026, para os 900 euros.

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

Maria do Rosário Palma Ramalho, ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, ontem, na reunião de concertação social

Finanças avisam que objectivo de excedente não inclui medidas aprovadas pela oposição

Sérgio Aníbal

Ministro das Finanças reafirmou que o objectivo para 2024 é de um excedente entre 0,2% e 0,3%. Mas há um senão

O ministro das Finanças reafirmou ontem que o Governo está a apontar para um saldo orçamental positivo este ano situado entre 0,2% e 0,3% do produto interno bruto (PIB), mas fez questão de alertar que essa estimativa não inclui as medidas aprovadas pelo Parlamento que possam produzir um impacto orçamental já no decorrer deste ano.

Na audição na Comissão e de Orçamento e Finanças da Assembleia da República em que foi chamado a explicar as suas declarações de 2 de Maio, em que defendeu que as contas públicas estavam "bastante pior" do que o esperado, Joaquim Miranda Sarmento insistiu agora na ideia de que foi surpreendido com aquilo que encontrou quando chegou ao Ministério das Finanças, afirmando que a situação orçamental "não era a que o PS estava a propagandear" e que afinal "é mais exigente".

Para o justificar, lembrou, dois dias a seguir ao Instituto Nacional de Estatística (INE) ter revelado que no primeiro trimestre do ano se verificou um défice de 0,2% nas contas da Administração Pública, que "nos dois anos em que Portugal registou excedentes [2019 e 2023], o saldo no primeiro trimestre do ano foi positivo".

Isso não o impediu, ainda assim, de reiterar a intenção, revelada na semana passada de, em 2024, Portugal acabar por registar um excedente orçamental situado entre 0,2% e 0,3% do PIB. A confirmação do objectivo veio, contudo, com um senão.

A meta de um excedente em 2024, disse, "não incorpora as medidas aprovadas pelo Parlamento". Miranda Sarmento explicou que a estimativa de saldo orçamental feita pelos governos é habitualmente "um exercício endógeno, com um factor exógeno que é o andamento da economia", mas que neste caso "há um novo factor exógeno, que são as medidas que estão a ser aprovadas pelo Parlamento", que não podem ser consideradas. "Isso será algo para a apresentação do orçamento para 2025", disse.

O ministro parece deste modo assumir a existência de um risco de as contas públicas fecharem o ano com uma situação deficitária, caso se venham a concretizar impactos orçamentais negativos imediatos decorrentes de decisões tomadas por uma maioria de deputados da oposição.

Aquilo que está incluído na estimativa de saldo orçamental do executivo, disse, são as medidas adoptadas pelo Governo, nomeadamente nos planos lançados na área da saúde, habitação ou na luta contra a corrupção. Questionado sobre o impacto orçamental em 2024, o ministro não avançou com qualquer número, afirmando apenas que, em contabilidade nacional, haverá um impacto, que está incluído na meta de um excedente situado entre 0,2% e 0,3%.

ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

Joaquim Miranda Sarmento, ministro das Finanças

No que diz respeito à redução adicional do IRS aprovada no Parlamento, o ministro não se comprometeu com a alteração das tabelas de retenção do imposto já no decorrer deste ano, que é aquilo que faz com que o impacto orçamental tanto no Estado, como nas famílias seja já sentido em 2024. Disse apenas que o Governo irá, antes de realizar qualquer mudança, esperar pela decisão do Presidente da República relativamente ao diploma, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de avaliar se a regra travão das finanças públicas está em risco de ser violada.

Ministro não se comprometeu com a alteração das tabelas de retenção do IRS já no decorrer deste ano

Factos ou insinuações?

A audição foi dominada pelo confronto entre o ministro e os deputados da oposição relativamente à avaliação à situação orçamental do país nos primeiros dias de Maio.

Perante a acusação de que dramatizou em Maio o discurso ao dar destaque aos dados então conhecidos da execução do primeiro trimestre em contabilidade pública (unicamente numa óptica de caixa), Miranda Sarmento defendeu que na altura "apenas referiu factos" e assinalou que os dados em contabilidade nacional conhecidos segunda-feira também confirmaram que há um défice. "Quando eu falei do défice em contabilidade pública, os senhores gozaram comigo, dizendo que eu não sabia a diferença entre contabilidade pública e a nacional, o que me parece estranho", lamentou.

O ministro repetiu que, nas semanas já a seguir às eleições, o Governo aprovou em Conselho de Ministros (CM) 40 resoluções que não foram comunicadas à Direcção-Geral do Orçamento e que têm um impacto estimado de 1100 milhões de euros. "Várias destas decisões não são de gestão corrente, são decisões políticas que excedem o que devem ser as funções de um Governo que já sabe que perdeu as eleições", disse.

Em resposta, o deputado do PS, António Mendonça Mendes, que era secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro no anterior Governo, recusou que não houvesse cabimento orçamental: todas as resoluções do CM "têm a indicação de qual é a fonte de financiamento", afirmou.

Impostos

IMI das barragens terá grupo de trabalho

Rosa Soares

O Governo "vai criar brevemente" um grupo de trabalho para estudar a questão do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) das barragens, e a respectiva alteração ao Código do IMI, por se tratar de "um tema de complexidade muito grande", garantiu ontem Miranda Sarmento, no Parlamento.

O governante garantiu que o grupo de trabalho será coordenado por "uma personalidade independente, do ponto de vista técnico e académico irrepreensível", a escolher nas próximas semanas, e será composto pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), pela Agência Portuguesa do Ambiente, por organismos representativos dos avaliadores, pelo Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia, pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e, ainda, pela Associação Nacional de Municípios, e pela Associação Nacional de Energia Renováveis.

O propósito do grupo de trabalho é "dotar o Governo de uma solução técnica estrutural para resolver este problema para o futuro", garantiu Miranda Sarmento durante a audição, que foi pedida pelos grupos parlamentares do Chega, do BE e do PSD sobre a cobrança de impostos relativos às barragens.

"A solução passa pela alteração do Código do IMI, de forma de permitir que estes aproveitamentos hídricos passem a ter uma avaliação específica e concretizada na lei para estas situações", garantiu o ministro, acrescentando que, "se tudo correr bem", o Governo pretende entregar as alterações ao código do IMI na Assembleia da República até ao final do ano. "Se este Parlamento aprovar esta alteração, o IMI de 2025, pago em 2026, será de acordo com as novas regras", garantiu Miranda Sarmento, que, por várias vezes, garantiu que "a cobrança [deste imposto] é devida" e "é imperiosa".

Foram várias as questões colocadas pelos deputados, nomeadamente quanto à cobrança de impostos na venda de seis barragens no Douro da EDP à franco-belga Engie, que ficaram sem resposta, com o titular da pasta das Finanças a garantir que "os despachos do anterior Governo não são suficientes" e que não os irá alterar, por considerar que é necessária "uma clarificação adicional", como é o caso da inclusão ou não de maquinaria das barragens.

Brasil desafia G20 a discutir subida dos impostos sobre os super-ricos

Pedro Crisóstomo

Estudo propõe imposto complementar sobre os multimilionários que pagam em IRS valor inferior a 2% do seu património

À frente da presidência temporária do G20 durante este ano, o Brasil está a preparar o terreno para as principais lideranças mundiais começarem a discutir o aumento da tributação sobre os cidadãos considerados super-ricos.

O objectivo da reforma fiscal proposta pelo Governo de Lula da Silva passa por garantir que, a nível global, os milionários com um património acima dos mil milhões de dólares paguem um IRS equivalente a pelo menos 2% de todo o seu património (pessoas com fortunas que atingem esse patamar pela soma de rendimentos, activos, imóveis, acções ou participações em empresas, por exemplo).

Para impulsionar a discussão entre as grandes potências globais, a Presidência brasileira apresentou na terça-feira um relatório encomendado ao economista francês Gabriel Zucman que explora soluções práticas sobre como criar a nível mundial um patamar mínimo de tributação sobre os ultra-ricos.

A iniciativa surge a escassas semanas da reunião dos ministros das Finanças do G20, marcada para 25 e 26 de Julho, mas não é claro se o assunto amadureceu o suficiente ao ponto de gerar um consenso imediato entre os governos das maiores economias, que nesta fase apenas estarão representados pelos ministros das Finanças e não pelas lideranças máximas (chefes de Estado ou de governo, que só se irão encontrar no Rio de Janeiro em Novembro).

O estudo de Zucman, director do Observatório Fiscal da União Europeia, é um ponto de partida. Neste documento, o economista sustenta que é "tecnicamente possível aplicar um imposto mínimo coordenado sobre as pessoas singulares com um património líquido muito elevado", fazendo com os multimilionários "o que foi feito colectivamente com as empresas multinacionais", quando, em 2021, mais de 130 jurisdições do chamado "Quadro Inclusivo" da OCDE/G20 se comprometeram a implementar um IRC mínimo de 15% para estabelecer um limiar mínimo de tributação sobre os lucros das empresas a nível global.

A reforma das multinacionais ainda está a ser implementada, passo a passo, por cada um dos países e está a levar mais tempo do que o previsto inicialmente para se tornar realidade. Mas, apesar dos contratempos, a OCDE continua a trabalhar no assunto. E o quadro de negociação multilateral é o exemplo que o Brasil quer seguir. Aqui, os visados são as pessoas singulares com grande capacidade contributiva (com um património acima dos mil milhões de dólares), que "seriam obrigadas a pagar anualmente um montante mínimo de imposto equivalente a 2% do seu património".

Zucman calcula que a criação do limiar para este universo de contribuintes abrangeria "cerca de 3000 milionários" a nível mundial (os que hoje não pagam o tal mínimo de 2%). E, com isso, projecta, os Estados arrecadariam entre 200 e 250 mil milhões de dólares por ano.

Se a medida fosse alargada aos indivíduos com um património líquido acima dos 100 milhões de dólares, o acréscimo na receita seria entre 100 e 140 mil milhões de dólares por ano, aponta o estudo.

ADRIANO MACHADO/REUTERS

Brasil leva ao G20 proposta baseada num estudo de Gabriel Zucman (em baixo)

FRANCOIS WALSCHAERTS VIA REUTERS

1000

Proposta visa que os milionários com um património acima dos mil milhões de dólares paguem um IRS equivalente a pelo menos 2% de todo o património

3000

Zucman calcula que a criação do limiar para estes contribuintes abrangeria "cerca de 3000 milionários" a nível mundial (que hoje não pagam o mínimo de 2%)

Implementação "flexível"

Zucman defende que "os sistemas fiscais actuais não conseguem tributar de forma eficaz as pessoas com um património líquido muito elevado" e sustenta, no relatório, que a iniciativa só terá impacto relativamente àquelas que, tendo um grande património, têm uma carga fiscal "particularmente" baixa.

"À semelhança do imposto mínimo sobre as empresas multinacionais adoptado em 2021, os impostos só teriam de ser pagos pelos milionários que ainda não pagam em imposto sobre o rendimento [ou seja, em IRS] o equivalente a 2% do seu património". Não se trata de um imposto sobre o património, mas antes uma espécie de imposto complementar. E esse mínimo global é que é expresso em relação a uma fracção do património.

Resta saber se a próxima reunião dos ministros dará algum passo em frente relativamente à iniciativa do Governo de Lula da Silva, que defende um aumento da progressividade fiscal para redistribuir a riqueza a nível mundial. Na liderança do G20, Brasília tem procurado impulsionar essa discussão e, nesta fase, a Presidência brasileira procura fazer discussões paralelas para ver como será possível chegar a um consenso. "O quão rapidamente podemos avançar, não posso dizer. Já existem conversas nalguns fóruns internacionais", afirmou Felipe Antunes, coordenador-geral dos Assuntos Financeiros Internacionais no Ministério das Finanças brasileiro, durante a apresentação do estudo aos jornalistas.

Um dos argumentos que o documento agora traz para a mesa é dizer que após o acordo do IRC mínimo (ainda a ser montado pelas mais de 130 jurisdições subscritoras desse compromisso) será possível continuar a apostar na cooperação internacional para combater a baixa tributação de alguns super-ricos (é esta a expressão usada pela Presidência brasileira).

"Parece utópico [concretizar este plano], mas pode ser implementado por muitos países", afirma o economista.

Zucman entende que a regra do imposto mínimo pode ser bem-sucedida mesmo se for implementada "de forma flexível pelos países participantes através de uma variedade de instrumentos nacionais", incluindo através de um imposto sobre o rendimento presumido, de um imposto sobre o rendimento medindo-o através de uma "noção alargada de rendimento" ou através de um imposto sobre o património.

A reunião dos líderes do G20 acontece no Rio de Janeiro a 18 e 19 de Novembro, mas, antes disso, em Julho, já será possível medir o pulso à forma como a proposta brasileira é recebida pelas outras lideranças globais e verificar se a proposta é, ou não, equacionada como solução para discutir num ambiente multilateral mais abrangente do que o G20, no quadro da OCDE, onde as discussões fiscais envolvem economias de outra escala, incluindo as menos desenvolvidas.

Além de liderar o Observatório Fiscal da União Europeia (um centro de investigação co-financiado pela UE, instituições públicas e organizações sem fins lucrativos), Zucman é professor na Escola de Economia de Paris e na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Antes de entregar este estudo, já aflorara o assunto com os ministros das Finanças do G20 numa reunião em São Paulo, em Fevereiro.

ANÚNCIO
M/F

Torna-se público que se encontra aberto processo de recrutamento para a contratação de um Especialista de Informática, na modalidade de Contrato de Trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo do Código do Trabalho, na Universidade do Minho, sob **Ref.ª CTTRC-PTAG-77/24-EEG (1).**
REQUISITOS DE ADMISSÃO:
a) Possuir grau de Licenciatura em Informática, Engenharia Informática ou áreas afins;
b) Não estar vinculado à Universidade do Minho através de um contrato de trabalho por tempo indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho, na mesma carreira.
O prazo para a apresentação das candidaturas decorre no período de 28/06/2024 a 11/07/2024.
O texto integral do processo de recrutamento e seleção encontra-se disponível em https://intranet.uminho.pt/Pages/Documents.aspx?Area=Procedimentos%20Concursais

A Diretora de Serviços, *Aleida Lopes Vaz Carvalho*

ANÚNCIO
M/F

Torna-se público que se encontra aberto processo de recrutamento para a contratação de um Técnico de Informática, na modalidade de Contrato de Trabalho por tempo indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho, na Universidade do Minho, sob **Ref.ª CTI-PTAG-62/24-USSIC (1).**
REQUISITOS DE ADMISSÃO:
a) Curso tecnológico, curso de escola profissional ou curso que confira certificado de qualificação de nível III (equiparado ao 12.º ano de escolaridade em áreas de informática); b) Não estar vinculado à Universidade do Minho através de um contrato de trabalho por tempo indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho, na mesma carreira. O prazo para a apresentação das candidaturas decorre no período de 28/06/2024 a 11/07/2024.
O texto integral do processo de recrutamento e seleção encontra-se disponível em https://intranet.uminho.pt/Pages/Documents.aspx?Area=Procedimentos%20Concursais

A Diretora de Serviços, *Aleida Lopes Vaz Carvalho*

ANÚNCIO
M/F

Torna-se público que se encontra aberto processo de recrutamento para a contratação de um Técnico Superior, na modalidade de Contrato de Trabalho a termo resolutivo incerto, ao abrigo do Código do Trabalho, na Universidade do Minho, sob **Ref.ª CTTRI-PTAG-102/24-CD (1).**
REQUISITOS DE ADMISSÃO:
a) Possuir o grau de licenciatura na área de Educação, Administração Pública, Ciências Sociais ou Ciências Humanas; b) Não estar vinculado à Universidade do Minho através de um contrato de trabalho por tempo
indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho, na mesma carreira.
O prazo para a apresentação das candidaturas decorre no período de 28/06/2024 a 02/07/2024.
O texto integral do processo de recrutamento e seleção encontra-se disponível em https://intranet.uminho.pt/Pages/Documents.aspx?Area=Procedimentos%20Concursais

A Diretora de Serviços, *Aleida Lopes Vaz Carvalho*

COMUNICADO

Reabilitação e Reforço de Obras de Arte (A5)

Durante os meses de julho e agosto 2024

A Brisa Concessão Rodoviária (BCR) informa que irá efetuar obras de reabilitação e reforço na obra de arte, Passagem Superior 060, localizada cerca do km 24+430, do Sublanço Alvide-Cascais, da A5 - Autoestrada da Costa do Estoril, pelo que irão existir constrangimentos, por meio de implementação de cortes de via e/ou basculamentos de tráfego.

Os trabalhos ocorrerão durante dois meses.

A Brisa agradece antecipadamente a compreensão e colaboração dos automobilistas e espera contribuir para reduzir eventuais inconvenientes decorrentes desta operação, estando certa de que os possíveis incómodos serão largamente compensados pelo nível de qualidade, segurança e conforto que resultam de uma autoestrada melhor adaptada às necessidades de quem a utiliza.

Para informação de trânsito atualizada poderá consultar o site www.brisaconcessao.pt.

Constrangimentos de Trânsito na A24
Lanço Fronteira - Vila Pouca de Aguiar

A Norscut informa que, devido a trabalhos de reparação de pavimentos, haverá constrangimentos de tráfego entre a Fronteira (Chaves) e Vila Pouca de Aguiar, de 01/07/2024 a 15/11/2024.

Os trabalhos estarão devidamente sinalizados no local.

Agradecemos a compreensão dos utentes por eventuais transtornos causados no decorrer dos trabalhos.

Número de Apoio ao Utente 808 24 00 24

Anúncio
Consulta pública dos Planos de Ação das estradas

EN125/ER125
AP_RD_PT_01_1010_1011 - LANÇO 2.1A) EN125 - VILA DO BISPO / LAGOS
AP_RD_PT_01_759_966 - LANÇO 2.1B) EN125 - LAGOS / S. LOURENÇO
AP_RD_PT_01_1014 - LANÇO 2.1D) EN 125 - FARO / OLHÃO - NÓ COM A VARIANTE À ROT. POENTE DE OLHÃO
AP_RD_PT_01_455_968 - LANÇO 2.1 E.1) ER125 - OLHÃO (ROT. OLHÃO NASCENTE) / ROT. 2 DE TAVIRA (ACESSO A22)
AP_RD_PT_01_456 - LANÇO 2.1 E2) ER125 - ROT. 2 DE TAVIRA (ACESSO A22) / ALTURA (ACESSO A22)
AP_RD_PT_01_589 - LANÇO 2.1 F) ENLACE EN 125 – NÓ FARO / EN2
AP_RD_PT_01_1012 - LANÇO 2.1G) EN125 VARIANTE DE LAGOS
AP_RD_PT_01_1013 - LANÇO 2.1H) EN125 VARIANTE DE TROTO
AP_RD_PT_01_967 - LANÇO 2.1 I) EN125 VARIANTE DE FARO
AP_RD_PT_01_453 - LANÇO 2.4 B) ER 125 - NÓ DE S. LOURENÇO / NÓ DE S. JOÃO DA VENDA

IC4
AP_RD_PT_01_378 - LANÇO 2.1C) IC4 - FARO (AEROPORTO) / FARO POENTE

EN125-10
AP_RD_PT_01_425 - LANÇO 2.3 E) EN125-10 - FARO (IC4) / AEROPORTO DE FARO

EN395
AP_RD_PT_01_1006 - LANÇO 2.3 J) EN 395 - GUIA (A22) / GUIA (ER125)

EN396
AP_RD_PT_01_449 - LANÇO 2.3 K) EN396 - LOULÉ / NÓ A22 (LOULÉ 1)

A Rotas do Algarve Litoral, S.A., torna público, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 84-A/2022, de 9 de dezembro, na sua redação atual, que está a decorrer a fase de consulta pública do procedimento de elaboração e aprovação dos Planos de Ação acima listados, destinados a gerir os problemas e efeitos do ruído das estradas EN125, ER125, IC4, EN125-10, EN395, EN396, e que terá lugar no prazo de 30 dias contados da data de publicação do presente anúncio.
Os projetos dos Planos de Ação submetidos a discussão, podem ser consultados por qualquer interessado na sede da Rotas do Algarve Litoral, SA., sita na Rua Julieta Ferrão, n.º 10 – 6.º, 1600-131 Lisboa, bem como nos serviços das Câmaras Municipais de Albufeira, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.
Os interessados poderão enviar quaisquer sugestões ou comentários aos projetos para o endereço de email utente@rotasalgarve.com até ao término do prazo.

A23 – BENEFICIAÇÃO DE PAVIMENTO
De 01 de julho a 31 de outubro de 2024

Informa-se que irão decorrer trabalhos de beneficiação de pavimento em vários lanços da A23, no período noturno entre as 21h e as 7h. Os locais, assim como os desvios temporários, estarão devidamente sinalizados conforme a legislação vigente.

telefone de emergência – 272 447 677
www.a23beirainterior.pt

Agradecemos a compreensão por eventuais transtornos decorrentes desta obra.
Trabalhamos em prol da comodidade e segurança.

A4 – TRABALHOS NAS BARREIRAS ACÚSTICAS
1 a 19 de julho de 2024

A Auto-Estradas XXI – Subconcessionária Transmontana S.A., informa que irão decorrer trabalhos de manutenção das barreiras acústicas localizadas entre o km 93+750 e o km 93+850 da A4, Autoestrada Transmontana, no sentido Vila Real / Bragança, a partir do dia 1 de julho de 2024. Estes trabalhos irão prolongar-se até ao dia 19 de julho de 2024.

Agradecemos a compreensão por eventuais transtornos decorrentes desta obra.
Trabalhamos em prol da comodidade e segurança.
Número de telefone disponível para qualquer informação adicional ou pedido de assistência – **+351 259 332 333.**
www.aetransmontana.pt

Autoridade Nacional da Aviação Civil

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 054/2019

Ana Vieira da Mata, presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil, torna público que, na sequência da instauração de processo de contraordenação a Darren James Mcritchie, titular do Passaporte n.º GBR 518220042, com último endereço conhecido em Queens Park Street, 52, M33 10P – Manchester, pelo facto de, no dia 3 de novembro de 2018, durante o voo n.º TP 1318, da companhia aérea TAP, rota Manchester/Lisboa, ter fumado um cigarro a bordo da aeronave que em voo comercial operava o referido voo, tendo sido previamente informado da proibição de tal conduta. Tal conduta constitui, nos termos do artigo 5º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto, a prática de contraordenação muito grave, e punível, nos termos do artigo 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

Tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, nos termos e para os efeitos dos artigos 46º do Regime Geral das Contraordenações e 26º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, NOTIFICA-SE O ARGUIDO que, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, datada de 26 de abril de 2024, foi considerado culpado nos autos de contraordenação *supra* identificados pela prática do ilícito contraordenacional previsto no artigo 5º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto e punível pelo art.º 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, sendo a imputação feita a título de dolo direto, pelo que foi, em conformidade, condenado no pagamento de uma coima no valor de €2.000,00 (dois mil euros).

Mais deliberou ainda o Conselho de Administração da ANAC fixar as custas do processo, referentes a encargos resultantes deste, no valor de 4 Unidades de Conta, a que corresponde o valor de € 408,00 (quatrocentos e oito euros), em conformidade com o disposto no art.º 92º e seguintes do Regime Geral das Contraordenações.

Informa-se ainda o arguido que:

a) A referida decisão se torna definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59º e 95º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o arguido comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Lisboa, 27 de junho 2024

A Presidente do Conselho de Administração

Ana Vieira da Mata

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 054/2019

Ana Vieira da Mata, chairwoman of the Board of Directors of Autoridade Nacional da Aviação Civil, announces that following the initiation of misdemeanour proceedings against Mr Darren James Mcritchie, bearer of Passport No. GBR 518220042, with last known address at Queens Park Street, 52, M33 10P – Manchester, for, on 3 November 2018, during flight No. TP 1318, of TAP, route Manchester/Lisbon, smoking a cigarette on board a civil aircraft on a commercial flight despite being previously informed that such behaviour was forbidden. Such behaviour constitutes, under article 5, paragraph 1, subparagraph c) of Decree-Law No. 254/2003, of 18 October, as amended by article 18 of Decree-Law No. 208/2004, of 19 August, a very serious misdemeanours, punishable, in accordance with article 9, paragraph 4, subparagraph a) of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January.

Therefore, in face of the impossibility of notifying the defendant by registered mail, in accordance with articles 46 of the Misdemeanours General Regime and 26, paragraph 2 of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January, THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED, that, by decision of ANAC's Board of Directors, dated 26 April 2024, he was considered guilty as charged of the misdemeanour established in article 5, paragraph 1, subparagraph c) of Decree-Law No. 254/2003, of 18 October, as amended by article 18 of Decree-Law No. 208/2004, of 19 August, and punishable under article 9, paragraph 4, subparagraph a) of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January. The subjective imputation was determined as direct intent; thus, the defendant was convicted in an administrative fine in the amount of € 2.000,00 (two thousand euros).

It was further deliberated to determine the legal costs of the procedure, to cover the expenses with the procedure, in 4 UC, that corresponds to €408,00 (four hundred and eight euros), in accordance with articles 92 and subsequent of Misdemeanours General Regime.

The defendant is further informed that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the Misdemeanours General Regime.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after an hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, she shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the Misdemeanours General Regime.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's legal department, located at Street B, Building 4, Humberto Delgado's Airport, Lisbon.

Lisbon, 27th June 2024

The Chairwoman of the Board of Directors,

Ana Vieira da Mata

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 001/2020

Ana Vieira da Mata, presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil, torna público que, na sequência da instauração de processo de contraordenação a a James Howard Price, de nacionalidade inglesa, titular do Passaporte n.º 511056821, emitido em 12/08/2012, com última residência conhecida 17 Redpoll way Gloucester, Inglaterra, pelo facto de, no dia 1 de janeiro de 2019, durante o voo n.º HV6215, da companhia aérea Transavia, rota Eindhoven/Tenerife, ter consumido bebidas alcoólicas a bordo da aeronave que em voo comercial operava o referido voo e, nesse estado, comprometeu a segurança da aeronave, seus ocupantes ou bens. Tal conduta constitui, nos termos do artigo 5º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto, a prática de contraordenação muito grave, e punível, nos termos do artigo 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

Tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, nos termos e para os efeitos dos artigos 46º do Regime Geral das Contraordenações e 26º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, NOTIFICA-SE O ARGUIDO que, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, datada de 26 de abril de 2024, foi considerado culpado nos autos de contraordenação *supra* identificados pela prática do ilícito contraordenacional previsto no artigo 5º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto e punível pelo art.º 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, sendo a imputação feita a título de negligência inconsciente, pelo que foi, em conformidade, condenado no pagamento de uma coima no valor de € 1.000,00 (mil euros).

Mais deliberou ainda o Conselho de Administração da ANAC fixar as custas do processo, referentes a encargos resultantes deste, no valor de 4 Unidades de Conta, a que corresponde o valor de € 408,00 (quatrocentos e oito euros), em conformidade com o disposto no art.º 92º e seguintes do Regime Geral das Contraordenações.

Informa-se ainda o arguido que:

a) A referida decisão se torna definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59º e 95º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o arguido comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Lisboa, 27 de junho 2024

A Presidente do Conselho de Administração

Ana Vieira da Mata

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 001/2020

Ana Vieira da Mata, chairwoman of the Board of Directors of Autoridade Nacional da Aviação Civil, announces that following the initiation of misdemeanour proceedings Mr James Howard Price, of English nationality, bearer of Passport No. 511056821, issued on 12/08/2012, with last known address at 17 Redpoll way Gloucester, U.K., for, on 1 January 2019, during flight No. HV6215, of HV6215, route Eindhoven/Tenerife, consuming alcoholic beverages on board the civil aircraft that on a commercial flight operated the mentioned flight and under the influence endangering the safety of the flight its occupants and belongings. Such behaviour constitutes, under article 5, paragraph 1, subparagraph b) of Decree-Law No. 254/2003, of 18 October, as amended by article 18 of Decree-Law No. 208/2004, of 19 August, a very serious misdemeanours, punishable, in accordance with article 9, paragraph 4, subparagraph a) of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January.

Therefore, in face of the impossibility of notifying the defendant by registered mail, in accordance with articles 46 of the Misdemeanours General Regime and 26, paragraph 2 of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January, THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED, that, by decision of ANAC's Board of Directors, dated 26 April 2024, he was considered guilty as charged of the misdemeanour established in article 5, paragraph 1, subparagraph c) of Decree-Law No. 254/2003, of 18 October, as amended by article 18 of Decree-Law No. 208/2004, of 19 August, and punishable under article 9, paragraph 4, subparagraph a) of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January. The subjective imputation was determined as unconscious neglect ; thus, the defendant was convicted in an administrative fine in the amount of € 1.000,00 (one thousand euros).

It was further deliberated to determine the legal costs of the procedure, to cover the expenses with the procedure, in 4 UC, that corresponds to €408,00 (four hundred and eight euros), in accordance with articles 92 and subsequent of Misdemeanours General Regime.

The defendant is further informed that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the Misdemeanours General Regime.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after an hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, she shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the Misdemeanours General Regime.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's legal department, located at Street B, Building 4, Humberto Delgado's Airport, Lisbon.

Lisbon, 27th June 2024

The Chairwoman of the Board of Directors,

Ana Vieira da Mata

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 193/2019

Pedro Pisco dos Santos, Diretor da Direção Jurídica da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), torna público que foi instaurado processo de contraordenação à empresa Clipper National Air, S.A., com sede em Arcadio Balaguer 12 Bajos 3, Castelldefels, E-0886, Espanha, por violação do artigo 55.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, conjugado com o artigo 2º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, isto é, por não entregar atempadamente, no prazo de 30 dias, do valor das taxas de segurança cobradas aos passageiros, constante da seguinte fatura:

Número da Fatura	Data do Envio	Data da Notificação/ Presunção Legal	Data limite de pagamento	Importância	Data de pagamento	Importância em dívida
1875	07/09/2018	07/09/2018	07/10/2018	6,12€	08/10/2018	0,00€

A arguida foi notificada da acusação, nos termos do art.º 26º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 26 de abril de 2024, foi condenada em coima no montante de €1.500,00, suspensa por dois anos, e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.

Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58º n.º 2 e 3 e 88º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, *ex vi* artigo 35º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, e uma vez que não se torna possível notificar a arguida através de carta registada com aviso de receção, notifica-se a Clipper National Air, S.A., do seguinte:

a) A referida decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59º e 95º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve a arguida comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, informa-se que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto da Portela, 4, em Lisboa.

Lisboa, 27 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica

Pedro Pisco dos Santos

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 193/2019

Pedro Pisco dos Santos, Director of the Legal Directorate of ANAC, announces that the misdemeanour proceeding No. 193/2019 was started against Clipper National Air, S.A., with business address, regarding invoicing matters, at Arcadio Balaguer 12 Bajos 3, Castelldefels, E-0886, Espanha, once the company did not delivery to ANAC the amount collected to the passengers regarding the security tax specified on the *infra* mentioned invoice in due time:

Number of the invoice	Sent by e-mail on	Legal Presumption	Payment due by	Amount	Date of payment	Amount in debt
1875	07/09/2018	07/09/2018	07/10/2018	6,12€	08/10/2018	0,00€

The defendant was notified of the accusation, under the terms of article 26, no. 1 of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January, and did not present a defense, so, after instruction, at a meeting of the Board of Directors, of April 26, 2024, it was sentenced to a fine in the amount of €1.500.00, suspended for two years, and costs in 2 UC, which corresponds to € 204.00.

Therefore, for the purposes of article 46 of the Decree-Law No. 433/82, of 27 October, as amended by Decree-Law No. 356/89, of 17 October, Decree-Law No. 244/95, of 14 September and Law No. 109/2001, of 24 December (RGCO), THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the RGCO.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after a hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, it shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the RGCO.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's Legal Directorate, located at Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, Lisboa.

Lisbon, 27th June 2024

The Legal Diretor

Pedro Pisco dos Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 196/2019

Pedro Pisco dos Santos, Diretor da Direção Jurídica da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), torna público que foi instaurado processo de contraordenação à empresa CTR Flight Services, com sede em Sladkovského nám. 525/1, Prague, 130 00, Czech Republic, por violação do artigo 55.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, conjugado com o artigo 2º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, isto é, por não entregar atempadamente, no prazo de 30 dias, do valor das taxas de segurança cobradas aos passageiros, constante da seguinte fatura:

Número da Fatura	Data do Envio	Data da Notificação/ Presunção Legal	Data limite de pagamento	Importância	Data de pagamento	Importância em dívida
1879	07/09/2017	13/10/2017	12/11/2017	3,06€	23/11/2017	0,00€

A arguida foi notificada da acusação, nos termos do art.º 26º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 26 de abril de 2024, foi condenada em coima no montante de €1.500,00, suspensa por dois anos, e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.

Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58º n.º 2 e 3 e 88º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, *ex vi* artigo 35º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, e uma vez que não se torna possível notificar a arguida através de carta registada com aviso de receção, notifica-se a CTR Flight Services, do seguinte:

a) A referida decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59º e 95º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve a arguida comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, informa-se que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto da Portela, 4, em Lisboa.

Lisboa, 27 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica

Pedro Pisco dos Santos

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 196/2019

Pedro Pisco dos Santos, Director of the Legal Directorate of ANAC, announces that the misdemeanour proceeding No. 196/2019 was started against CTR Flight Services, with business address, regarding invoicing matters, at Sladkovského nám. 525/1, Prague, 130 00, Czech Republic, once the company did not delivery to ANAC the amount collected to the passengers regarding the security tax specified on the *infra* mentioned invoice in due time:

Number of the invoice	Sent by e-mail on	Legal Presumption	Payment due by	Amount	Date of payment	Amount in debt
1879	07/09/2017	13/10/2017	12/11/2017	3,06€	23/11/2017	0,00€

The defendant was notified of the accusation, under the terms of article 26, no. 1 of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January, and did not present a defense, so, after instruction, at a meeting of the Board of Directors, of April 26, 2024, it was sentenced to a fine in the amount of €1.500.00, suspended for two years, and costs in 2 UC, which corresponds to € 204.00.

Therefore, for the purposes of article 46 of the Decree-Law No. 433/82, of 27 October, as amended by Decree-Law No. 356/89, of 17 October, Decree-Law No. 244/95, of 14 September and Law No. 109/2001, of 24 December (RGCO), THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the RGCO.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after a hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, it shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the RGCO.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's Legal Directorate, located at Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, Lisboa.

Lisbon, 27th June 2024

The Legal Diretor

Pedro Pisco dos Santos

Da tesoura às pontes. Novo método de edição genética em bactérias

Depois da famosa CRISPR/Cas9, a expectativa em torno da descoberta de uma ponte molecular faz antever um novo patamar na edição do genoma. Mas, para já, ainda só funcionou em bactérias

Tiago Ramalho

VISUAL SCIENCE

A recombinação genética é feita através de uma nova molécula, que permite eliminar parte do genoma e introduzir uma nova

Desde que aprendemos a decifrar o ADN, ou seja, todas as letras que nos definem e constroem como somos, que a promessa da edição genética paira. E, com a reescrita do ADN, uma espécie de "manual de instruções" dos organismos vivos, poderemos desactivar certos genes ou corrigir mutações, por exemplo – a maior promessa está no tratamento e prevenção de doenças. Ao longo das últimas duas décadas, a emergência de várias técnicas de edição genética – como o ARN de interferência ou a famosa CRISPR/Cas9 – renovou esta promessa, embora essas técnicas estejam longe da clínica. Agora, há novo furor em torno de outra técnica, em que se repetem as expressões usadas: mais precisa, eficaz e resolve os problemas da geração anterior. A nova geração de edição do genoma poderá pertencer às pontes de ARN.

Primeiro, uma breve contextualização. O alfabeto genético tem apenas quatro letras – A, C, G e T, cada uma com os seus nucleótidos (adenina, citosina, guanina e timina), que formam a informação genética. Em conjunto, constroem sílabas, palavras e frases para culminar numa enorme bíblia de três mil milhões de letras: o ADN. É aqui que tudo é definido. As sequências das tais quatro letras formam o código genético que constitui os genes. Por sua vez, os genes são responsáveis pela produção de proteínas ou enzimas, fundamentais para formar (e manter) os órgãos do nosso corpo, por exemplo.

Existem milhares de alterações genéticas que podem ser transmitidas de geração em geração e parte delas pode ser prejudicial para os humanos – daí o investimento em técnicas que podem ajudar a editar os genes.

A nova técnica de edição do genoma (ou seja, o conjunto dos genes de um organismo) promete um mecanismo mais simples e exacto para inserir, substituir ou remover longas sequências de ADN em posições específicas deste genoma. A proposta, que foi ontem apresentada em dois artigos científicos publicados na revista *Nature*, traz consigo mais uma recombinação programável guiada por uma pequena molécula de ARN, apelidada "ponte de ARN". Ou, de forma, menos palavrosa, um mecanismo que permite fazer ARN à medida, que permite introduzir ADN em locais específicos do nosso genoma. Para já, isto foi descoberto em bactérias.

Nova paragem de contextualização: o ARN não é mais do que uma molécula que nasce da transcrição da informação que está no ADN. Enquanto o ADN tem toda a informação genética, o ARN traduz essa informação para dar as ordens, por exemplo, de produzir uma certa proteína.

Como funciona o novo mecanismo apresentado na *Nature* pelas equipas de Patrick Hsu (Universidade da Califórnia, EUA) e Hiroshi Nishimasu (Universidade de Tóquio, Japão)? Os investigadores descobriram uma recombinase (uma enzima especializada em manipulação genética) específica que reconhece um tipo de ARN – a que chamaram "ponte de ARN".

Como explica José Bessa, investigador do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto, esta "ponte de ARN" é como uma chave que funciona em duas regiões: a zona do genoma em que queremos fazer mudanças e a sequência do ADN dador que queremos introduzir. Ou seja, permite a extracção e a inserção de um gene.

"O grande furor com este trabalho é que esta chave é reprogramável. Podemos substituir a sequência de reconhecimento por alguma sequência de reconhecimento homóloga", acrescenta o português. As recombinases são bastante específicas e só "trabalham" em pontos específicos do genoma. Podendo reprogramá-las, isto significa que, ao contrário de outros mecanismos, podemos inserir novas orientações e usar esta chave em diversas regiões dos genomas.

Novo mecanismo promete melhorar os resultados da edição face a ferramentas como a CRISPR/Cas9

Terceira geração? Veremos

Para os autores dos dois artigos científicos, Patrick Hsu e Hiroshi Nishimasu, este trabalho representa o início de uma terceira geração da edição genética – depois do ARN de interferência e da CRISPR/Cas9. E a promessa está lá, já que colmata as debilidades da CRISPR/Cas9, cuja eficácia na inserção de genes é reduzida.

O ARN de interferência não foi a primeira opção de edição do genoma, mas valeu a Craig Mello e Andrew Fire o Nobel da Medicina em 2006, ao descobrirem a existência de ARN que não codifica proteínas e que pode silenciar a expressão de outros ARN – inactivando as instruções dessas moléculas. Mais tarde surgiu a tal segunda geração e aquela que mais entusiasmo gerou (e continua a gerar): a CRISPR/Cas9. De início esta técnica implicava um corte no ADN para corrigir um erro, numa espécie de "tesoura molecular". As versões mais recentes conseguem substituir as "letras" do ADN que estão no sítio errado pelas "letras" certas, sem quaisquer cortes – embora, como vimos, a eficiência seja baixa.

Quanto à terceira geração da edição genética, nem todos concordam. Benjamim P. Kleinstiver, da Universidade de Harvard (EUA), afirma que não caracterizaria a descoberta desta forma. "Apesar de ser um importante avanço, é relevante colocarmos em contexto muitas outras tecnologias que têm descrito capacidades similares", diz ao PÚBLICO, apontando trabalhos de inserção de longas sequências de ARN reprogramável.

Paula Martins Lopes, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, acrescenta que Patrick Hsu esqueceu-se dos pioneiros na edição do genoma. Embora, sejam pouco usadas e tenham uma eficácia muito mais reduzida do que as outras técnicas, a utilização de nucleases (um tipo de enzimas que quebra ligações) abriu o período da edição e recombinação genética, com os ZFN e dos TALEN.

Há desafios, no entanto. Embora as ferramentas de edição genética comecem geralmente pelas bactérias, a verdade é que estas pontes de ARN só foram estudadas precisamente em bactérias. Falta perceber como se porta em células de vertebrados, mamíferos e em células humanas.

"Se tudo isto estiver correcto, este sistema cobre o que ainda não era coberto por nenhum sistema de edição genética", diz José Bessa.

Ainda há dúvidas, mas a edição genética tem ensaios clínicos em curso e uma aprovação inicial da CRISPR/Cas9 para a anemia falciforme no Reino Unido e na União Europeia.

Obra está editada em Portugal pela Assírio & Alvim e Cotovia

Prémio Camões para a densidade poética do quotidiano de Adélia Prado

A escritora mineira de 88 anos é para o júri "uma última herdeira de uma certa tradição poética em língua portuguesa". Uma "voz inconfundível" que concilia o banal com a problematização filosófica existencial

Isabel Coutinho e Isabel Lucas

Católica, natural de uma cidade de Minas Gerais chamada Divinópolis, onde nasceu em 1935, formada em Filosofia, mãe de família, dona de casa, ex-professora de Religião, Adélia Prado é uma das maiores poetas – ou poetisas – não apenas em língua portuguesa, mas deste tempo. É também a vencedora da 36.ª edição do Prémio Camões, o mais celebrado galardão literário de língua portuguesa, no valor de 100 mil euros, foi ontem anunciado pela ministra da Cultura, Dalila Rodrigues.

A sua obra está publicada em Portugal pela Assírio & Alvim, que em 2016 lhe editou a antologia *Tudo que Existe Louvará*, e pela Cotovia, onde saíram entre 2002 e 2003 os volumes *Solte os Cachorros*, *Com Licença Poética* e *Bagagem*.

"Adélia Prado é autora de uma obra muito original, que se estende ao longo de décadas, com destaque para a produção poética. Herdeira de Carlos Drummond de Andrade, o autor que a deu a conhecer e que sobre ela escreveu as conhecidas palavras: 'Adélia é lírica, bíblica, existencial, faz poesia como faz bom tempo...'", lê-se na acta do júri, que deliberou por maioria, e para quem "Adélia Prado é uma voz inconfundível na literatura de língua portuguesa."

Devota, provocadora, irónica, hábil no modo como trata as palavras a que chama coisas, joga de forma humorística com o modo como muitos olham a sua biografia e confundem com o *cliché* da poeta/mulher/beata. "Um homem me perguntou: /o que você pensa de sexo?/ Uma das maravilhas da criação, eu respondi./ Ele ficou atrapalhado, porque confunde as coisas/ e esperava que eu dissesse maldição, só porque antes lhe confiara: o destino do homem é a santidade." Este é o início de *Entrevista*, integrado na antologia *Tudo o Que Existe Louvará* (Assírio & Alvim).

Estamos perante um perfil singular, que se construiu longe da grande cidade, ou, como se costuma dizer, do país, afastada do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, que vai ditando as grandes tendências e nomes na literatura brasileira. No Brasil, já fora galardoada com prémios tão importantes como o Jabuti e o Machado de Assis. Agora, aos 88 anos, surge o reconhecimento pelo júri do Prémio Camões, e Adélia Prado junta o seu nome a outros 35 autores de língua portuguesa distinguidos pela obra de uma vida.

DR

Adélia Prado lançará no Brasil, ainda este ano, um novo livro com título provisório *Jardim das Oliveiras*

Afirmação de uma voz

Não é a primeira vez que Adélia Prado aparece entre os nomes propostos para o Prémio Camões. E, neste ano, "foi entendimento do júri que importava fazer justiça e fazer, de algum modo, a consagração de um percurso literário com mais de cinco décadas", explica ao PÚBLICO a académica e membro do júri Isabel Cristina Mateus. Adélia Prado tem uma obra com "uma extensão notável", repartida por diferentes géneros, mas a atribuição do prémio foi feita "sobretudo por razões de ordem literária" e "pela valorização do património literário e cultural português".

> "A figura do paradoxo é talvez aquela que mais define a escrita poética de Adélia Prado"

"Adélia Prado é uma última herdeira de uma certa tradição poética em língua portuguesa, que vem das gerações modernistas", acrescenta a académica, que lembra não ter sido por acaso que Drummond de Andrade lhe reconheceu o talento ainda antes de ela publicar *Bagagem*.

Logo na apresentação desse livro, a escritora contou com o apoio de Clarice Lispector, Guimarães Rosa e António Houaiss. "Enfim, todas essas razões pesaram. Depois, também a afirmação de uma voz, autoral e singular, cujo timbre se nos afigura inconfundível por ser uma mistura heterodoxa e provocadora, entre uma forte espiritualidade – eu chamo-lhe espiritualidade mais do que propriamente religiosa –, uma ousadia e uma iconoclastia verbal."

Outra das razões que pesaram na atribuição do prémio foi a "singular aliança entre o banal e o transcendente" que existe na sua obra e tratar-se de "um olhar feminino que confere densidade poética ao quotidiano", que dá densidade às pequenas coisas, aos gestos, às rotinas, à vida de província, a rituais como a missa. E que, acrescenta a académica, consegue conciliar o banal e o quotidiano com a problematização filosófica existencial. "Eu diria que a figura do paradoxo é talvez aquela que mais define a escrita poética de Prado. Além de conciliar uma tradição mística que vem da tradição europeia, ocidental, com uma linguagem que o próprio José Tolentino Mendonça [poeta e cardeal, que com Miguel Cabedo e Vasconcelos assina o prefácio de *Tudo que Existe Louvará*] já classificou como escandalosamente erótica."

Com o prémio este ano do lado de Portugal, além de Isabel Cristina Mateus, professora associada da Universidade do Minho, também representou o júri por Portugal a professora catedrática aposentada da Universidade Nova de Lisboa Clara Crabbé Rocha. Do lado brasileiro participaram Cleber Ranieri Ribas de Almeida, professor associado da Universidade Federal do Piauí, e Deonísio da Silva, professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos; em representação dos países africanos de língua oficial portuguesa estiveram os académicos moçambicanos Francisco Noa, professor da Universidade Eduardo Mondlane, e Dionísio Bahule, professor da Universidade Pedagógica de Maputo.

Numa entrevista em 2014 ao programa brasileiro *Roda Viva*, da TV Cultura, Adélia Prado considerou que falar de Deus em poesia incomoda muita gente. "Mas se eu fosse ateia ou agnóstica, eu faria poesia do mesmo jeito. Porque acredito na minha vocação, sou poeta. Mas eu faria outra poesia. Não é a fé que me faz fazer poesia. A fé é constitutiva da minha experiência humana, então necessariamente ela aparece na poesia."

A poesia de Adélia Prado é autobiográfica. Ela mesma o afirmou. O quotidiano, a casa, o campo, o corpo, o amor, as paixões – metafísicas, corpóreas –, o feminino nas suas múltiplas relações com o mundo, e também Deus e o divino estão entre os temas centrais da sua obra. Já disse que o que detona a sua poesia é o susto e o espanto que tem diante da vida. A sua formação em Filosofia terá ajudado a que transpusesse para a poesia as indagações essenciais sobre o que é isso de existir, nunca se coibindo da provocação: "Os escritores são insuportáveis/ menos os sagrados", e fazendo disso, em simultâneo, coisa séria e jocosa. Noutro poema, disseca a afirmação, assim, em maiúsculas: "PUXA VIDA! VAI SER ARTISTA ASSIM NO INFERNO!", e, ao longo do poema, a exclamação acaba por se tornar pergunta.

Adélia Prado carrega na sua obra um preconceito: o de ser uma mulher que escreve sobre coisas tantas vezes consideradas em desuso. Entre elas, a crença em Deus, o doméstico – que quase nunca se rebela mas que na sua obra é dissecado, muitas vezes nos seus absurdos. Fala muitas vezes da alegria da existência, dos lugares-comuns, ainda que considere o sofrimento essencial e uma "condição de mais consciência".

Chamaram-lhe provinciana e ela terá respondido que há em Divinópolis o mesmo que em Tóquio. Ou seja, a vida, esse quotidiano que lhe fornece todas as perguntas de que nasce a sua escrita. Até agora foram nove livros de poesia, o último, *Miserere*, em 2013, nove de prosa, e seis antologias. Em todos estão o sexo, a morte e Deus. E também o tanque de lavar. No final de 2023, anunciou no Brasil a publicação neste ano de um novo livro, que tem como título provisório *Jardim das Oliveiras*.

Público
P
LEVOIR
BUD CIRCUS

O que é isso de sustentabilidade quando falamos de festivais?

VERA MARMELO/CORTESIA FESTIVAL NASCENTES

Nascentes, Azores Burning Summer e Salva a Terra: três festivais de pequena dimensão com a sustentabilidade no seu centro. Não vão mudar o mundo, navegam contra a corrente. Pode ser um bom princípio

Mário Lopes

A palavra tornou-se uma urgência, tendo em conta as consequências dramáticas das alterações climáticas e os padrões de consumo das sociedades industriais capitalistas em que vivemos. A palavra tornou-se um chavão, usado e abusado em campanhas de qualquer evento ou marca, quer os conscientes da sua responsabilidade social, quer os que pretendem extrair prestígio e benefícios comerciais da imagem de benfeitores do ambiente – ou ambas.

Sustentabilidade é a palavra. Todos a conhecem. Ouvimo-la diariamente, nos mais diversos contextos. A música, ou melhor, os festivais de música, não fogem à regra. Todos declaram a sua preocupação com as questões ambientais e a sua responsabilidade ecológica. Alguns, porém, fazem dessa dimensão uma componente central da sua existência. É o que acontece com o Salva A Terra, na aldeia de Salvaterra do Extremo, em Idanha-a-Nova, que arranca hoje e se prolonga até dia 30, com o Nascentes, na aldeia das Fontes, em Leiria (3 a 7 de Julho) ou com o Azores Burning Summer, na Praia dos Moinhos, em Porto Formoso, na ilha açoriana de São Miguel (30 e 31 de Agosto).

Todos eles, não por acaso festivais de pequena dimensão, promovendo uma relação estreita com a comunidade humana e o espaço natural em que se inserem e que, idealmente, não se esgotam nos dias de fruição musical. Através da prática diária na sua produção, montagem, logística e programação, pretendem ser exemplo de vivência sustentável real. Um sinal de futuro, movendo-se contra-corrente à ideologia ainda predominante, a do crescimento infinito baseado numa sede insaciável de consumo. O que se manifesta tanto na política global de um município do nosso interior rural, como é Idanha-a-Nova, como no microcosmos das Fontes.

"Uma coisa que o Nascentes promove é uma relação muito próxima com as pessoas", diz Gui Garrido, director artístico e produtor do Nascentes, festival que, depois de um ano zero em 2021, conhecerá em Julho a sua terceira edição, acolhendo um mundo inteiro de sons em vários espaços da aldeia de 200 habitantes – há concertos em eiras, adegas, no largo da capela, na horta ou, claro, na emblemática nascente do rio Lis. Em cartaz, os sul coreanos Haepaary, os iemenitas El Khat, o sírio Rizan Said, os brasileiros Rastafogo, os bascos Verde Prato, o encontro entre Cabo Verde e a Amazónia dos Arapucagongon ou os portugueses 5ª Punkada, acompanhados pelo Coro das Fontes.

No festival, de entrada gratuita, músicos, público e habitantes encontram-se e partilham. "A Irene e o Fernando que te levam a ver a sua pequena horta, vais beber um copo de abafado na adega do Nharro, vais ao Caricas e ainda levas uns ovos", conta Gui Garrido. Tem casa na aldeia e testemunha como muitos retiram sustento da terra, vê o trabalho e a paciência que implica cuidar dela. Torna-se-lhe assim claro como temos vindo a viver, natureza e ser humano, em ritmos conflituantes. "A natureza regenera-se a uma velocidade muito diferente daquela em que estamos a viver".

Trata-se, efectivamente, de uma verdadeira partilha. O conhecimento do espaço natural local é aproveitado para montar um Nascentes o menos intrusivo possível: as baias de segurança e o mobiliário efémero, por exemplo, é feito com matéria reutilizável, como as costaneiras de madeira. A venda de garrafas de água está proibida, mas há vários bebedouros disponíveis, o plástico está, na sua maior parte, interdito, e até o *site* do festival está alojado num servidor de energias renováveis. "A verdade é que o envolvimento comunitário e o encontro de diferentes pessoas que proporciona, esse conhecimento mútuo, tem um impacto que se traduz ao longo de todo o ano, quer na premissa da reutilização de materiais, quer noutras questões em que o discurso [na aldeia] tem mudado, como a igualdade de género ou a literacia", aponta Gui Garrido. "Muitas vezes descura-se que ter boas condições de trabalho e ter boas condições humanas também faz parte da sustentabilidade".

Defender que causas?

Avançando 200 quilómetros para o interior português, temos Idanha-a-Nova. É neste município que encontramos, por exemplo, o Boom, festival de grandes dimensões que atrai a cada dois anos dezenas de milhares de todo o mundo, e que é um exemplo amplamente reconhecido no que aos cuidados de sustentabilidade diz respeito (a próxima edição terá lugar em 2025). Já hoje, porém, terá o Salva a Terra, que leva à aldeia de Salvaterra do Extremo uma programação musical assente em músicas tradicionais e suas renovações, dos portugueses Retimbrar aos afegãos Taranum Ensemble, passando, claro pela Adufeiras de Idanha-a-Nova (o adufe é o instrumento emblemático da região). Além da música, sessões de cinema, instalações, *workshops* de música e de gastronomia ou caminhadas pelo espaço envolvente – nas quais a entrada é gratuita, mas as receitas de venda de *merchandise* revertem para o Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco.

"É um festival que vimos fazendo há alguns anos, em pleno Parque Nacional do Tejo Internacional, um encontro de música e de cultura, valorizando a aldeia e o seu património humano, valorizando estes valores naturais", diz ao PÚBLICO Armindo Jacinto, presidente da Câmara de Idanha-a-Nova.

"São eventos importantes para, através das actividades culturais, chamar a atenção para estas causas." As causas de que fala Armindo Jacinto, líder de um município que é uma bio-região distinguida em 2023, pela Comissão Europeia, como a melhor da Europa, são a agricultura biológica, a economia de circuitos curtos, reduzindo os intermediários entre produtores e consumidores, as boas

VERA MARMELO/CORTESIA FESTIVAL NASCENTES

AZORES BURNING SUMMER

AZORES BURNING SUMMER

Na página da esq.: Festival Nascentes na aldeia das Fontes, em Leiria (3 a 7 de Julho).
Em cima, Azores Burning Summer, na ilha açoriana de São Miguel (30 e 31 de Agosto).
E o Salva A Terra, na aldeia de Salvaterra do Extremo, em Idanha-a-Nova (arranca hoje)

práticas de ecossistema para minimizar os efeitos das alterações climáticas.

A concretização destas práticas foi ensombrada, recorde-se, pela revelação, numa reportagem do PÚBLICO de Setembro de 2023, da deficiente implementação, com resultados aquém do planeado, do programa "Recomeçar", criado com o objectivo de fazer de Idanha-a-Nova o "primeiro Silicon Valley verde do mundo"

Uma visão mais ampla

A ideia de Filipe Tavares era celebrar aquele espaço "muito bonito, com uma natureza exuberante", à qual tinha uma profunda ligação emocional. "Eu e a minha geração passámos lá grandes momentos e muito da minha relação com a música e conhecimento musical passou por aquela praia, durante acampamentos e convívios." Foi com essas memórias no pensamento que pensou em juntar a música à paisagem natural. Em 2015 nascia o Azores – Burning Summer, festival que este ano cumpre, dias 30 e 31 de Agosto, a sua décima edição, apresentando na Praia dos Moinhos, em Porto Formoso, na ilha açoriana de São Miguel, um cartaz onde se incluem nomes grandes da música cabo-verdiana, como Mayra Andrade e os históricos Princezito e Ferro Gaita (Cabo Verde, "arquipélago irmão atlântico", como diz Filipe Tavares, é o país homenageado na primeira noite) e também Moullinex, Xinobi, Da Chick ou Adrian Sherwood + Ghetto Priest.

Hoje, o Burning Summer apresenta-se, como lemos na sua página oficial, como "Eco Festival". A vertente ecológica, tendo em conta o contexto e o local em que o festival se realiza, era visto por Filipe Tavares como uma inevitabilidade, algo que não precisava de ser explicado ou destacado. Aquela primeira edição, em 2015, mostrou que talvez não fosse exactamente assim. "Na primeira edição chocou-me a atitude das pessoas. Os cigarros, os copos de plástico descartáveis, estávamos a celebrar um local lindíssimo e não gostámos nada do resultado, quanto à poluição." A partir daí, a questão ambiental passou a estar no centro das preocupações. "Quisemos amplificar a ideia de um festival que aplica práticas ecológicas e sensibilizar outras associações e os agentes políticos para o que aqui fazemos." Filipe Tavares não se refere apenas à redução da pegada ecológica nos dias em que o festival se realiza. Pensar e contribuir para a questão ambiental exige uma visão mais ampla.

"Quando falamos em sustentabilidade, falamos na dimensão ambiental, social e económica, sendo que a ambiental é que sustenta as demais. Uma péssima situação ambiental resulta em péssimos resultados económicos e, no limite, torna impossível a existência social." Daí a preocupação em dar retorno à comunidade em seu redor, trabalhando com fornecedores locais – "80% do nosso orçamento dirige-se a empresas e profissionais dos Açores" –, ou desenvolvendo acções paralelas, como o programa Habitat, dirigido a crianças e jovens e centrado no conhecimento e no convívio próximo com o vasto oceano que as rodeia, "no sentido de sentido de desenvolver o sentimento de pertença dessas crianças ao local onde vivem".

Propostas ao Governo

O que é, afinal, um festival sustentável, ou eco-responsável? "É um evento que desde que começa a ser pensado integra a preocupação de minimizar ao máximo os impactos que pode ter", explica Susana Fonseca, da associação ambientalista Zero. Nisso inclui-se, obviamente, a minimização ao máximo do seu impacto ambiental no momento e no recinto, mas também a redução das cadeias de transmissão, privilegiando fornecedores locais, a escolha do local, a preocupação com o acesso, dando primazia aos transportes públicos, a existência de pontos de água, o recurso a energias renováveis, a prevenção de desperdícios alimentares ou a separação selectiva do lixo.

Esta é uma questão que a Zero, de resto, pretende ver legislada, preparando-se para propor ao Governo um conjunto de práticas obrigatórias em todos os eventos. Apesar de "grande parte dos festivais" já promoverem estas práticas, "não devemos contar com o voluntarismo dos organizadores", diz. "Determinadas regras têm de ser princípios básicos." Entre elas estão a utilização de copos verdadeiramente reutilizáveis – dado que, na maior parte das vezes, têm impressa publicidade a patrocinadores do evento, acabam por não ser verdadeiramente reutilizáveis após a realização do mesmo. Também será proposta a proibição da distribuição de brindes, um tema sensível dado que as marcas os vêem como essencial para a sua promoção nos festivais.

"A sensação que temos é que os empresários organizadores estão muito preocupados com a questão ambiental, mas à mínima resistência o ambiente fica sempre para trás", afirma. No fundo, apesar das preocupações sempre manifestadas, da omnipresença da palavra sustentabilidade, estamos perante um sistema de práticas e pensamento, enquadrado numa lógica capitalista de consumo e crescimento, difícil de combater. Um exemplo dado por Susana Fonseca é paradigmático: "Falamos por vezes com alguns organizadores de festivais que nos dizem, 'este ano recolhemos mais não sei quantas toneladas [de material para reciclagem]'. Mas isso é bom? Não deveria ser menos?".

Festivais como o Nascentes, o Azores Burning Summer, o Salvar a Terra e seus similares funcionam a uma pequena escala, mas talvez seja precisamente essa dimensão reduzida, a proximidade, o seu pensamento abrangente e transformador e a interacção que promovem entre visitantes, locais e o meio envolvente, que sinaliza uma ideia genuína de sustentabilidade.

Gui Garrido não usa o termo "sustentável" ou "eco-responsável" em relação ao Nascentes, "exactamente pelo mau uso do termo e porque assumimos as nossas fragilidades": "Sabemos que estamos a convidar muitas pessoas para um ecossistema e para um local mais complexo do que os nossos olhos vêem. Só podemos tentar existir e coexistir da melhor forma possível". Não é o Nascentes que "vai transformar o mundo", reconhece. "Há um caminho enorme a percorrer, mas estas pequenas acções são um ir contra a corrente de políticas muito maiores. E é importante ir contra a corrente". Deixa uma analogia: "O Nascentes vai fazer três anos de festival. Um carvalho com três anos tem 50 centímetros. Vai demorar 70 anos a dar sombra". É importante desacelerar, quebrar o ciclo vicioso do consumo, perceber a importância do tempo e os frutos que traz.

FOTOS: HUMBERTO ROCHA/ CORTESIA FESTIVAL SALVA A TERRA

Conhecidos os finalistas do Prémio Novos Artistas Fundação EDP

Daniel Dias

Trabalham todos, pelo menos parcialmente, em Lisboa e habilitam-se a ganhar 20 mil euros

Alice dos Reis, Evy Jokhova, Francisco Trêpa, Inês Brites, Maja Escher e Sara Chang Yan são os finalistas da 15.ª edição do Prémio Novos Artistas Fundação EDP, distinção que reconhece os melhores talentos emergentes portugueses, ou a trabalhar em Portugal, na área das artes plásticas e visuais. O júri, constituído por Catarina Rosendo (historiadora de arte), Luís Silva (co-director da Kunsthalle Lissabon) e Sérgio Mah (director adjunto do Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia, MAAT, instituição tutelada pela Fundação EDP), avaliou mais de 800 candidaturas para escolher estes seis nomes, que em 2025 participarão numa exposição colectiva no MAAT. O vencedor do Prémio Novos Artistas Fundação EDP, que será revelado só no próximo ano e no contexto da exposição, recebe 20 mil euros.

Alice dos Reis é artista visual e realizadora. Nasceu em 1995, em Lisboa, e trabalha entre a capital e Amesterdão (Países Baixos). Já mostrou os seus filmes em festivais como o Doclisboa, o IndieLisboa, o Curtas Vila do Conde e o Sheffield DocFest, em Inglaterra. Já integrou várias exposições individuais e colectivas, em espaços como o Museu de Serralves, a Galeria Municipal do Porto, as Galerias Municipais de Lisboa, a Kunsthalle Lissabon, o Palais de Tokyo (Paris), o pólo turinês da Gallerie d'Italia, o Eye Filmmuseum (Amesterdão) ou a instituição Canal Projects, em Nova Iorque. Venceu o prémio de fotografia Novo Banco Revelação em 2019.

Evy Jokhova é uma artista cujo trabalho, lê-se na sua nota biográfica, explora os "diálogos e relações entre a antropologia social, a arquitectura, a filosofia e a arte", dividindo-se entre desenho, escultura, instalação, som, vídeo, *performance*. Nasceu em 1984, na Suíça, e trabalha entre Lisboa e Talin, na Estónia. Em Novembro de 2022, iniciou uma trilogia de exposições individuais, *Três Cores* (ou *Three Colours*), apresentando a primeira mostra, *Green* ("Verde"), na galeria 3+1, em Lisboa. A segunda parte, *Sombra*, foi inaugurada em Junho do ano passado na Galeria Municipal de Arte de Almada. Jokhova é, desde há dez anos, a força motriz do projecto de pesquisa colaborativa Allotment, que "explora as relações sociais e as políticas culturais por meio da comida".

Francisco Trêpa (n. 1995) é artista visual. Já expôs internacionalmente em mostras colectivas. Os seus trabalhos individuais têm sido sempre acolhidos por espaços lisboetas. *Flor-Cadáver*, a sua exposição mais recente, esteve patente na Galeria Foco entre 4 de Abril e 12 de Maio. Trêpa já se apresentou também na galeria Cabanamad, no Museu Nacional de História Natural e da Ciência e no Museu Bordalo Pinheiro.

Inês Brites nasceu em Coimbra, em 1992, mas reside em Lisboa. Trabalha com a escultura e a instalação. As suas exposições individuais mais recentes incluem *Estrela-lágrima*, na 3+1 (2024), e *Interroguei os Espíritos dos Corredores*, na livraria da Galeria Zé dos Bois (2023). "Usando técnicas pouco ortodoxas, a artista questiona o significado dos objectos, analisando o impacto destes corpos no indivíduo, na sociedade e na cultura, através das memórias do nosso quotidiano e intimidade", lê-se na sinopse de *Estrela-lágrima*.

DR

Da esq. para a dir.: Francisco Trêpa, Maja Escher e Inês Brites (em cima); Sara Chang Yan, Evy Jockova e Alice dos Reis

Maja Escher nasceu em Santiago do Cacém, em 1990, e vive e trabalha entre Lisboa e Odemira. Cria instalações a partir de um processo que envolve "desenhos, objectos encontrados, dinâmicas colaborativas e métodos de trabalho de campo". Tem-se apresentado sobretudo em Lisboa, mas também em São Luís, Montemor-o-Novo e, no âmbito de mostras colectivas, Madrid. *Pedras de Raio*, a sua exposição mais recente, esteve entre Fevereiro e Abril na galeria Monitor, em Lisboa.

Sara Chang Yan trabalha entre Lisboa, onde nasceu em 1982, e os Açores. O desenho é a disciplina principal da sua prática, que frequentemente se traduz na criação de instalações. Já há nove anos vencera a primeira edição do Prémio de Artes Visuais para Jovens Criadores, uma distinção trienal criada pela Fundação Calouste Gulbenkian. Já expôs na galeria Madragoa, onde apresentou as mostras individuais *Estar em P* (2022), *Um Plano Tangível e Infinito* (2018) e *Escuto o Silêncio, Fala Inteiro e com Precisão* (2016). Também já expôs no Arquipélago — Centro de Artes Contemporâneas, na Ribeira Grande, e em Lyon (na galeria La BF15).

Curtas Vila do Conde com "autores que fazem escolhas"

Jorge Mourinha

"Autores que fazem escolhas": é assim que Mário Micaelo, um dos responsáveis máximos do Curtas Vila do Conde, descreve a "essência" da 32.ª edição do festival, a decorrer de 12 a 21 de Julho. As "escolhas" de que Micaelo fala não são apenas "mostrar filmes"; trata-se de "pôr os realizadores em contacto com o público" e, nesse processo, levá-los a entrar num jogo de enquadramento do seu cinema, em conversas abertas ao público e "cartas brancas" de filmes escolhidos que revelem aos espectadores as origens e as influências da sua obra.

Aqui se cruzam os jovens realizadores do futuro (Isadora Neves Marques, Inês Lima, Daniel Soares, David Pinheiro Vicente) com os que passam agora ao patamar seguinte (Diogo Costa Amarante) e com cineastas internacionais que percorrem trilhos paralelos (Laura Ferrès, Alberto Vázquez, Bertrand Mandico, Yorgos Zois). Mário Micaelo pretende manter "um espírito de renovação", com a equipa de programação a ter escolhido 239 filmes entre as mais de 6500 obras submetidas à organização.

O programa competitivo propõe este ano 17 títulos na Competição Nacional, incluindo várias das curtas portuguesas já exibidas — e, em alguns casos, premiadas — internacionalmente em 2024. De Cannes, vêm *As Minhas Sensações São Tudo o que Tenho para Oferecer*, de Isadora Neves Marques (Semana da Crítica), *O Jardim em Movimento*, de Inês Lima (Quinzena dos Cineastas), e *Mau por um Momento*, de Daniel Soares (que recebeu uma menção especial na competição oficial de curtas-metragens). O Curtas estreará ainda em Portugal *Percebes*, de Alexandra Ramires e Laura Gonçalves, vencedor do prémio máximo do formato curto no festival de animação de Annecy.

Outros títulos a reter são *Os Caçadores*, a nova curta de David Pinheiro Vicente (*Onde o Verão Vai*); *Penélope*, dirigido pela actriz Margarida Vila-Nova; *Grito*, de Luís Costa (*O Homem Eterno*, *O Nosso Reino*); e *Sara, Manuel e João*, "prova de vida" de um dos mais raros cineastas portugueses, Pedro Caldas.

"Cartas brancas"

A 32.ª edição do Curtas inaugura na noite de sexta-feira, 12, com um cine-concerto onde João Gonzalez interpretará ao vivo a música que compôs para as suas curtas-metragens, entre as quais *Ice Merchants*, nomeada para o Óscar em 2023. No primeiro fim-de-semana, exibir-se-ão igualmente duas longas-metragens portuguesas: sábado, 13, será *Estamos no Ar*, de Diogo Costa Amarante (estreado em Roterdão e presente no IndieLisboa, com estreia comercial prevista para Outubro); na tarde de domingo, *A Pedra Sonha Dar Flor*, que Rodrigo Areias adaptou de *Húmus* de Raul Brandão, será mostrado em "cine-concerto" no âmbito da secção Stereo com Dada Garbeck a interpretar ao vivo a banda-sonora do filme.

Na secção New Voices apresentar-se-ão dois jovens directores europeus: a catalã Laura Ferrés, de quem será exibida a longa de estreia *La Imatge Permanent*, estreada em Locarno 2023; e o grego Yorgos Zois, cujo *Arcadia* foi uma das revelações de Berlim 2024, que trará as suas duas longas-metragens e uma integral das suas curtas.

Filme de Isadora Neves Marques estreou-se na Semana da Crítica de Cannes 2024

Como também já anunciado, o artista e escritor britânico Morgan Quaintance, vencedor por duas vezes da Competição Experimental, apresentará na galeria Solar a instalação inédita *Efforts of Nature IV*, com inauguração a 13 de Julho; e terá igualmente um programa com as suas curtas de artista, acompanhado por uma "carta branca" das suas influências e inspirações. Aliás, a ausência este ano da secção Cinema Revisitado, dedicada ao cinema clássico ou restaurado, é "compensada" pelas cartas brancas que o festival propôs aos realizadores convidados, onde serão exibidas obras de Marguerite Duras, Federico Fellini, Jean-Luc Godard, Peter Tscherkassky, Shuji Terayama ou Tran Anh Hung.

Visita dos imperadores do Japão termina hoje
Durante três dias, Carlos III foi o anfitrião do imperador Naruhito e da sua mulher, Masako, que em jovens estudaram em Oxford. Foi a primeira visita de Estado depois de conhecido o diagnóstico de cancro do monarca britânico. No jantar de anteontem, Carlos enalteceu a cultura nipónica e Naruhito as relações entre os dois países.

Porque fazem os recém-nascidos o teste do pezinho?

O rastreio, feito a partir do terceiro dia de vida, permite diagnosticar 28 patologias ainda antes de se manifestarem sintomas, e há espaço para se incluírem novas doenças, dizem especialistas

Inês Duarte de Freitas

O rastreio neonatal faz-se há mais de 40 anos e veio revolucionar os cuidados materno-infantis em Portugal, onde é informalmente baptizado por "teste do pezinho". Mas porque se faz este tipo de diagnóstico precoce e que doenças podem ser detectadas? São testadas 28 patologias e há sempre espaço para evolução, respondem especialistas ao PÚBLICO, a propósito do Dia do Rastreio Neonatal, que se assinala amanhã.

A primeira ficha do Programa Nacional de Diagnóstico Precoce é de 14 de Maio de 1979. Só no primeiro trimestre, foram "estudados 20.575 recém-nascidos" no âmbito do Programa Nacional de Rastreio Neonatal (PNRN), segundo dados do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (Insa) – menos 490 do que no mesmo período de 2023, ano em que foram feitos 85.764 testes. Ao longo destas quatro décadas, já foram diagnosticadas mais 2600 doenças raras em mais de quatro milhões de bebés.

Quando surgiu, o teste do pezinho incluía só o rastreio da fenilcetonúria mas, com o passar tempo, as doenças rastreadas foram aumentando, incluindo patologias hereditárias do metabolismo, atrofia muscular espinal ou fibrose quística. "É importante sobretudo para diagnosticar doenças genéticas, antes que estas tenham manifestações clínicas, o que melhora o prognóstico", contextualiza a pediatra Laura Marques, responsável pela Unidade de Infecciologia e Imunodeficiências da Unidade Local de Saúde de Santo António, no Porto.

Apesar de este não ser um rastreio obrigatório, a pediatra Marta Ezequiel, do Centro do Bebé, em Lisboa, não tem dúvidas que "a adesão é superior a 99%" entre os pais, já que as "vantagens são claras". E detalha: "O tratamento precoce permite evitar, nas crianças rastreadas, atraso mental, situações de coma e alterações neurológicas ou metabólicas graves e definitivas."

Isto porque muitas das doenças rastreadas, como o hipotiroidismo congénito, começam a manifestar-se logo após o nascimento, daí que o teste do pezinho tenha de ser feito entre o terceiro e o sexto dias de vida. Não pode ser realizado antes disso, uma vez que o bebé tem ainda em circulação "material materno", o que poderá afectar a fiabilidade do teste, explica Laura Marques.

É também por volta do terceiro dia que a mãe deixa de produzir colostro e passa a amamentar o bebé com o leite materno, lembra a enfermeira neonatal Carmen Ferreira. "Se o bebé tiver intolerâncias ou doenças metabólicas, conseguimos detectar quando começa a beber leite e ajudamos a tomar decisões atempadas", diz.

Normalmente, a execução deste tipo de rastreio fica a cargo dos enfermeiros nos centros de saúde e Carmen Ferreira explica que, na prática, são apenas necessárias quatro gotas de sangue para preencher a folha do teste. Para facilitar o processo e reduzir o incómodo, a especialista sugere que o bebé esteja relaxado. "O melhor é estar com o bebé ao colo ou a fazer sucção. A amamentação tem efeito de analgesia e é recomendada para procedimentos neste contexto", aconselha, lembrando que as mesmas dicas se aplicam, mais tarde, à administração das vacinas.

Apesar de, transversalmente, o rastreio ser feito com uma colheita de sangue do pé do bebé não é obrigatório que assim seja. "Fazemos assim porque é mais cómodo para o recém-nascido", justifica Laura Marques. "É uma zona bastante valorizada e permite que a colheita seja toda feita apenas com uma ou duas picadas", acrescenta Marta Ezequiel.

MANUEL ROBERTO

Mais de quatro décadas depois da sua implementação, foram diagnosticadas 2600 crianças com doenças raras

A Associação Portuguesa de Doentes com Imunodeficiências Primárias acaba de lançar uma petição pública para incluir estas patologias no teste do pezinho

Testar mais patologias

Feita a colheita, todos os testes do país são enviados para análise na Unidade de Rastreio Neonatal, Metabolismo e Genética do Insa. "Sempre funcionou assim e temos bons resultados", assevera Laura Marques. Passadas três semanas, os resultados podem ser consultados na Internet com um código de barras fornecido no momento do teste e, caso haja alguma anormalidade, os bebés são convocados para repetir o teste. "É muito importante que os pais tenham actualizados os seus contactos", recorda Carmen Ferreira.

E ainda que tenham sido apenas 2600 crianças diagnosticadas em mais de 40 anos, as três especialistas sublinham a importância da evolução do teste do pezinho estar permanentemente em aberto – em 2021, por exemplo, passou-se a incluir a drepanocitose e já foram diagnosticados 118 casos, de acordo com o Insa. A Associação Portuguesa de Doentes com Imunodeficiências Primárias tem também tentado incluir estas patologias no teste do pezinho e acaba de lançar uma petição pública, para já apenas com 195 assinaturas – tem de ter no mínimo mil.

A pediatra Laura Marques defende que o laboratório do Insa está preparado para incluir esta patologia no rastreio, uma vez que o mecanismo usado "é igual ao que se recorre para diagnosticar a atrofia espinhal", o que permite "não aumentar os custos" nacionais com o teste do pezinho. O objectivo é incluir apenas o rastreio à imunodeficiência combinada grave, que se dá "quando o bebé nasce sem defesas nenhumas", esclarece.

Se a patologia for rastreada no teste do pezinho, a criança poderá ser tratada antes de apresentar sintomas, pois são necessários alguns meses para esta se manifestar. "O bebé nasce com as defesas que lhe foram passadas pela mãe durante a gravidez, mas, à medida que é exposto ao ambiente tem de produzir as suas defesas. Estas crianças não conseguem fazê-lo e acabam por desenvolver infecções graves", explica, detalhando que a imunodeficiência combinada grave resulta de um erro genético, "que leva a que os linfócitos T [responsáveis pelas respostas antivirais] não se desenvolvam".

A única cura para a imunodeficiência combinada grave é o transplante de medula, que pode ser feito de imediato se os bebés forem diagnosticados no teste do pezinho. "São poucas gotinhas de sangue, mas são preciosas", termina Laura Marques.

Guia

Cinema

Um Lugar Silencioso: Dia Um

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em cinecartaz.publico.pt

Lisboa

Cinema City Alvalade
Av. de Roma, 100. T. 214221030
Onde Está o Pessoa? 20h15; **Dalíland** M12. 15h15; **Ainda Temos o Amanhã** M14. 21h35; **O Clube dos Milagres** M12. 13h15, 15h, 16h35, 18h25; **O Sabor da Vida** M12. 19h10; **Manga d'Terra** M14. 19h35; **A Quimera** M12. 21h30; **Comandante** M14. 17h10; **Bolero** M12. 16h50; **Soma das Partes** 15h10; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h25, 15h30, 17h35 (VP), 13h20, 19h40 (VO); **Hammarskjöld - Luta Pela Paz** M12. 21h45; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 13h25; **A Besta** M14. 21h40

Cinema City Campo Pequeno
Centro de Lazer. T. 214221030
Dalíland M12. 13h40, 22h10; **Profissão: Perigo** M12. 21h20; **O Clube dos Milagres** M12. 13h50, 15h45, 17h45, 19h35, 21h25; **Garfield: O Filme** M6. 15h40, 17h50, 20h (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 15h50, 19h15, 21h35; **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 13h40 (VP); **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h25, 17h30; **The Bikeriders** M14. 15h10, 21h30; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 19h50; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h20, 15h20, 16h, 17h25, 18h30, 19h20, 21h40 (VP), 13h15, 15h30, 17h35, 19h40, 21h45, (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h40, 15h40, 17h40, 19h30, 21h50

Cinema Fernando Lopes
Cp. Grande. T. 217515500
Soma das Partes M12. 19h30; **A Besta** M14. 21h

Cinema Ideal
Rua do Loreto, 15/17. T. 210998295
A Quimera M12. 14h, 16h30, 21h15; **À Mesa da Unidade Popular** M12. 19h

Cinemas Nos Alvaláxia
R. Francisco Stromp. T. 16996
Challengers M12. 13h10, 16h05, 19h, 22h; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 14h, 17h30, 20h40; **O Clube dos Milagres** M12. 13h35, 16h20, 18h45, 21h20; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 14h10, 17h20, 20h30; **Garfield: O Filme** M6. 13h30, 16h, 18h30 (VP); **Assassino Profissional** M12. 20h50; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h10, 15h40, 18h15, 21h; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h20, 15h20, 17h40, 19h45, 21h55; **O Exorcismo** 21h15; **Soma das Partes** M12. 13h40, 15h20, 17h10, 19h; **The Bikeriders** M14. 13h50, 16h30, 21h50; **Época de Caça** M12. 13h15, 15h30, 18h; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h40, 16h10, 18h40 (VP), 19h20, 21h40 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. Sala Atmos - 13h25, 15h50, 18h20, 21h30; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 21h10

Cinemas Nos Amoreiras
C.C. Amoreiras. Av. Engº Duarte Pacheco.
Uma Vida Singular 16h10; **Challengers** M12. 21h20; **O Clube dos Milagres** M12. 13h30, 15h40, 18h; **Garfield: O Filme** M6. 14h, 16h30, 18h55 (VP); **Assassino Profissional** M12. 20h40; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h20, 16h, 18h30, 21h; **Época de Caça** M12. 19h20, 21h40; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h20, 15h50, 18h10 (VP), 18h40, 21h10 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h10, 15h30, 19h, 21h30; **A Besta** M14. 13h10, 16h15; **A Doce Costa Leste** M14. 20h30

Cinemas Nos Colombo
Edifício Colombo, loja A203. Av. Lusíada.
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 20h50, 24h; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 21h10, 23h30; **Garfield** M6. 13h30, 16h, 18h30 (VP); **Assassino Profissional** 13h10, 16h20; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 12h50, 15h40, 18h30, 21h30, 00h10; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 20h40, 23h; **O Exorcismo** 13h50, 16h30, 19h20, 21h50, 00h25; **The Bikeriders** M14. 14h, 17h, 20h30, 00h30; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h20, 15h50, 18h20; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h, 15h30, 18h10 (VP), 19h, 21h20, 23h40 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. Imax - 13h40, 16h10, 18h50, 21h40, 00h20

Cinemas Nos Vasco da Gama
C.C. Vasco da Gama, Parque das Nações.
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 21h40; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 20h50; **Garfield: O Filme** M6. 11h10, 14h, 17h (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h15, 15h50, 18h30, 21h15, 24h; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h50, 16h30; **O Exorcismo** 21h05, 23h30; **The Bikeriders** M14. 13h20, 16h15, 18h50; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 10h50, 13h25, 16h, 18h35 (VP), 19h, 21h25, 23h50 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. Sala Atmos - 13h30, 16h10, 18h40, 21h10, 23h40

Cinemateca Portuguesa
R. Barata Salgueiro, 39. T. 213596200
Ice 21h30; **Liberdade para José Diogo** 19h; **Exército Vermelho Unido** M16. 15h30; **La Belle Journée** 18h30;

Medeia Nimas
A Besta M14. 16h30; **A Doce Costa Leste** M14. 19h30; **A Sede do Mal** M12. 21h30; **Nostalgia** 14h;

Estreias

Gru - O Maldisposto 4

De Chris Renaud, Patrick Delage. Com Steve Carell (Voz), Kristen Wiig (Voz), Joey King (Voz), Will Ferrell (Voz), Sofía Vergara (Voz). EUA. 2024. 95m. Animação, Comédia. M6.
Com a família ao seu lado, Gru sente-se realizado como nunca imaginara possível. Mas tudo se complica quando vem a saber que Maxime Le Mal, seu inimigo mortal, acabou de escapar da prisão com intenções de o destruir

O Clube dos Milagres

De Thaddeus O'Sullivan. Com Maggie Smith, Laura Linney, Kathy Bates, Agnes O'Casey, Stephen Rea. IRL/GB. 2023. 90m. Comédia Dramática. M12.
Irlanda, finais da década de 1960. Lily, Eileen e Dolly são amigas de longa data e partilham um sonho: visitar o santuário de Lourdes, nos Pirenéus franceses. Quando descobrem que um concurso de talentos organizado pela igreja tem como prémio uma excursão ao local, decidem concorrer.

Um Lugar Silencioso: Dia Um

De Michael Sarnoski. Com Joseph Quinn, Djimon Hounsou, Alex Wolff. EUA. 2024. 100m. Terror. M14.
Prequela de "Um Lugar Silencioso" (2018), este filme apocalíptico tem início no dia em que a Terra foi invadida por criaturas alienígenas que quase extinguiram a vida no planeta ao usar a sua audição extraordinariamente sensível para caçar.

A Besta

De Bertrand Bonello. Com Léa Seydoux, George MacKay, Guslagie Malanda. FRA. 2024. 146m. Drama. M14.
A acção decorre em três períodos: nos anos 1910, 2014 e 2044. Em 2044, Gabrielle vive num mundo gerido pela inteligência artificial, onde existe uma tecnologia que permite aos seres humanos purificarem o seu ADN. Ao aceder passar por essa experiência, ela mergulha em duas existências passadas, cruzando-se com um homem que amou.

A Doce Costa Leste

De Sean Price Williams. Com Jack Irv, Talia Ryder, Ella Rubin, Tess McMillan. EUA. 2023. 104m. Drama. M14.
Durante uma viagem de estudo à cidade de Washington, Lillian afasta-se dos seus colegas e foge. Desapegada de tudo e de todos, embrenha-se pelas cidades e florestas da costa leste dos EUA, envolvendo-se em aventuras inesperadas e conhecendo pessoas ao longo do caminho.

À Mesa da Unidade Popular

De Camilo De Sousa, Isabel Noronha. POR. 2024. 85m. Documentário. M12.
Com realização de Isabel Noronha e Camilo de Sousa, este documentário junta vários moçambicanos que conversam sobre o passado de modo a "revisitar o processo de construção de uma nação e da utopia partilhada da construção de uma sociedade mais justa."

Hammarskjöld - Luta Pela Paz

De Per Fly. Com Mikael Persbrandt, Francis Chouler, Cian Barry, Hakeem Kae-Kazim. África do Sul/SUE/NOR. 2023. 114m. Thriller, Biografia. M12.
A acção decorre em 1961, quando o estadista Dag Hammarskjöld ocupava o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. Após o golpe militar ter deflagrado na recém-formada República Democrática do Congo, Hammarskjöld tenta um acordo de paz entre as partes.

As estrelas

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
O Amor Segundo Dalva	—	★★☆☆☆	★★☆☆☆
A Besta	★★★★☆	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
The Bikeriders	★★★★☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Bolero	★★☆☆☆	—	★☆☆☆☆
Comandante	—	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Dalíland	★★☆☆☆	—	★☆☆☆☆
A Doce Costa Leste	★★★☆☆	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
O Homem dos Teus Sonhos	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★★☆☆☆
Manga d'Terra	★★★★☆	★★★☆☆	★★★☆☆
À Mesa da Unidade Popular	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★★★☆☆
Onde Está o Pessoa?	★★★☆☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Pedágio	—	★★☆☆☆	★★☆☆☆
Sob as Águas do Sena	—	—	●
Soma das Partes	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

UCI Cinemas - El Corte Inglés
Av. Ant. Aug. Aguiar, 31. T. 213801400
Dalíland M12. 16h25, 18h45; **O Clube dos Milagres** M12. 14h30, 16h50, 19h10, 21h30; **O Sabor da Vida** M12. 15h50, 21h20; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 13h20, 21h55; **Garfield: O Filme** M6. 14h, 16h20 (VP); **A Quimera** M12. 15h, 18h05; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h45, 16h30, 19h15, 21h55; **Bolero** M12. 13h35, 16h10, 19h, 21h35; **Contra Todos** 13h25, 18h30; **Soma das Partes** M12. 14h10, 19h25; **The Bikeriders** M14. 13h40, 16h20, 19h05, 21h40; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h55, 18h50; **Época de Caça** M12. 18h50, 21h25; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h50, 16h15, 18h40 (VP), 21h10 (VO) ; **Hammarskjöld - Luta Pela Paz** M12. 15h55, 21h15; **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 14h15, 16h40, 19h20, 21h45; **A Besta** M14. 16h, 21h25; **Toofan** M16. 21h

Almada

Cinemas Nos Almada Fórum
R. Sérgio Malpique 2. T. 16996
Dalíland M12. 13h25, 16h20; **Profissão: Perigo** M12. 12h40, 15h30; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 13h35, 17h, 20h20; **O Clube dos Milagres** M12. 12h55, 15h05, 17h20, 20h10, 22h20 ; **IF: Amigos Imaginários** M6. 13h30, 16h, 18h30 (VP); **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 17h55, 21h20; **Garfield** M6. 13h15, 15h45, 18h10 (VP); **Assassino Profissional** M12. 21h10; **Bad Boys** 12h45, 15h20, 18h, 21h05; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 17h30, 19h40, 21h50; **O Exorcismo** 13h45, 16h10, 18h35, 20h50; **The Watchers: Eles Vêem Tudo** M16. 20h15, 22h35; **The Bikeriders** M14. 13h20, 15h55, 18h40, 21h15; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h10, 15h35; **Época de Caça** M12. 12h50, 15h10; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h, 15h25, 17h50 (VP), 19h, 21h20 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h05, 15h40, 18h20, 20h40; **A Besta** M14. 21h; **A Doce Costa Leste** M14. 18h15, 20h45; **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. Sala 4DX - 13h50, 16h30, 19h10, 21h30

Amadora

Cinema City Alegro Alfragide
C.C. Alegro Alfragide. T. 214221030
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 15h45, 21h20; **O Clube dos Milagres** M12. 15h15, 17h10, 19h, 21h35; **Garfield** 15h30, 17h40, 19h50 (VP); **Bad Boys** 15h15, 17h30, 19h45, 22h; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** 17h50, 21h50; **O Exorcismo** 21h45; **The Watchers: Eles Vêem Tudo** 22h; **Contra Todos** M14. 19h40; **The Bikeriders** M14. 17h25, 21h50; **Mamonas Assassinas** 15h45, 19h55; **Época de Caça** M12. 19h10; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 15h20, 16h, 17h25, 18h30, 19h40, 21h40 (VP), 15h40, 17h45, 19h50, 21h55 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 15h35, 17h35, 19h30, 21h30

UCI Cinemas - Ubbo
Estrada Nacional 249/1, Venteira. T. 0
IF: Amigos Imaginários M6. 19h (VP), 21h20 (VO); **IF: Amigos Imaginários** M6. 14h05, 16h45 (VP); **Garfield: O Filme** M6. 13h30, 16h, 18h30 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h45, 16h20, 18h55, 21h30; **O Exorcismo** 13h40, 16h05, 18h50, 21h35; **Contra Todos** M14. 13h35, 16h25; **The Bikeriders** M14. 13h55, 16h35, 19h15, 21h50; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h50, 14h15, 16h15, 16h40, 18h40, 19h10, 21h40 (VP), 21h10 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 14h10, 16h30, 19h05, 19h20, 21h25, 21h45; **Chandum Campion** 21h

Barreiro

Castello Lopes - Fórum Barreiro
Campo das Cordoarias. T. 212069440
Bad Boys: Tudo ou Nada M14. 14h15, 16h40, 19h05, 21h30; **The Bikeriders** M14. 14h20, 16h45, 19h10, 21h35; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h10, 15h15, 17h20, 19h25 (VP), 21h30 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h10, 15h15, 17h20, 19h30, 21h40

Cascais

Cinemas Nos CascaiShopping
Estrada Nacional nº. 7 - Alcabideche.
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 21h50; **IF: Amigos Imaginários** M6. 13h30, 16h30; **Garfield** 13h15, 15h45, 18h30 (VP), 19h, 21h30 (VO); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 12h30, 15h, 17h30, 20h, 22h40; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h45, 16h; **Exorcismo** 21h; **The Bikeriders** M14. 12h40, 15h30, 18h20, 21h20; **Época de Caça** M12. 19h20, 22h; **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h, 15h15, 18h, 23h30, 23h; **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. Sala Imax - 14h, 16h20, 18h45, 21h40

Guia

Lazer

ÓPERA

Os Dias Levantados
LISBOA Teatro Nacional de São Carlos. Dia 27/6, às 20h. M/12. 20€ a 30€
Com música de António Pinho Vargas e libreto de Manuel Gusmão, a ópera *Os Dias Levantados* é dedicada ao 25 de Abril de 1974 e estreou-se neste mesmo palco em 1998. Volta agora à cena, em versão de concerto e no ano em que se celebram os 50 anos da Revolução dos Cravos, pelas mãos da Orquestra Sinfónica Portuguesa e do Coro do Teatro Nacional de São Carlos, sob a direcção musical de Pedro Amaral. Eduarda Melo, Sara Braga Simões, Sílvia Sequeira, Rui Vieira, Leonel Pinheiro, Jorge Vaz de Carvalho, José Corvelo e Luís Rodrigues compõem o elenco vocal.

CINEMA

Cineconchas
LISBOA Jardim da Quinta das Conchas. De 27/6 a 13/7. Quinta a sábado, às 21h45. Grátis
Folhas Caídas, um filme do aclamado realizador finlandês Aki Kaurismäki distinguido com o Prémio do Júri no Festival de Cannes e considerado o melhor filme de 2023 pela revista *Time* e pela Federação Internacional de Críticos de Cinema, abre hoje a cortina do ciclo de cinema ao ar livre. Centra-se na história de Ansa e Holappa, duas pessoas solitárias que, certa noite, se conhecem em Helsínquia (Finlândia) e, entre encontros e desencontros, perdem o rasto uma da outra. O cartaz do Cineconchas prossegue com propostas para todos os gostos e idades. *A Sala de Professores*, de Ilker Çatak (amanhã), e *Patos!*, de Benjamin Renner (sábado), são as sessões que se seguem.

FESTIVAL

Afro Nation
PORTIMÃO Praia da Rocha. De 26/6 a 28/6, das 16h às 2h. 349€ (passe)
Apresenta-se como "o maior festival de música africana" e traz uma edição alinhada com as notas de Nicki Minaj, Rema, Asake, Fally Ipupa, Omah Lay, Flavour e Lisandro Cuxi, entre outros. Mais em www.afronation.com.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos

Totoloto

17 19 32 33 41 5

1.º Prémio 14.900.000€

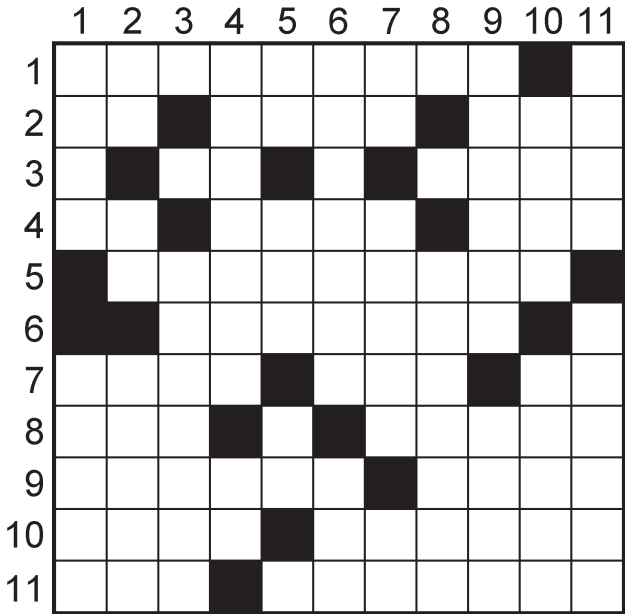
Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.474

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

HORIZONTAIS: 1 - Quem mora junto a ele tem maior risco de diabetes, demência e hipertensão. **2** - Observei. Órgão de apoio para o tiro de certas armas de infantaria. O seu peso no PIB antes do 25 de Abril era o de quase quatro Autoeuropas. **3** - Na moda. Administrei. **4** - Alternativa. Grande antílope de origem sul-africana. Altar. **5** - Sandra (...), presidente da ANACOM, diz que "o ideal é que as pessoas reclamem" contra as plataformas digitais. **6** - Sentimentalismo. **7** - Feiticeiro. Liga. Porco (regional). **8** - Joeira. Disciplina. **9** - José (...), o arquitecto que participou activamente na construção de Moçambique independente (1936-2024). Entrada da bola na baliza. **10** - Mundifique. Exalar. **11** - Centésima parte do hectare. Dispendioso.

VERTICAIS: 1 - Execução de encomendas. Forno metálico para cozer barro, em cerâmica artística. **2** - Um dos ditongos da língua portuguesa. A unidade. Rebocar. **3** - Perdeu água que dava para colmatar metade das necessidades das famílias desta região. **4** - Submisso. Eu (Francês). **5** - Décima sexta letra do alfabeto grego. Gracejar. «Em» + «a». **6** - Humilhava. Tipo de meditação contemplativa. **7** - Acusada. Rocha metamórfica de textura foliada ou laminar. A mim. **8** - Sofrer. **9** - Grande massa de água salgada. "Pão achado não tem (...)". **10** - Bramido de certas feras. Quadros. **11** - Amola. Pequena elevação de terreno.

Solução do problema anterior:
HORIZONTAIS: 1 - Costa. Surge. **2** - Ociosa. Tear. **3** - Assange. Lá. **4** - Ta. Tentar. **5** - Oberar. Te. **6** - Rim. Governo. **7** - Trado. Os. **8** - Um. Oira. OMS. **9** - Gaiar. Marau. **10** - Animal. Lada. **11** - Lei. Refilar.
VERTICAIS: 1 - Co. Portugal. **2** - Oca. Birmane. **3** - Sistema. III. **4** - Tosar. Doam. **5** - Asa. Agoirar. **6** - Antro. Le. **7** - Ge. Voam. **8** - Utentes. Ali. **9** - Re. Ter. Oral. **10** - Gala. Nómada. **11** - Erário. Suar.

Bridge

João Fanha
bridgepublico@gmail.com

Dador: Sul
Vul: Todos

NORTE
♠AQ6
♥542
♦AQ2
♣AQ106

OESTE
♠109875
♥K
♦K108
♣8432

ESTE
♠32
♥109873
♦7643
♣75

SUL
♠KJ4
♥AQJ6
♦J95
♣KJ9

Oeste	Norte	Este	Sul
			1ST
passo	6ST	Todos passam	

Leilão: Equipas ou partida livre (IMPs).

Carteio: Saída: 10♠. Qual a melhor linha de jogo?

Solução: Temos nove vazas à cabeça. Para realizar as 12, as copas são indispensáveis. Não é nada evidente ver que a forma de abordar o naipe de copas depende da passagem a ouros. Comecemos por aí:
— se a passagem a ouros não resultar, a passagem a copas terá que resultar: vamos duas vezes ao morto para tentar;
— a passagem a ouros resulta. Alargue as suas hipóteses de sucesso começando por jogar o Ás de copas: capturará um eventual Rei seco em Oeste. Senão, regresse ao morto e jogue duas vezes copas em direcção a Dama e Valete: se o Rei estiver em Este, o flanco não fará mais do que uma vaza, e se ele estiver em Oeste será necessário que o naipe de copas esteja 3-3.

Considere o seguinte leilão:

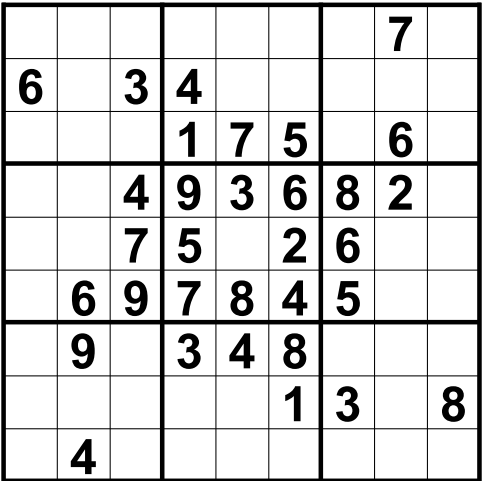
Oeste	Norte	Este	Sul
			1♠
passo	1ST	passo	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠K87643 ♥AK10 ♦AQ9 ♣9

Resposta: Forte demais para uma simples repetição das espadas, e um salto com um naipe desta qualidade seria um erro. A melhor maneira de "contornar" a situação é começar por simular um bicolor económico, que pode ir até 17 pontos de honra, para depois decidir melhor o que fazer na terceira volta do leilão. Marque 2♦.

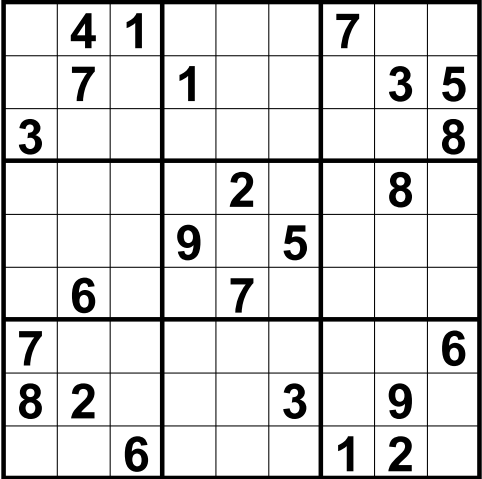
Sudoku

Problema 12.712 (Fácil)

							7	
6		3	4					
			1	7	5		6	
		4	9	3	6	8	2	
		7	5		2	6		
	6	9	7	8	4	5		
	9		3	4	8			
					1	3		8
	4							

Solução 12.710

7	3	6	4	8	2	5	1	9
5	9	8	3	6	1	7	2	4
2	1	4	7	5	9	6	8	3
1	2	9	6	7	3	8	4	5
8	6	7	5	1	4	3	9	2
4	5	3	2	9	8	1	6	7
9	7	1	8	4	5	2	3	6
6	4	2	1	3	7	9	5	8
3	8	5	9	2	6	4	7	1

Problema 12.713 (Difícil)

	4	1				7		
	7		1				3	5
3								8
				2			8	
			9		5			
	6			7				
7								6
8	2				3		9	
		6				1	2	

Solução 12.711

7	1	3	4	6	8	2	9	5
8	2	5	7	1	9	3	4	6
4	6	9	3	5	2	7	1	8
1	5	7	9	2	6	4	8	3
6	8	4	5	3	7	1	2	9
9	3	2	1	8	4	6	5	7
5	4	8	6	7	1	9	3	2
3	9	6	2	4	5	8	7	1
2	7	1	8	9	3	5	6	4

Guia

CINEMA

Revolta
RTP1, 23h39
Devido à crise económica causada pela pandemia, Portugal está à beira da ruptura. Várias manifestações estão a acontecer pelo país fora enquanto Paulo e Cristina, um casal com um recém-nascido, se preparam para receber dois amigos para jantar. Um deles é o João, que está a atravessar um mau momento devido à recente separação; a outra é a desinibida e aventureira Raquel, uma amiga de infância que Cristina não vê há já muito tempo. Mas a noite, que se previa tranquila, torna-se palco de uma série de desentendimentos que vão colocar em risco a relação entre os quatro. Datada de 2022, esta foi a estreia nas longas-metragens do argumentista Tiago R. Santos, que trabalhou muito com António-Pedro Vasconcelos no cinema e tem uma longa carreira também na televisão. Este filme conta com Teresa Tavares, Margarida Vila-Nova, Ricardo Pereira e Cristóvão Campos.

SÉRIES

My Lady Jane
Prime Video, *streaming*
Estreia. Joana Grey, a rainha que governou a Inglaterra por nove dias em Julho de 1553, é o foco desta série de oito episódios criada por Gemma Burgess a partir de uma saga de livros de Brodi Ashton, Cynthia Hand e Jodie Meadows, que reimaginaram a vida da figura histórica. Emily Bader é a protagonista, à frente de um elenco que inclui Edward Bluemel, Jordan Peters, Anna Chancellor, Rob Brydon, Dominic Cooper, Jim Broadbent e Kate O'Flynn.

Hotel à Beira-Mar
RTP2, 22h01
Estreia da quinta temporada. Mais uma leva de episódios desta série de época dinamarquesa passada num hotel de luxo empoleirado nas dunas do mar do Norte criada por Hanna Lundblad e Stig Thorsboe em 2013. Agora estamos em 1932 e o Badehotellet abre as portas para um novo Verão, com velhos e novos convidados, como o corretor da bolsa Molin e respectiva família.

That '90s Show: Que Loucura de Família
Netflix, *streaming*
Estreia da segunda parte. A adolescente Leia Forman (Callie Haverda), filha de Eric Forman e Donna Pinciotti, as personagens de Topher Grace e Laura Prepon da *sitcom Que Loucura de Família*, criação de Bonnie e Terry Turner e Mark Brazill que durou de 1998 a 2006, passa o Verão com os avós, Red (Kurtwood Smith) e Kitty Forman (Debra Jo Rupp). É esta a premissa da continuação da série passada nos anos 1970, duas décadas depois.

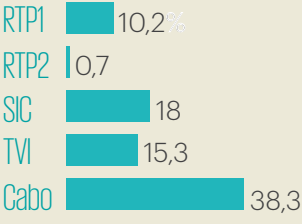
Supacell
Netflix, *streaming*
Estreia. Saída da cabeça do *rapper* tornado argumentista e realizador londrino Rapman, esta minissérie de seis episódios imagina uma zona Sul de Londres em que, do nada, um grupo de pessoas negras normais começam a desenvolver superpoderes. Isso traz toda uma série de mudanças com as quais terão de lidar. Com Tosin Cole, Adelayo Adedayo, Yasmin Monet Prince e Eddie Marsan.

Televisão

Os mais vistos da TV
Terça-feira, 25

		%	Aud.	Share
Euro 2024	SIC	14,4	28,8
A Promessa	SIC	9,8	19,9
Big Brother - Especial	TVI	9,3	17,7
Cacau	TVI	8,9	19,2
Jornal Nacional	TVI	7,8	15,7

FONTE: CAEM

Canal	Share
RTP1	10,2%
RTP2	0,7
SIC	18
TVI	15,3
Cabo	38,3

RTP1
6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.15** Hora da Sorte - Lotaria Popular **14.23** Escrava Mãe **15.21** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **19.06** O Preço Certo **19.59** Telejornal **21.01** Linha da Frente **21.42** Joker

22.42 O Pimba é Nosso

23.39 Revolta

1.15 S.W.A.T.: Força de intervenção

2.02 Grande Entrevista: Isabel Rio Novo

2.28 Terra 4.0 **2.45** Do Algarve à Lapónia **3.12** Escrava Mãe

RTP2
6.00 A Fé dos Homens **6.32** Repórter África **7.00** Espaço Zig Zag **10.44** Herdeiros de Saramago **11.11** Grandes Livros **12.04** Maryland **12.58** Biosfera **13.27** Viva Saúde **14.00** Sociedade Civil **15.02** A Fé dos Homens **16.04** Folha de Sala **16.09** Por Aqui Fora **17.00** Espaço Zig Zag **20.35** Folha de Sala **20.40** A Minha Indonésia **21.30** Jornal 2 **22.01** Hotel à Beira-Mar **22.50** Folha de Sala

22.54 A Fascinante História da Maquilhagem

23.50 Cinemax **1.04** Sociedade Civil **2.07** Porque Não Pediram a Evans? - Obras de Agatha Christie **2.51** Sim, Sou Eu... Simone **4.04** Maria Gabriel Llansol - Um Olhar Intenso Pode Incendiar o Texto **5.04** Guiné-Bissau: A Minha Identidade **5.53** Folha de Sala

SIC
6.00 Edição da Manhã **8.15** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.45** Linha Aberta **16.05** Júlia **18.05** Morde & Assopra **18.30** Terra e Paixão **19.15** Casados à Primeira Vista

19.57 Jornal da Noite

21.55 A Promessa

22.45 Senhora do Mar

0.00 Papel Principal - A Vingança

0.15 Casados à Primeira Vista

1.05 Travessia

1.45 Passadeira Vermelha **2.05** Cartaz **2.55** Volante **3.40** Terra Brava

TVI
5.45 As Aventuras do Gato das Botas **6.15** Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** Diário do Euro **14.05** TVI - Em Cima da Hora **14.50** A Sentença **15.55** A Herdeira **16.30** Goucha **17.45** Big Brother

19.57 Jornal Nacional

21.35 Big Brother

22.25 Cacau

23.10 Festa É Festa

0.00 Big Brother

2.15 O Beijo do Escorpião

TVCINE TOP
17.20 Coração de Campeão **19.15** Os Ricardos **21.30** Shotgun Wedding - Casamento Explosivo **23.10** A Luz do Diabo **0.40** A Maldição de Wolf Mountain **2.15** Maggie Moore(s)

STAR MOVIES
16.45 O Homem do Oeste **18.28** Da Terra Nascem os Homens **21.15** Os Salteadores da Arca Perdida **23.16** Indiana Jones e o Templo Perdido **1.19** Sangue Por Sangue **2.53** Lua de Papel

HOLLYWOOD
17.40 Blood Work — Dívida de Sangue **19.35** Eraser **21.30** Semi-Pro **23.10** Força da Natureza **0.55** Força em Alerta 2 **2.40** A Outra Face

AXN
17.42 The Rookie **21.06** Hudson & Rex **22.00** Investigação Criminal **22.54** Alex Rider **23.54** Baby Driver - Alta Velocidade **1.54** Investigação Criminal

STAR CHANNEL
16.57 Investigação Criminal: Los Angeles **18.40** Magnum P.I. **20.22** Hawai Força Especial **22.15** Investigação Criminal: Hawai'i **23.03** Chicago P.D. **00.51** Anna

DISNEY CHANNEL
16.30 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **17.15** A Maldição de Molly McGee **18.05** Vamos Lá, Hailey! **18.55** Monstros: Ao Trabalho! **19.15** Hamster & Gretel **20.00** Os Green na Cidade Grande

DISCOVERY
16.12 Mestres do Restauro **19.03** Aventura à Flor da Pele: Brasil **21.00** Roadworthy Rescues **22.54** Jóias Sobre Rodas **0.48** Roadworthy Rescues

HISTÓRIA
16.38 O Inexplicável **20.101** Os Maiores Mistérios da História **22.17** Apocalipse dos Impérios

ODISSEIA
17.38 Tóqui Selvagem **18.38** Animais de Estimação Bebés **19.26** Cães Muito Mal-Educados **22.31** A Mentalista de Animais de Estimação **23.19** Resgate de Cães: Segunda Oportunidade

DOCUMENTÁRIOS

A Face Oculta do Holocausto
National Geographic, 22h55
Estreia. Qual foi a real dimensão do Holocausto, até antes dos campos de concentração? É a esta pergunta que este documentário tenta responder, já que os altíssimos números de vítimas nunca foram confirmados. Através de análise forense e tecnologia avançada, tenta-se aqui encontrar uma nova estimativa.

O Pimba é Nosso
RTP1, 22h42
Neste documentário de 2021, realizado por José Carlos Santos e da autoria de Diana Nunes, tenta-se perceber o fenómeno daquilo a que se chama "música pimba". A definição, os artistas, as características, é tudo aqui analisado ao pormenor, com recurso aos depoimentos dos próprios músicos, como Emanuel, Toy, Ágata, José Malhoa, Marante, Quim Barreiros, Augusto Canário ou até Herman José, mas também outra gente de fora, como Mário Laginha, Rui Vieira Nery, Celina da Piedade, Tozé Brito ou Lili Caneças.

Lucrecia: Um Homicídio em Madrid
Disney+, *streaming*
Em 1992, Lucrecia Pérez, uma mulher negra imigrante vinda da República Dominicana, foi assassinada em Madrid, Espanha por um grupo de neonazis, um deles um guarda civil que estava de folga. Este documentário olha para a história deste, o primeiro crime de ódio oficialmente registado em território espanhol, mais de 30 anos após o caso ter chocado o país e tomado conta da agenda mediática.

Meteorologia

PORTUGAL

Viana do Castelo 18º 24º
Bragança 18º 31º
Braga 18º 28º
Vila Real 17º 29º
Porto 16º 25º
14º 1,5m
Viseu 17º 30º
Guarda 16º 28º
Aveiro 17º 25º
Coimbra 16º 26º
Castelo Branco 18º 28º
Leiria 17º 24º
Santarém 17º 31º
Portalegre 15º 27º
Lisboa 18º 25º
Évora 16º 29º
Setúbal 17º 26º
Sines 17º 22º
Beja 16º 28º
18º 1,5m
Sagres 18º 21º
Faro 18º 22º
18º 0,8m

Açores

Corvo
Flores 21º 24º
23º 0,8m
São Jorge
Graciosa
19º 25º
22º 0,8m
Terceira
Faial
Pico
21º 0,5m
São Miguel 18º 24º
Ponta Delgada
Sta Maria

Madeira

Madeira 18º 24º
Funchal
22º 0,5m
Porto Santo 19º 23º
21º 2,0m

MARÉS

Preia-mar / Baixa-mar *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
Preia-mar 07h45	3,0	Preia-mar 07h23	3,0	Preia-mar 07h26	2,9
Baixa-mar 13h44	0,9	Baixa-mar 13h19	1,0	Baixa-mar 13h07	1,0
Preia-mar 20h06	3,3	Preia-mar 19h42	3,3	Preia-mar 19h48	3,2
Baixa-mar 02h26*	0,8	Baixa-mar 02h03*	1,0	Baixa-mar 01h50*	0,9

PRÓXIMOS DIAS LISBOA

	Sexta-feira, 28	Sábado, 29	Domingo, 30
Mín./Máx.	17º / 23º	15º / 22º	16º / 24º
Índice UV	Médio	Médio	Muito alto
Vento	Fraco	Fraco	Fraco
Humidade	84%	81%	82%

MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai

Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 16 Jun.	426,73
Há um ano	423,51
Há dez anos	401,20
Semana de 9 Jun.	427,33
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso

Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Faro

SOL

Nascente 06h14
Poente 21h05

LUA

28 Jun.	22h53
5 Jul.	23h57
13 Jul.	23h49
21 Jul	11h17

Nascente 00h39
Poente 12h05

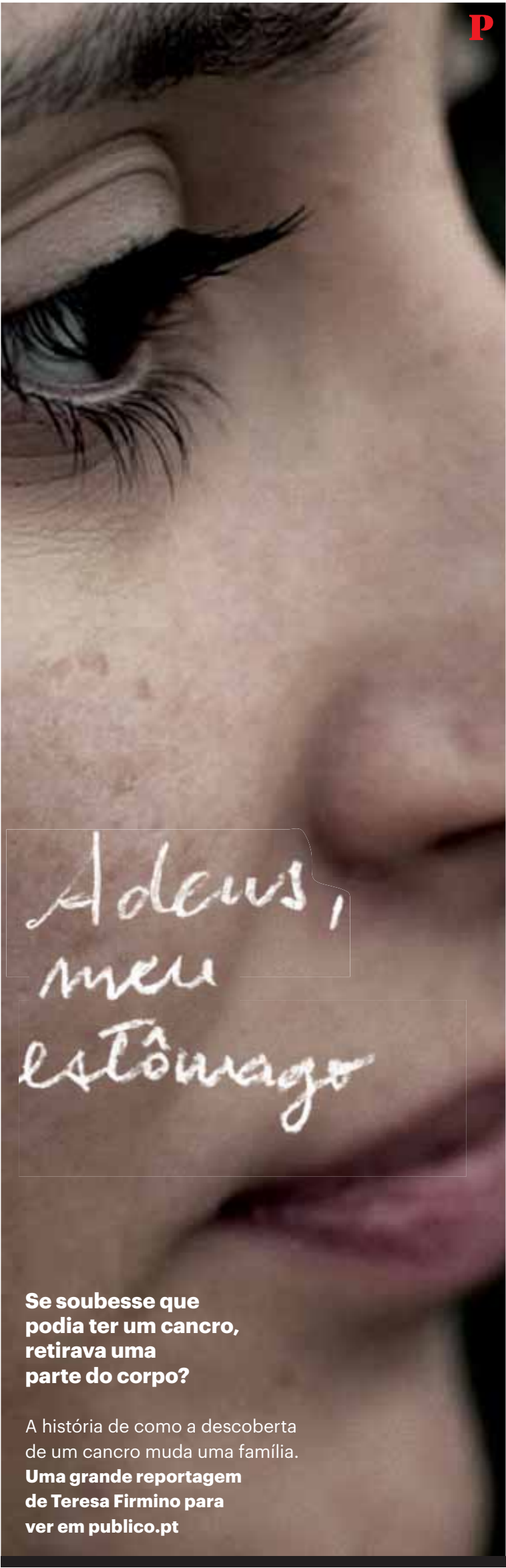
EUROPA

Oslo, Estocolmo, Helsínquia, Talin, Riga, Copenhaga, Vilnius, Dublin, Londres, Amesterdão, Berlim, Varsóvia, Bruxelas, Praga, Paris, Viena, Budapeste, Genebra, Milão, Roma, Istambul, Madrid, Lisboa, Atenas

TEMPERATURAS ºC

	Mín.	Máx.
Amesterdão	16	27
Atenas	22	34
Berlim	20	31
Bruxelas	14	29
Bucareste	17	34
Budapeste	18	27
Copenhaga	17	28
Dublin	11	17
Estocolmo	18	28
Frankfurt	20	31
Genebra	18	30
Istambul	21	29
Kiev	18	30
Londres	12	25
Madrid	19	32
Milão	20	30
Moscovo	14	26
Oslo	17	28
Paris	14	31
Praga	19	28

	Mín.	Máx.
Roma	18	31
Viena	20	27
Bissau	25	33
Buenos Aires	8	17
Cairo	26	40
Caracas	19	30
Cid. do Cabo	12	23
Cid. do México	14	24
Díli	22	31
Hong Kong	27	33
Jerusalém	21	34
Los Angeles	18	29
Luanda	21	27
Nova Deli	28	34
Nova Iorque	17	29
Pequim	24	35
Praia	22	28
Rio de Janeiro	18	24
Riga	17	29
Singapura	26	32

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

Um carrossel a girar em sentido contrário

Portugal mudou de pele para o último jogo da fase de grupos e deu-se mal. Mérito de uma Geórgia que continua a fazer história nos relvados do Euro 2024

Crónica de jogo

Nuno Sousa, em Gelsenkirchen

Uma selecção com história para escrever passou por cima de uma selecção que fechou o livro da primeira fase mesmo antes de entrar em campo. A Geórgia termina o Grupo F do Euro 2024 no terceiro lugar e com o rótulo de sensação do torneio, graças a um triunfo justo (2-0) sobre um candidato ao título que não resistiu à mudança de pele. É certo que Portugal já tinha os oitavos-de-final garantidos, mas continua a não ter a fórmula para lidar com blocos baixos. E esse pode muito bem vir a ser o *modus operandi* da Eslovénia na próxima ronda.

A palavra revolução não entra no dicionário futebolístico de Roberto Martínez, mas ontem houve muitos jogadores a tirarem bilhete para subirem para um carrossel já em andamento. Foram oito, para sermos precisos, obedecendo a uma lógica de gestão que o agora seleccionador de Portugal já tinha adoptado ao comando da Bélgica. O apuramento estava assegurado, o torneio implica jogos de quatro em quatro dias e era necessário acautelar todas as frentes. Sem comprometer a obrigatoriedade de ganhar, claro está.

Portugal — e toda a Europa do futebol — estava avisado para o perigo que representa um adversário sem nada a perder. E se, por absurdo, não estivesse a par, recebeu um choque de realidade logo aos 2', quando António Silva abriu uma via rápida a Mikautadze e obrigou Danilo a transitar com bola descoberta. O avançado do Metz assistiu Kvaratskhelia e o melhor dos números sete em campo na partida fez o golo.

Ok, agora soavam as campainhas e Portugal ia reagir em força, certo? Nem por isso. Houve, isso sim, uma espécie de *remake* da primeira parte diante da República Checa, com muita posse nos últimos 30 metros, muito controlo, mas sem dinâmica e sem soluções de passe para entrar no bem oleado 5x3x2 da Geórgia. Ia ser preciso mais para fazer mossa.

É verdade que, depois do primeiro remate (um livre de Ronaldo à figura, aos 17'), houve muitos outros concorrentes: António Silva (21'), Palhinha (23' e 43'), Francisco Conceição (28') e João Félix (30 e 45'), mas quase sempre de fora da área ou já sem espaço para definir. Era tudo demasiado lento e previsível e, acima de tudo, ficava no ar uma ideia clara: a Geórgia corria mais, metia mais o pé, queria mais.

Ao intervalo, Cristiano Ronaldo protagonizou o segundo momento de revolta na direcção do quarto árbitro, à saída para os balneários, ainda por causa de um lance na área da Geórgia em que foi agarrado pela camisola, por Lechoshvili. Não houve penálti, mas houve amarelo para o capitão português, que daí em diante foi acumulando perdas de bola e frustração.

A saga prosseguiu no reatamento, quando após um canto acertou na cabeça de um dos centrais, quando voltou a pedir um penálti e quando foi substituído por Gonçalo Ramos, aos 66'. Só que nessa altura Portugal já perdia por 2-0, fruto de um segundo erro de palmatória de António Silva, a pisar Kiteishvili na área. A falta passou impune em tempo real, mas o VAR forçou a rectificação e Mikautadze fez o terceiro golo no torneio, aos 58'.

A reacção dos adeptos da Geórgia dizia tudo. Não estavam só a contrariar as probabilidades, estavam a provocar a maior surpresa do Europeu. Um estreante a vencer um candidato ao título. Uma equipa que jogou quase sempre sem bola a combater as estatísticas. Willy Sagnol a mostrar a Roberto Martínez que ter muita qualidade individual está longe de se traduzir numa ideia de jogo de qualidade.

O caso era bicudo e o seleccionador de Portugal, que aos 46' já tinha substituído Palhinha por Ruben Neves (sem efeitos), procurou incutir nova dinâmica pelos corredores, primeiro com Nelson Semedo (Dalot passou a ser o central da direita) e depois com Diogo Jota. O resultado foi parcialmente o esperando, mais situações de desequilíbrio nos corredores laterais e mais cruzamentos, mas sem o toque de Midas na área.

Cristiano Ronaldo dedsalentado após mais um golo da Geórgia contra Portugal

2 GEÓRGIA — 0 PORTUGAL

Jogo no Estádio Arena AufSchalke, em Gelsenkirchen.

Geórgia Mamardashvili, Kakabadze, Gvelesiani (Kverkvelia, 76'), Kashia, Lochoshvili (Tsitaishvili, 64')e Dvali; Chakvetadze (Mekvabishvili, 81' ● 85'), Kochorashvili e Kiteishvili; Mikautadze e Kvaratskhelia (Davitashvili, 81'). **Treinador** W. Sagnol.

Portugal Diogo Costa; António Silva (Nélson Semedo, 65'), Danilo e Gonçalo Inácio; Dalot, Palhinha (Rúben Neves, 46' ● 53'), João Neves (Matheus Nunes, 75')e Pedro Neto ● 44' (Diogo Jota, 75'); Francisco Conceição, Cristiano Ronaldo ● 29' (Gonçalo Ramos, 65') e João Félix. **Treinador** R. Martínez.

Árbitro Sandro Scharer (Suíça)
VAR Fedayi San (Suíça)

Golos 1-0 Kvaratskhelia (2'), 2-0 Mikautadze g.p. (57')

Estatística

GEÓRGIA		PORTUGAL
27,6%	**% Posse**	72,4%
49,5%	**% Disputas ganhas**	50,5%
270	**Passes**	689
77,4%	**% Precisão de passe**	93,2%
1	**Cantos**	11
0	**Foras-de-jogo**	1
7	**Remates**	22
3	**Remates à baliza**	5
24	**Cortes**	19
24	**Roubos de bola**	11
6	**Faltas cometidas**	11

Resultados e classificação

GRUPO F

Jornada 3

Geórgia - Portugal **2-0**
Rep. Checa - Turquia **1-2**

	J	V	E	D	M-S	P
Portugal	3	2	0	1	5-3	6
Turquia	3	2	0	1	5-5	6
Geórgia	3	1	1	1	4-4	4
Rep. Checa	3	0	1	2	3-5	1

BERNADETT SZABO/REUTERS

E se ofensivamente o plano era mais do que previsível e executado à velocidade de um carrinho de mão, com muita gente entre linhas mas sem capacidade para fazer combinações curtas que libertassem espaço, defensivamente também houve problemas de sobra. Mesmo com poucos elementos na transição, a Geórgia saiu várias vezes da pressão com critério, lançou ataques verticais e criou mais um par de boas ocasiões – como uma toupeira que desaparecia de um buraco quando o dono do jardim lá chegava para aparecer imediatamente noutro.

A Geórgia estava a viver o momento mais alto da sua história futebolística e os adeptos retribuíram com uma ovação a condizer, sabendo que, às custas de Portugal, Espanha vai estar ainda mais alerta diante deste estreante convertido em estrela. Quanto a Portugal, tem quase cinco dias para mostrar que é capaz de voltar a entrar nos eixos e que, mais relevante, tem soluções para quebra-cabeças deste teor.

O calendário daqui para a frente

Eslovénia será o adversário de Portugal. Depois talvez França

Paulo Curado

Será a Eslovénia que Portugal vai enfrentar nos oitavos-de-final do Euro 2024. Um adversário definido pelo próprio desempenho da selecção nacional ontem, na última ronda da fase de grupos, que ditou o afastamento da Hungria, outro dos potenciais oponentes. O épico triunfo da Geórgia valeu o acesso à fase seguinte e enviou os magiares para casa, com a Croácia, Escócia, Albânia, Sérvia, Polónia, Ucrânia e República Checa.

Para além dos adeptos portugueses, também os húngaros estarão desolados com a vitória da Geórgia frente ao líder confirmado do Grupo F, um resultado que os coloca entre os piores terceiros classificados, apenas à frente da Croácia, que encerrou as contas com dois pontos.

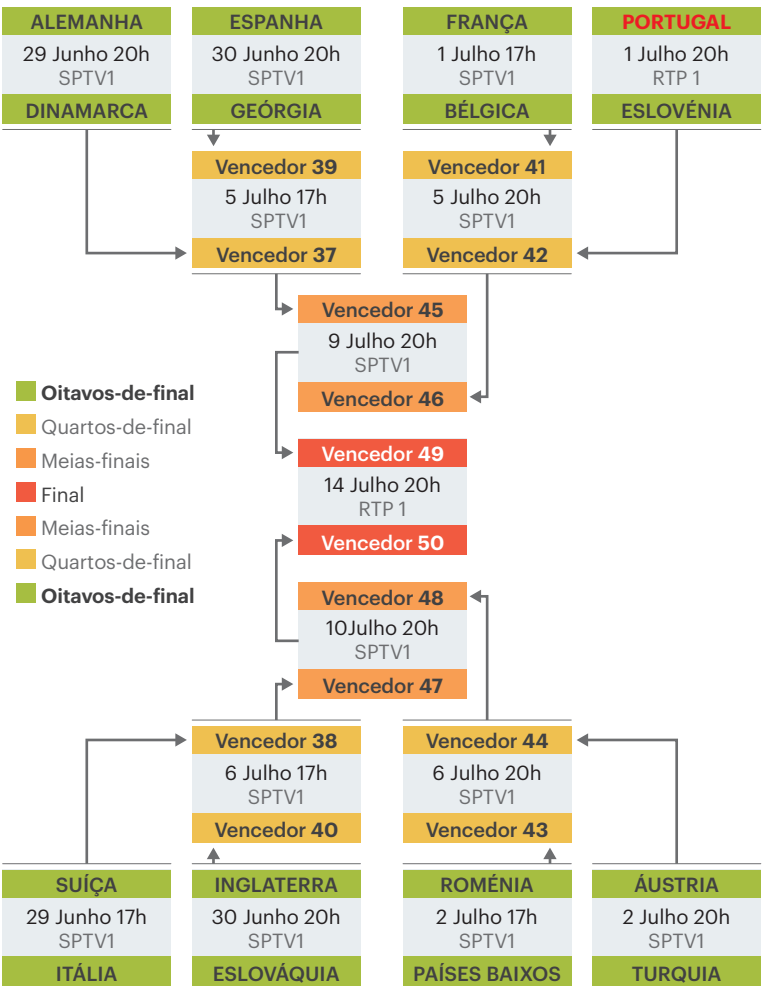
Portugal entrou para a última partida com algumas certezas em relação ao futuro na prova: iria enfrentar nos quartos-de-final o vencedor do França-Bélgica e sabia que, nas meias-finais, poderia medir forças com a anfitriã alemã ou com Espanha, as duas selecções que mais Europeus conquistaram, cada uma com três.

Apesar do bom resultado no grupo – seis pontos com dois triunfos e uma derrota –, a selecção de Roberto Martínez não evitou o caminho mais complicado para a final, exactamente o oposto do que sucedeu no Euro 2016, em que conquistaria o único grande título internacional da sua história.

Há oito anos, em França, os portugueses sobreviveram ao seu grupo com grande dificuldade, acabando por passar à fase seguinte entre um dos quatro melhores terceiros classificados. Um lugar que acabou, então, por evitar o confronto com alguns dos principais "tubarões" da competição – Alemanha, Espanha, Itália e Inglaterra – até à final, onde venceria os anfitriões com o golo de Éder.

Mesmo assim, o caminho para o derradeiro jogo foi espinhoso. Ultrapassou a Croácia ("oitavos") e a Polónia ("quartos"), mas teve de superar dois prolongamentos e uma decisão por penáltis, no jogo com os polacos. Mais fácil foi derrotar o País de Gales, surpresa da prova, nas meias-finais.

Desta vez não será assim e podem estar em perspectiva para a selecção várias finais antecipadas, desde que continue em prova.

Os caminhos até à final

Fonte: UEFA

PÚBLICO

Imprensa internacional

David bate Golias. Kvaratskhelia bate CR7. A Geórgia superou Portugal e conquista o terceiro posto do grupo. Khvicha mostra-se a Conti, no dia da apresentação do novo treinador do Nápoles

La Gazzetta delo Sport
Itália

Geórgia, rival de Espanha nos "oitavos". A 74.ª do ranking FIFA apura-se na estreia em Europeus. Portugal ressentiu-se das alterações de Martínez num jogo em que dominou, mas não conseguiu marcar

El País
Espanha

Sensacional Geórgia! A equipa de Willy Sagnol bateu o favorito Portugal e prolonga sonho no Euro

L'Équipe
França

A Geórgia surpreendeu Portugal com um golo relâmpago e avança para os oitavos-de-final. Portugal dominou e Ronaldo saiu irritado com arbitragem

Globo Esporte
Brasil

Reacção

Acho que o golo afectou directamente e tardámos bastante para encontrar o nosso jogo, era o começo que não queríamos. Não tivemos a mesma intensidade que o nosso adversário e isso refletiu-se no resultado

Roberto Martínez
Seleccionador de Portugal

Penálti por assinalar a favor de Portugal

Análise

Pedro Henriques

O árbitro suíço Sandro Scharer foi muito contestado pelos jogadores portugueses, mas só errou num lance em que devia ter assinalado penálti favorável a Portugal.

Minuto 2 Golo legal da Geórgia, sem fora de jogo, pois no momento do passe de Mikautadze para Kvaratskhelia é Danilo que lhe valida a posição.
Minuto 28 Cristiano Ronaldo foi claramente e insistentemente agarrado e puxado por Lochoshvili ficando, desta forma, impedido de poder disputar o lance. VAR tinha de intervir pois ficou um pontapé de penálti por assinalar para Portugal.
Minuto 40 Danilo de forma deliberada abriu o braço esquerdo e com a mão acertou na cara de Kvaratskhelia uma acção antidesportiva passível de cartão amarelo que não foi mostrado.
Minuto 44 Amarelo bem mostrado a Pedro Neto por simulação. Na ocasião arrastou o seu pé esquerdo indo bater no pé de Kochorashvili tentando, desta forma, ganhar uma falta que não existiu.
Minuto 47 A bola bateu no braço esquerdo de Kashia, mas não houve motivo para penálti, pois o esférico vem de vários ressaltos (bola inesperada), e o jogador georgiano tinha o seu braço encostado ao corpo e sem volumetria anormal.
Minuto 52 Bem mostrado o cartão amarelo por falta táctica mostrado a Rubén Neves por agarrar de forma deliberada Chakvetadze cortando um contra ataque.
Minuto 53 Bem o VAR ao chamar o árbitro para assinalar penálti contra Portugal. Na ocasião, António Silva falhou a bola e pontapeou com o seu pé direito o pé esquerdo de Lochoshvili acabando por o derrubar.
Minuto 60 Há um momento em que Dvali abraça Ronaldo mas essa acção não tem consequência, ou seja, não é por isso que se dá a queda do avançado português. Lance legal e sem penálti.

Ex-árbitro de futebol

Os jogadores de Portugal um a um

Na derrota frente à Geórgia no Euro 2024, a selecção portuguesa teve dois jogadores em clara agonia e três especialmente bem. De resto, andaram todos pela mediania, ainda que tenha parecido mais um problema colectivo do que propriamente individual.

5 Diogo Costa

Não comprometeu individualmente e não foi responsável por nada, mas continua a também não ser um guardião decisivo. Segundo o *GoalPoint*, tem três defesas e quatro golos sofridos no Euro 2024. Não faz dele culpado, mas também não inspira elogios, até porque no lance que valeu o penálti poderia ter feito mais quando tentou evitar um canto.

4 Diogo Dalot

Não deu muito a nível ofensivo e também não foi especialmente forte sem bola, sendo ultrapassado várias vezes pelo endiabrado Kvaratskhelia. Quando passou para central pôde ter mais descanso, até porque o adversário já quase não atacava. Não ganhou o lugar a João Cancelo ou Nuno Mendes e é bastante provável que vá sentar-se no banco nos oitavos-de-final.

2 António Silva

Ofereceu o primeiro golo à Geórgia, com um mau passe em zona ofensiva, e ofereceu o segundo, com um penálti cometido numa abordagem descuidada. Não fez uma temporada de encher o olho na Liga portuguesa e também não parece ao melhor nível no Europeu. Mesmo com bola, vertente na qual já em vários momentos mostrou qualidade, não foi forte, tendo poucas iniciativas em condução e poucos passes verticais. Mais do que isso: falhou muitos passes, alguns deles bastante fáceis. Jogo muito fraco.

A figura

PIROSCHKA VAN DE WOUW/REUTERS

8 Palhinha

Só esteve em meio jogo, mas foi monstruoso. Jogo muito bom do médio do Fulham, que foi preponderante no momento defensivo, quer nos duelos, quer nos desarmes. E nesse domínio conseguiu ser importante também no meio-campo ofensivo, permitindo a Portugal manter-se em zona de ataque com recuperações nas zonas mais adiantadas de Palhinha. Teve ainda uma boa bola excelente a isolar Cristiano Ronaldo. Se já não voltou para o relvado na segunda parte estando a jogar tão bem é porque Roberto Martínez quis evitar que ele pudesse ver mais algum cartão amarelo o que o impediria de jogar nos oitavos-de-final. Provavelmente, já a pensar que vai precisar dele nessa frase da competição.

4 Danilo

Ganhou grande parte dos duelos disputados, ainda que quase todos de fácil abordagem, por serem bolas longas da Geórgia para o espaço. Não foram lances difíceis, mas o médio/defesa do PSG não comprometeu nessas bolas. O problema é que correu vários metros com apoios trocados no 1-0 e poderia ter sido mais competente nessa transição. No 2-0, foi ele quem falhou inicialmente o corte que obrigou Diogo Costa a esforço para evitar um canto.

7 Gonçalo Inácio

Muito forte com bola, somando incontáveis passes para o terço ofensivo. Verticalizou bastante bem o jogo, mesmo que sem especial seguimento por parte dos colegas. Não foi por Inácio que Portugal criou pouco.

7 Pedro Neto

Bom jogo de Pedro Neto, sobretudo na primeira parte. Foi forte no drible, aproveitando que o dois contra um da Geórgia em Conceição raramente foi feito contra Neto. Ultrapassou o seu marcador vezes sem conta e tirou alguns cruzamentos de grande qualidade, apesar de mal lidos pelos colegas. Criou também alguns lances de oportunidades de golo. Sem bola também foi competente, ganhando vários duelos. Dispensável foi a simulação de uma falta que lhe valeu um cartão amarelo.

5 João Neves

Jogo assim-assim. Sem bola foi o que é sempre, com muita predisposição para os duelos e várias recuperações somadas no meio-campo. Com bola não comprometeu, mas também não foi o que já mostrou conseguir ser. Nunca joga mal, mas não foi dos dias mais fulgurantes, sobretudo pela incapacidade de sair com bolas limpas de zonas de pressão, virtude que muito o define. Não foi por ali o problema, mas também não veio dali a solução. E não ganhou bilhete para o "onze" nos oitavos-de-final.

6 Francisco Conceição

Ganhou algumas faltas e trouxe muita imprevisibilidade, mas leu mal os momentos de um contra um. Chegou a colocar-se, por opção própria, em zonas de um contra três e perdeu várias bolas assim. Fica difícil definir o jogo do portista, já que foi, por um lado, dos mais irrequietos, enérgicos e motivados, mas também foi, por outro, muito incapaz ao nível da decisão. No fim de contas, foi positivo, mas sabe fazer bem melhor.

5 João Félix

Este jogo pode definir na perfeição o que tem sido a carreira de João Félix. Teve largos minutos nos quais tocava na bola, mas não se mexia depois disso. Sem vontade, sem energia e sem desequilíbrios a partir da movimentação. Depois, durante dez minutos, decidiu correr, pedir a bola, movimentar-se depois do passe e "pintou" um trio de lances de grande qualidade. É confrangedor ver que, no fundo, é de nível mundial quando quer. Mas quer pouco, apesar de na primeira parte ter tido alguns momentos.

3 Cristiano Ronaldo

Discussões, quedas forçadas, gritos e sorrisos irónicos para o árbitro. Protestou com o árbitro por si próprio e pelos outros — umas vezes com razão, outras sem ela. Caiu bastante no relvado, viu ser-lhe exibido um cartão amarelo por protestos e foi pouco útil no processo ofensivo. Em apoios frontais deu poucas soluções e perdeu bolas e como avançado de área não foi tão sagaz como costuma ser a ler os cruzamentos dos colegas — ou então os colegas não o perceberam a ele. Seja como for, não foi feliz. Saiu irritado aos 65 minutos, provavelmente consigo próprio — ou não.

5 Gonçalo Ramos

Se tivesse tido uma entrada fulgurante, eventualmente até com golos, poderia lançar dúvidas em Roberto Martínez sobre quem deveria ser o ponta-de-lança nos oitavos-de-final? Provavelmente, não. Mas a ínfima probabilidade de o fazer não foi explorada pelo avançado do PSG, que esteve muito apagado. Passou ao lado do jogo e, apesar de se ter movimentado bastante, não conseguiu ter impacto a criar situações de finalização e a aproveitar algo que outros criassem. Esteve perto do golo já perto do fim, depois do desvio inexistente de Diogo Jota, mas faltou-lhe mais "faro" nesse lance.

5 Diogo Jota

Trouxe algum "nervo", como sempre, mas também não foi feliz. E ainda falhou uma finalização de calcanhar, em boa posição, que daria o 2-1 já perto do final do jogo. Nos dias bons, é lance fácil para um dos extremos mais fortes do mundo na finalização.

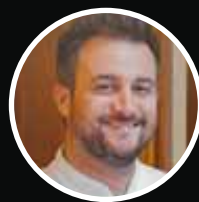
6 Nélson Semedo

Entrou com alguma dinâmica no corredor, ofereceu algumas soluções e ainda teve um lance para finalizar já perto do final do jogo. Em 15 minutos fez mais do que Dalot em 90.

5 Matheus Nunes

Sem impacto no jogo. Ainda tentou fazer a diferença, mas não foi feliz no plano da execução — no passe e no remate. Tendo jogado 15 minutos não poderia levar nota negativa, mas também não pode passar do intermédio.

Diogo Cardoso Oliveira

ROBERT GHEMENT/EPA

A felicidade dos jogadores turcos, após confirmarem o apuramento com triunfo sobre a República Checa

Grupo F

Turquia supera “dez” checo, para marcar encontro com a Áustria

Crónica de jogo

Augusto Bernardino

Formação de Montella conseguiu um triunfo apertado frente a opositor em inferioridade numérica desde os 20 minutos

1 REP. CHECA — **2** TURQUIA

Volksparkstadion, em Hamburgo.

Rep. Checa Stanek (Kovar, 55’); Holes, Hranác, Krejci ●90+1’; Coufal, Soucek ●90+8’, Provod (Lingr, 75’), D. Jurásek (M. Jurásek, 81’); Barák ●11’●●20’; Chytil (Kuchta, 55’), Hlozek (Chory, 55’ ●90+8’). **Treinador** Ivan Hasek.

Turquia Gunok ●64’; Müldür ●80’, Akaydin ●85’, Demiral, Kadioglu; Ozcan ●31’ (Ayhan, 46’ ●90+5’), Yüksek ●49’ (Yokuslu, 63’); Arda Güler ●90+8’ (Tosun, 75’), Çalhanoglu ●66’ (Kökçü, 87’ ●90+5’), Yildiz ●37’ (Aktürkoglu, 75’); Baris Yilmaz.
Treinador Vincenzo Montella.

Árbitro István Kovács (Roménia)
VAR Tomasz Kwiatkowski (Polónia)

Golos 0-1 Çalhanoglu (51’), 1-1 Soucek (66’), 1-2 Tosun (90+4’)

A Turquia venceu (1-2) ontem, em Hamburgo, a República Checa no fecho da fase de grupos, garantindo, à justa, o segundo lugar no Grupo F, liderado por Portugal, marcando encontro com a Áustria e colocando os checos fora do Campeonato da Europa.

Apesar da eliminação, a República Checa superou-se física e emocionalmente numa noite em que actuou durante mais de 70 minutos reduzida a dez jogadores, convocando a dúvida até ao último suspiro do jogo, quando Tosun (90’+4’) acabou com ela. Com o triunfo como único resultado possível para avançar no torneio, a República Checa não delegou a responsabilidade de assumir o jogo. Facto que não surpreendeu a Turquia, apostada em controlar a posse, sem qualquer urgência em lançar-se em ataques prematuros. E nem o eco do golo da Geórgia no início do jogo com Portugal alterou minimamente este quadro.

No arranque, com Patrik Schick no banco, Günok a travar o remate de Provod (3’) e Hranác a falhar o alvo num cabeceamento por cima da barra, os checos não encontravam uma fórmula capaz de desbloquear o jogo e garantir o passe para os “oitavos”. Preocupação agravada pela expulsão de Barák, aos 20 minutos, por acumulação de cartões amarelos.

No último lugar (virtual) do grupo, a República Checa parecia ter o destino traçado. E nem a tentativa de pressionar o árbitro para provocar uma expulsão e equilibrar as forças resultou, apesar de Yildiz ter estado no limiar de um vermelho que poderia ter sido por acumulação ou até directo.

O extremo da Juventus acabou por regressar após o descanso, com Montella a preferir salvaguardar Ozcan, o outro “amarelado”. Isto, depois de os checos terem terminado a primeira parte com flagrante ocasião de golo que Jurásek, o lateral que o Benfica cedeu ao Hoffenheim, desperdiçou de forma inacreditável. A verdade é que Yildiz acabaria por ser preponderante na entrada fulgurante dos turcos para a segunda parte, obrigando Stanek a empenhar-se para adiar o golo obtido por Çalhanoglu (52’) em lance de insistência que deixou o guarda-redes checo em dificuldades físicas, forçando uma troca na baliza.

O 0-1 da Turquia “derrotava” psicologicamente um adversário que estava obrigado a expor-se sem quaisquer reservas para conseguir os dois golos necessários para evitar o regresso imediato a casa. Um golo oportuno para evitar a perspectiva de baixar ao terceiro lugar do grupo, já que a Geórgia vencia por 2-0.

Nessa altura, a Turquia igualava, ainda, Portugal em termos pontuais, ganhando ânimo para o confronto seguinte, frente à selecção da Áustria, vencedora do Grupo D. Mas o futebol é fértil em golpes de teatro e Soucek (66’) reacenderia a chama da esperança checa com um golo que acabou por colocar um travão na euforia turca, com a equipa de Montella de novo numa posição de risco, que superou no fim com um golo de Tosun.

Grupo E

Bélgica não evita França nos oitavos-de-final

Crónica de jogo

Paulo Curado

0 UCRÂNIA — **0** BÉLGICA

Jogo no Estádio Esugarda Arena, em Estugarda.

Ucrânia Trubin; Tymchyk, Zabarnyi, Svatok (Yarmolenko, 81’), Matviyenko e Mykolenko (Zinchenko, 57’); Brazkho (Stepanenko, 70’), Sudakov e Shaparenko (Malinovskyi, 70’); Dovbyk ●69’ e Yaremchuk (Vanat, 70’).
Treinador S. Rebrov.

Bélgica Casteels; Castagne, Faes ●43’, Theate e Vertonghen; Onana, Tielemans (Mangala, 62’) e De Bruyne; Doku (Bakayoko, 77’), Trossard (Carrasco, 62’) e Lukaku (Openda, 90’).
Treinador D. Tedesco.

Árbitro Anthony Taylor (Inglaterra)
VAR Stuart Attwell (Inglaterra)

Nos instantes que antecederam o apito final em Estugarda, um inconformado Sudakov teve nos pés o golo que poderia ter alterado radicalmente a história da Ucrânia no Euro 2024. Seria a diferença entre a eliminação da prova e o primeiro lugar do Grupo E. Mas o destino não foi condescendente com a equipa do Leste que não conseguiu desfazer o empate a zero com a Bélgica, mantendo-se assim na cauda da classificação.

Com quatro pontos, os ucranianos abandonam a Alemanha com um sabor amargo, já que terminaram com um desempenho idêntico ao dos seus adversários: um triunfo, um empate e uma derrota. O que colocou tudo em causa acabou por ser a inesperada e pesada derrota na partida inaugural com a Roménia (0-3).

Também com quatro pontos, mas na segunda posição, terminou a Bélgica, que não deixou de desiludir. Após a surpreendente derrota no jogo inaugural com a Eslováquia (0-1), que pôs fim a 17 encontros sem perder, o conjunto orientado por Domenico Tedesco fez ontem mais uma partida pobre e pouco consentânea com a sua qualidade individual. Como castigo, ficou-se pelo segundo lugar, atrás da Roménia, e irá defrontar a França nos oitavos-de-final.

Os belgas começaram o encontro sem pressas e expectantes, já que o empate bastaria para seguirem em frente. Os ucranianos cederam a iniciativa nos instantes iniciais e a bola foi circulando, mas sem grande perigo para a baliza defendida pelo benfiquista Trubin. A excepção foi um remate aos 7’ de Romelu Lukaku, depois de ultrapassar dois centrais.

Mas o avançado, o maior goleador de sempre da selecção, com 85 golos, não destoou da imagem que a Bélgica tem deixado nesta competição. Pouco inspirado, com dificuldade na definição e muito longe dos seus melhores dias. Teve oportunidades suficientes para marcar, especialmente quando servido por Kevin de Bruyne, um dos mais esclarecidos em campo.

Ao intervalo, estava tudo como no início, com empates nos dois jogos, o que ditava a saída da Ucrânia. Na realidade, a equipa esteve apenas 13 minutos na fase seguinte (entre os 24’ e os 37’), quando a Eslováquia ganhou vantagem frente aos romenos, no outro jogo, e antes de estes voltarem a empatar, de grande penalidade.

Nos “oitavos” sem deslumbrar, os belgas têm uma missão complicada frente aos franceses, um dos grandes favoritos da prova, no dia 1 de Julho, em Dusseldorf. Esta será também uma das partidas cabeça de cartaz do arranque da fase das eliminatórias. Especialmente atenta estará a selecção portuguesa que poderá encontrar o vencedor nos quartos-de-final, se lá chegar.

Ucrânia e Bélgica anularam-se no jogo de ontem

Resultados e classificação

GRUPO E

Jornada 3

Ucrânia - Bélgica **0-0**
Eslováquia - Roménia **1-1**

	J	V	E	D	M-S	P
Roménia	3	1	1	1	4-3	4
Bélgica	3	1	1	1	2-1	4
Eslováquia	3	1	1	1	3-3	4
Ucrânia	3	1	2	1	2-1	4

HEIKO BECKER/REUTERS

Romenos e eslovacos equipararam-se no duelo que os opôs e os apurou para os "oitavos"

Grupo E

Empate com sabor a vitória para Roménia e Eslováquia

Crónica de jogo

David Andrade

As duas equipas procuraram sempre chegar à vitória, mas o duelo entre ambas terminou com uma diplomática igualdade

Ninguém jogou para o empate, mas, no final, Roménia e Eslováquia festejaram, em Frankfurt, uma igualdade que coloca as duas selecções nos oitavos-de-final do Campeonato da Europa. No embrulhado Grupo E, onde acabaram todos empatados com quatro pontos, os eslovacos ainda estiveram a vencer – golo de Ondrej Duda –, mas ainda antes do intervalo Razvan Marin, de penálti, fixou o empate final (1-1), que deixa a Roménia como líder do grupo e a Eslováquia apurada como um dos quatro melhores terceiros classificados.

Menos de 24 horas depois de o Grupo C encerrar as suas contas com dois empates a zero, Roménia e Eslováquia entraram em campo sabendo que um nulo no final garantia a ambas as selecções o apuramento para os oitavos-de-final. No entanto, os receios de que houvesse um pacto de não-agressão entre romenos e eslovacos não se confirmaram.

Sem grandes estrelas, mas com uma equipa muito compacta e disciplinada, a Eslováquia, que na fase de qualificação deu muito trabalho a Portugal em Bratislava e no Porto, surgiu em campo com apenas uma novidade no seu 4x3x3: o ponta-de-lança do Boavista Róbert Bozeník ficou pela primeira vez no banco – entrou no minuto 70 –, jogando no seu lugar Dávid Strelec.

Do lado romeno, apesar da derrota em Colónia frente à Bélgica, o seleccionador Edward Iordanescu também foi conservador e mexeu apenas de forma cirúrgica: sem abdicar do 4x1x4x1, o treinador romeno retirou da equipa Valentin Mihaila, extremo do Parma, oferecendo a titularidade pela primeira vez no Euro 2024 a Ianis Hagi, filho de um dos nomes grandes da história do futebol romeno: Gheorghe Hagi.

Apesar de o empate ser suficiente para as duas equipas, os primeiros 45 minutos tiveram muita qualidade. Começaram melhor os eslovacos, que dominaram na primeira hora e que, de forma justa, se colocaram na frente: aos 24', uma grande assistência de Juraj Kucka foi aproveitada por Ondrej Duda, que, ao segundo poste, desviou para o fundo da baliza de Nita.

Até esse momento líder virtual do grupo, a Roménia passava para a última posição e, por isso, teve de reagir. Sem correrem grandes riscos até aí, os romenos começaram a jogar mais tempo no meio-campo eslovaco e, aos 37', Hagi caiu dentro da área. Após indicação do videoárbitro, num lance que deixou dúvidas, foi assinalada grande penalidade, que Razvan Marin não desperdiçou.

Com tudo também empatado em Estugarda entre Bélgica e Ucrânia, a segunda parte ainda começou com a tendência da primeira – maior domínio para a Eslováquia, mas oportunidades para os dois lados –, até que, a partir do quarto de hora final, imperou o bom senso: sabendo que um golo sofrido ditaria o afastamento do Euro 2024, as duas selecções começaram a correr poucos riscos.

Com isso, o jogo perdeu qualidade, mas para eslovacos e romenos era o menos importante: o apito final deu início à festa dos jogadores das duas selecções no relvado.

1 ESLOVÁQUIA – 1 ROMÉNIA

Jogo no Estádio Frankfurt Arena, em Frankfurt.

Eslováquia Debravka, Hancko, Skriniar, Vavro, Pekarik, Duda, Lobotka, Kucka, Haraslin (Bozenik, 70'), Strelec (Suslov, 70') e Schranz (Duris, 78'). **Treinador** F. Calzona.

Roménia Nita, Ratiu, Dragusin, Burca ●44', Bancu ●44', M. Marin, Hagi (Puscas, 68' ●87'), R. Marin, Stanciu, Coman (Sorescu, 57') e Dragus (Man, 68'). **Treinador** E. Iordanescu.

Árbitro Daniel Siebert (Alemanha)
VAR Bastian Dankert (Alemanha)

Golos 1-0 Duda (24'), 1-1 R. Marin g.p. (37')

Breves

Futebol

Paulinho deixa o Sporting e já foi apresentado no Toluca

Está consumada a mudança de Paulinho para o México, onde vai jogar no Toluca, cuja equipa é treinada pelo português Renato Paiva. O ponta-de-lança, de 31 anos, realizou exames médicos e assinou contrato de quatro épocas. Paulinho deixa o Sporting, emblema com quem tinha contrato até 2027, depois de 145 jogos, 53 golos e dois títulos de campeão nacional conquistados, tendo rendido 7,75 milhões de euros, aos quais se podem acrescentar mais 250 mil euros por objectivos. Na última época Paulinho conseguiu 21 golos em 47 partidas, entre Liga, taças e Liga Europa. Neste negócio esteve também envolvido o Sp. Braga, que tem direito a 30% da verba.

Atletismo

Patrícia Mamona falha presença nos Jogos Olímpicos

Patrícia Mamona, medalha de prata no triplo salto em Tóquio 2020, vai falhar os Jogos Olímpicos Paris 2024, depois de não conseguir participar em provas para fazer os mínimos, confirmou Jorge Vieira, presidente da Federação Portuguesa de Atletismo (FPA). Sobre Auriol Dongmo, quarta no lançamento do peso em Tóquio 2020, Jorge Vieira também não acredita muito na possibilidade de estar em Paris, depois de ter sofrido uma fractura numa perna no final de 2023. "Teve uma lesão muito mais grave ainda do que a da Patrícia. Portanto, não é uma recuperação que se faça rapidamente", acrescentou. Neste momento, Portugal tem 12 atletas com mínimos para os Jogos, incluindo Dongmo.

FC Porto derrota Benfica e sagra-se campeão nacional

Os portistas isolaram-se no topo da lista de clubes com mais títulos, somando agora 25, um a mais do que os rivais benfiquistas

O FC Porto sagrou-se ontem campeão nacional de hóquei em patins pela 25.ª vez, ao vencer novamente o Benfica, por 3-1, no quarto jogo da final dos play-off, disputado no pavilhão do Estádio da Luz, em Lisboa.

Depois de duas vitórias em casa, intercaladas com uma derrota fora, os portistas consumaram a conquista no terreno dos "encarnados".

O FC Porto esteve sempre na frente do marcador, tendo chegado mesmo a uma vantagem de três golos. Os "dragões" chegaram ao intervalo a vencer por 1-0, com golo de Carlo di Benedetto.

Na segunda parte, Benedetto voltou a marcar e Ezequiel Mena fez o terceiro golo. O Benfica ainda reduziu por Roberto di Benedetto, mas o FC Porto não voltou a sofrer golos.

O FC Porto conquistou, assim, o seu 25.º título de campeão, isolando-se como recordista de troféus, agora com mais um do que o Benfica, vencedor da edição anterior – o Sporting tem nove títulos conquistados.

No final da partida, Ricardo Ares não escondeu a alegria. "Estou muito contente com estas três épocas, foram fantásticas. Duas dobradinhas, oito títulos. Temos, somando tudo, mais títulos que os dois grandes rivais juntos", declarou o treinador dos "azuis e brancos".

Já no Benfica, Nuno Resende assumiu que o clássico foi o seu último jogo com o símbolo das "águias" e deixou também perceber que a decisão nao foi sua.

"Não continuarei no Benfica. Agradeço à instituição, ao clube, aos adeptos. É um ciclo que termina. Estou grato por ter trabalhado num clube com tanta história. O meu futuro logo se verá. Em relação ao futuro do Benfica, está garantido e será positivo pelos valores que tem e pela maturação que têm", elogiou antes de prosseguir e confirmar que nem sempre as coisas foram fáceis ao longo das últimas épocas.

"Isto faz parte deste trabalho. O clube tem outras ideias e está no seu direito. Sou melhor treinador do que quando cheguei, mas sou a mesma pessoa, com os mesmos valores", acrescentou Nuno Resende.

BARTOON LUÍS AFONSO

António Costa em Bruxelas: tudo está bem quando acaba bem

O respeitinho não é bonito

João Miguel Tavares

E ainda dizem que não há finais felizes. A história de António Costa nos últimos meses parece um melodrama francês. No dia 7 de Novembro foi obrigado a atirar pela janela uma maioria absoluta por causa do parágrafo mais idiota da história da justiça portuguesa. Lembram-se do que ele disse ao país quatro dias depois? "Com grande probabilidade não exercerei nunca mais qualquer cargo público." Motivo: a "previsão de duração do processo judicial" – longa como a eternidade –, impedia-o de regressar impoluto ao exercício de funções políticas.

Só que "nunca mais" é mesmo muito tempo, e o tempo, esse grande conselheiro, foi amenizando aos poucos a sua decisão radical. Um mês depois, António Costa já suavizava: "Aguardemos que a justiça cumpra a sua missão. Quando a cumprir, logo veremos se ainda há tempo para a política." Logo veremos, mas nunca mais se via. Costa esperou pelas legislativas, e a seguir enviou um requerimento ao Ministério Público a pedir para ser ouvido no âmbito da *Operação Influencer*. "Não há nada pior que haver uma suspeita e ela não ser esclarecida", disse então.

OLIVIER MATTHYS/EPA

Quatro dias depois, a 7 de Abril, Augusto Santos Silva voluntariou-se para insistir nas redes sociais que a demora em ouvir Costa era "uma violação grosseira de princípios básicos do Estado de direito". Outros socialistas juntaram-se ao coro, até porque a hipótese de António Costa vir a liderar o Conselho Europeu voltava a colocar-se com insistência, e Belém não se calava com isso. Marcelo vestiu a mais vistosa camisola de chefe de claque e durante meses não desperdiçou um único microfone para louvar o talento político de Costa, e a sua "paixão pela Europa".

Com uma só cajadada, a escolha de Costa para o Conselho Europeu mata três coelhos

A Justiça lá se decidiu a ouvir o ex-primeiro-ministro a 24 de Maio, e a sua defesa apressou-se a informar a Europa, da Ericeira aos Urais, de que Costa tinha sido "ouvido na qualidade de declarante", um estatuto novo que basicamente serviu para sublinhar que Costa não era arguido. Disso deu logo conta o Presidente da República – quem mais? –, que no próprio dia lavrou a sua sentença: "Eu sempre achei que ia acontecer", ou seja, que a justiça não tinha nada de particularmente suspeito acerca do "declarante".

António Costa fez-se de difícil durante mais algum tempo. No dia das europeias ainda afirmou que o seu percurso na política nacional estava encerrado: "Mudei de vida, voltei à escola e estou a preparar-me para uma actividade profissional nova." O segredo estava no adjectivo "nacional". Passados quinze dias, a actividade profissional nova é bastante parecida com aquela que exerceu a vida toda: político. Só que internacional.

Com uma só cajadada, a escolha de Costa para o Conselho Europeu mata três coelhos. Coelho 1: resolve um problema à justiça portuguesa, que graças à total insensibilidade política de Lucília Gago mandou abaixo uma maioria absoluta por suspeitas que até agora se mostrou incapaz de concretizar. Coelho 2: resolve um problema a Marcelo, que não fez o suficiente para segurar Costa e convive muito mal com os resultados da última dissolução. Coelho 3: resolve um problema a António Costa, que saiu pela porta pequena de São Bento para entrar pela porta gigante de Bruxelas, num *timing* tão extraordinariamente perfeito que - lá está – parece de filme. Entre "não exercerei nunca mais qualquer cargo público" e "O fazedor de 'geringonças' chega ao seu destino" passaram sete meses e meio. "É uma alegria", disse Marcelo. Tudo está bem quando acaba bem.

Colunista

jmtavares@outlook.com